



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

VIVIAN SENEGALIA MORETE

**TÉCNICAS DE ENTREVISTA EM CASOS DE SUSPEITA DE
ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL**

Londrina
2015

VIVIAN SENEGALIA MORETE

**TÉCNICAS DE ENTREVISTA EM CASOS DE SUSPEITA DE
ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo

Londrina
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Morete, Vivian Senegalia .

Técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil / Vivian Senegalia Morete. - Londrina, 2015.

148 f.: il.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

(dissertação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2015.

Inclui bibliografia.

1. abuso sexual infantojuvenil - Teses. 2. entrevista - Teses. 3. avaliação forense - Teses. 4. Psicologia - Teses. I. Eduardo Gallo, Alex. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento. III. Título.

VIVIAN SENEGALIA MORETE

**TÉCNICAS DE ENTREVISTA EM CASOS DE SUSPEITA DE ABUSO
SEXUAL INFANTOJUVENIL**

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Profª Drª Giovana Veloso Munhoz da Rocha
Universidade Tuiuti do Paraná - UTP

Profª Drª Márcia Cristina Caserta Gon
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 04 de dezembro de 2015.

Aos meus pais, Nair e Laercio, meus maiores modelos de amor, dedicação e superação, e ao meu marido, João Paulo, que se mostra a cada dia um companheiro insubstituível.

AGRADECIMENTOS

Meu profundo agradecimento aos meus pais que tanto incentivaram e auxiliaram toda minha trajetória acadêmica. Sua presença e apoio foram fundamentais neste trabalho e em todas as conquistas e adversidades pelas quais passei. Espero, dia a dia, retribuir à altura tanto carinho e ter sabedoria para construir uma família tão especial como a que formaram.

Ao João Paulo, meu grande companheiro, pela paciência, pela força e pela inspiração. Mesmo à distância, é sempre presença alegre e amorosa em minha vida.

À minha irmã, Vânia, grande amiga que me ensina tanto, sempre. Obrigada por deixar meu mundo mais bonito e gracioso com a pequena Beatriz.

Aos meus professores, e de modo muito especial, ao meu orientador, Alex, pelo incentivo e pela dedicação continuamente demonstrados. Vocês constituem parte muito especial das lembranças que levarei do mestrado.

Aos amigos, por toda felicidade que partilhamos.

“As pessoas grandes têm sempre necessidade de explicações... não compreendem nada sozinhas, e é cansativo para as crianças, estar toda hora explicando.”

(Antoine de Saint-Exupéry, em *O Pequeno Príncipe*, 1943).

Morete, Vivian Senegalia. **Técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil**. 2015. 148f. Dissertação de Mestrado em Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brasil,

RESUMO

O abuso sexual contra crianças e adolescentes caracteriza-se por ocorrer preponderantemente em âmbito privado e, por definição, configura-se em um crime que não necessariamente deixa marcas físicas. Os profissionais que realizam entrevistas com supostas vítimas convivem com o desafio de proporcionar condições para que a criança ou adolescente reporte o que lhe aconteceu e garantir que tal momento seja o menos revitimizador possível. O presente trabalho pretendeu contribuir para que os profissionais que atuam na área aplicada tenham subsídios cada vez mais consistentes para sua prática, mediante discussão das técnicas de entrevista pesquisadas nos últimos anos. Procedeu-se a revisão sistemática da produção científica empírica sobre técnicas de entrevista para avaliação de abuso sexual infantojuvenil em sete bases de dados eletrônicas. Foram recuperados cinquenta e quatro títulos. A revisão resultou na confecção de dois artigos. No primeiro artigo, os trabalhos recuperados foram categorizados quanto ao tipo de estudo realizado, de campo ou análogo, e quanto ao objeto específico de análise. Foi abordado o uso de protocolos de entrevistas; de entrevistas não estruturadas; de recursos adicionais às entrevistas, como desenhos e diagramas corporais; o estabelecimento de *rapport*; e outros. Delinearam-se novas direções para investigação e foram discutidas evidências científicas a respeito das técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil. O segundo artigo sistematizou orientações aos profissionais a partir das evidências descritas no artigo anterior. Entre os tópicos centrais estiveram a função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente, a preparação para a entrevista, o estabelecimento de *rapport*, a atenção à formulação de questões/enunciados, o uso de recursos associados à entrevista e a repetição de entrevistas. Por fim, discutiu-se que a proteção à criança e ao adolescente vítima de violência sexual perpassa pela condução adequada de entrevistas e por aspectos, igualmente fundamentais, relacionados à integração de serviços de atendimento.

Palavras-chave: Abuso sexual. Avaliação forense. Entrevista. Psicologia.

Morete, Vivian Senegalia. **Interview techniques in cases of suspected infantojuvenil sexual abuse.**2015. 148p. Dissertation in Behavior Analysis. Universidade Estadual de Londrina, Londrina-PR, Brazil.

ABSTRACT

Sexual abuse against children and adolescents is predominantly characterized by take place in private and, by definition, set up in a crime that does not necessarily leave physical marks. Professionals who conduct interviews with alleged victims live with the challenge of providing conditions for the child or adolescent report what happened and make sure that assessment time is the least revitimizador possible. Through discussion of interviewing techniques researched in recent years, this work aims to contribute to the professionals working in the area have increasingly consistent subsidies for its operations. It was conducted a systematic review of empirical scientific literature on interview techniques to assess infant-juvenile sexual abuse in seven electronic databases. Fifty-four titles were recovered. The review resulted in the production of two articles. In the first article, the recovered works were categorized as to the type of study, field or analogue, and to the specific object of analysis. The use of interviews protocols has been addressed; of unstructured interviews; additional resources to the interviews, such as drawings and body diagrams; establishing rapport; and other. It was outlined new directions for research and scientific evidence about the interview techniques in cases of suspected sexual abuse infantojuvenil was discussed. The second article systematized guidance to professionals from the evidence described in the previous article. Among the main topics were the objectives of feature / interview with the child or adolescent, interview's preparation, rapport establishment, attention to the formulation of questions / statements, the use of resources associated with the interview and the repetition of interviews. Finally, it argued that the protection of child and adolescent victims of sexual violence permeates the proper conduct of interviews and features, equally fundamental, related to the integration of care services.

Keywords: Sexual abuse. Forensic evaluation. Interview. Psychology.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO	12
CAPÍTULO 2 – Artigo 1 - Técnicas de entrevista em casos de abuso sexual infantojuvenil: uma revisão sistemática	15
Introdução	17
Método	20
Resultados e Discussão	21
1. Entrevista com o uso de instrumentos padronizados	24
1.1 <i>Entrevistas com o uso do protocolo NICHD</i>	24
1.2 <i>Entrevistas baseadas no Memorandum of Good Practice e sua versão atualizada, o Achieving Best Evidence in Criminal Proceedings - Guidance on Interviewing Victims and witnesses, and Using Special Measure</i>	34
1.3 <i>Entrevistas com outros protocolos</i>	37
2. Entrevistas não estruturadas ou com técnicas não informadas	40
3. Uso do diagrama corporal como técnica associada à entrevista	51
4. Uso do desenho como ferramenta associada à entrevista	54
5. Entrevistas com técnicas cognitivas	56
6. Outros estudos recuperados	58
Considerações Finais	60
Referências	63

CAPÍTULO 3 – Artigo 2 – Subsídios para a condução de entrevistas com crianças e adolescentes envolvidos em denúncias de abuso sexual.....	72
Introdução	73
Função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente	78
Preparação para a entrevista.....	79
Estabelecimento de <i>rapport</i> e atenção à formulação de questões/enunciados.....	81
Uso de recursos associados à entrevista.....	90
Repetição de entrevistas.....	92
Integração dos serviços de proteção	93
Considerações Finais	94
Referências	97
CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICE	119
APÊNDICE A – Protocolo de Registro	120

CAPÍTULO 1

APRESENTAÇÃO

O tema deste trabalho foi concebido a partir de uma das demandas constatadas no exercício da Psicologia em interface com o Direito e com o campo da proteção de crianças e adolescentes. Embora seja amplamente compreendido como um assunto de relevância social, as práticas profissionais em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil no Brasil são pouco sistematizadas e padronizadas (e.g., Gava & Dell’Aglia, 2013). Ao receber ou avaliar uma denúncia, espera-se que o profissional que atende à criança assumira postura protetiva. A operacionalização deste conceito, contudo, continua em desenvolvimento. Um dos elementos que precisa compor a noção de proteção é a atuação ética e tecnicamente adequada que evita constrangimento, favorece que a criança fale sobre o que aconteceu - já que muitas vezes é a única testemunha do abuso - e permite a adoção de medidas que evitem nova exposição a situações abusivas.

Na Psicologia, um dos procedimentos mais utilizados para avaliação de abuso sexual é a entrevista (Pelisoli, 2013). A utilização de estratégias de entrevista investigadas empiricamente, padronizadas em protocolos ou não, tende a evitar descrições direcionadas e a vitimização secundária da criança que sofreu algum tipo de violência sexual. Também repercute em maior segurança para os acusados de crimes dessa natureza vez que técnicas eficientes reduzem a probabilidade de indução do relato e favorecem a elucidação das circunstâncias constantes da denúncia.

Fazer da entrevista um instrumento de proteção de crianças e adolescentes, perpassa, portanto, pelo conhecimento e preparação do profissional. Considerando-se que, nas pesquisas de investigação do estado da arte preliminares a este trabalho foi observado que internacionalmente houve avanços expressivos acerca de boas práticas em entrevistas forenses e investigativas de abuso sexual infantojuvenil (e.g., Anderson, Ellefson, Lashley, Miller,

Olinger, Russell, Stauffer, & Weigman, 2010; Froner & Ramires, 2008; Habigzang et al., 2008; Harris, 2010; Hershkowitz, Fisher, Lamb, & Horowitz, 2007; Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin, & Horowitz, 2007; Paixão & Deslandes, 2010; Peixoto, Ribeiro, & Alberto, 2013; Santos & Dell'aglio, 2010; Schaefer, Rossetto, & Kristensen, 2012; Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha, & Peixoto, 2014); e constatando-se que nacionalmente são pontuais os trabalhos que tratam do tema em uma perspectiva de orientação e capacitação do profissional (e.g., Blefari, 2014; Gava & Dell'Aglio, 2013; Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroehrer, & Kolle, 2008; Hackbarth, 2015; Leidch, 2004; Pelisoli, 2013; Pisa, 2006; Stracke, 2013; Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha, & Peixoto, 2014); verificou-se demanda para o preenchimento dessa lacuna da produção nacional. Proceder a uma revisão sistemática acerca de pesquisas cujos procedimentos viabilizam maior controle de variáveis na revelação de abuso sexual infantil pode favorecer o aprimoramento de técnicas existentes, o desenvolvimento de novos modelos de investigação e a capacitação profissional. O trabalho em tela pretende contribuir com esses aspectos.

A dissertação será apresentada de acordo com o modelo proposto pelo Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Análise do Comportamento, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que prevê a apresentação do trabalho desenvolvido no mestrado sob a forma de artigos científicos. O primeiro artigo, “Técnicas de entrevista em casos de Abuso Sexual Infantojuvenil: uma revisão sistemática” objetiva discutir o que tem sido pesquisado na área nos últimos anos e apresentar os resultados das pesquisas que avaliam e desenvolvem técnicas para o campo aplicado. A revisão sistemática, por viabilizar a organização da literatura e analisar métodos e resultados obtidos, contribui para a tomada de decisão de profissionais que atuam na pesquisa, básica ou aplicada, e na prestação de serviços. Contribui igualmente para a atualização de dados e obtenção de nova informação uma vez que os dados disponíveis ao

público podem não ser de fácil acesso, assim como o exercício de comparação das intervenções ou estratégias que as pesquisas analisam.

O segundo artigo, “Subsídios para a condução de entrevistas com crianças e adolescentes envolvidos em denúncias de abuso sexual”, caracteriza-se por ser de cunho mais prático, debatendo aspectos que demandam atenção e recomendações aos entrevistadores, a partir dos dados levantados na revisão sistemática do artigo prévio. Entre os principais tópicos discutidos estão a função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente, a preparação para a entrevista, o estabelecimento de *rapport*, a atenção à formulação de questões/enunciados e o uso de recursos associados à entrevista. Discute-se também a necessidade de integração dos serviços de proteção para que a intervenção em casos de abuso sexual infantojuvenil seja efetiva.

A dissertação objetiva, em sua integralidade, subsidiar e orientar prestadores de serviço na área da proteção à infância e juventude a respeito de estratégias de aperfeiçoamento de sua atuação mediante material consistente de pesquisas que avaliam técnicas de entrevista com supostas vítimas de violência sexual.

CAPÍTULO 2

ARTIGO 1

Técnicas de entrevista em casos de abuso sexual infantojuvenil: uma revisão sistemática

Vivian Senegalia Morete

Alex Eduardo Gallo

Resumo

Fatores individuais, familiares e sociais interferem no relato da criança envolvida em denúncias de abuso sexual infantil e, conseqüentemente, influenciam a tomada de decisões judiciais de proteção à infância e de punição de agressores. A constatação de que essa natureza de violência ocorre preponderantemente em âmbito privado e pode não deixar vestígios físicos, repercute na necessidade de entrevistar a criança ou adolescente, quem poderia, além do acusado, fornecer informações específicas sobre a suposta situação abusiva. Nesse sentido, as técnicas de entrevista para levantamento de informações sobre o abuso ganham especial relevância. A atuação do profissional encarregado de conduzir entrevistas com supostas vítimas deve favorecer a descrição dos eventos, com o maior controle possível de variáveis que possam induzir ou prejudicar o relato da criança. Esta pesquisa objetivou revisar sistematicamente a produção científica empírica sobre técnicas de entrevista para investigação de abuso sexual infantojuvenil. Foram feitas buscas sobre o tema nas bases de dados eletrônicas PsycInfo, Web of Science, IndexPsi, Scielo, Google Acadêmico, Portal Domínio Público de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD. O material bibliográfico foi categorizado quanto ao tipo de estudo realizado (e.g. de campo ou análogos), e quanto ao objeto específico de análise. Foram

recuperados cinquenta e quatro títulos entre artigos, teses e dissertações. Observou-se a existência de um contínuo de risco, em que as questões abertas são as que menos geraram contradições e mais favorecem a descrição da suposta situação abusiva e as questões múltipla-escolha e sugestivas as que menos contribuíram com a fidedignidade dos relatos. Discutiu-se também sobre o uso de protocolos de entrevistas, de entrevistas não estruturadas, de recursos adicionais às entrevistas, do estabelecimento de *rappport* e outros. Ao final foram delineadas direções para investigação científica.

Palavras-chave: abuso sexual, avaliação forense, entrevista, Psicologia.

Abstract

Individual, familiar and social factors affect the reporting of child involved in allegations of child sexual abuse and hence influence the judicial decision-making of child protection and punishment of perpetrators. The realization that this kind of violence occurs primarily in private and maybe not leave physical traces, echoes the need to interview the child or adolescent who is able, beyond the accused, to provide specific information on the alleged abusive situation. In this sense, the techniques of interview for gathering information about the abuse engender special importance. The role of the professional in charge of conducting interviews with alleged victims should favor the description of events, with the greatest control of variables that can induce or hinder the child's account. This study aimed to systematically review the empirical scientific literature on interview techniques in child sexual abuse cases. Searches about de topic were made in electronic databases PsycInfo, Web of Science, IndexPsi, Scielo, Google Scholar, Public Domain Portal of Theses and Dissertations of CAPES and Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD. The bibliographical material was categorized as the type of study conducted (e.g. field or analog),

and on the specific object of analysis. Fifty four titles were recovered between articles, theses and dissertations. It was observed that there is a continuum of risk, in which the open questions are the least likely to have generated contradictions and more favor the description of the alleged abusive situation and the multiple-choice and suggestive issues that have contributed least to the accuracy of reports. It also discussed about the use of interview protocols, unstructured interviews, additional resources to the interviews, the establishment of rapport and others. At the end were outlined directions for scientific research.

Keywords: sexual abuse, forensic evaluation, interview, Psychology.

Introdução

O enfrentamento ao abuso sexual infantojuvenil tem sido objeto de crescente investimento em mobilização e planejamento governamental e social nas últimas décadas. No Brasil, um dos marcos deste investimento, foi a consolidação da proposta de elaboração de um Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil, cujas ações deverão ser implementadas até 2020 (Plano Nacional de Enfrentamento, 2013).

Seguindo as diretrizes internacionais formuladas no III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em 2008 no Rio de Janeiro-BR, o plano nacional destaca a violência sexual infantojuvenil como sendo “todo ato, de qualquer natureza, atentatório ao direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e do adolescente, praticado por agente em situação de poder e de desenvolvimento sexual desigual em relação à criança e adolescente vítimas.” (Plano Nacional de Enfrentamento, 2013, p. 22). Tal conceito se alinha com o da Organização Mundial de Saúde define abuso sexual infantil como:

[...] o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (World Health Organization - WHO, 1999, p. 7).

Envolveria carícias, manipulação da genitália, mama ou ânus, exploração sexual, *voyeurismo*, pornografia, exibicionismo e o ato sexual, com ou sem penetração, com ou sem violência (Brino, 2007). Assim, a violência sexual infantojuvenil não se restringe à prática de conjunção carnal ou atos libidinosos contra crianças e adolescentes, embora essas práticas também sejam consideradas estupro e estejam englobadas nos crimes contra a dignidade sexual (Decreto-lei nº 2.848, 1940).

A constatação de que crimes dessa natureza ocorrem preponderantemente no âmbito privado, não resultam necessariamente em vestígios físicos e são presenciados, muitas vezes, exclusivamente por suas vítimas e agressores, implica em desafios para a obtenção de provas e na conferência de especial relevância ao relato verbal da criança ou adolescente (Gava, Pelisoli, & Dell’Aglia, 2013; Schaefer, Rossetto, & Kristensen, 2012). Atentando a essa circunstância, o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infantojuvenil destacou entre seus eixos de atenção, defesa e responsabilização, ações dirigidas a: “disseminação e adaptação de metodologias nacionais e internacionais exitosas de atendimento a criança, adolescente em situação de abuso (...)” (Plano Nacional de Enfrentamento, 2013, p. 31); e a “capacitação de agentes dos sistemas de Segurança e Justiça responsáveis por realizarem a escuta de crianças e adolescentes em situação de abuso e/ou exploração sexual de forma a evitar a revitimização (...)” (Plano Nacional de Enfrentamento, 2013, p. 38). A Psicologia pode oferecer contribuições à consecução dos objetivos do Plano

Nacional de Enfrentamento e à proteção das vítimas desse tipo de violência por tratar-se de profissão inserida nos contextos de Segurança e Justiça e envolvida com a produção de conhecimento sobre técnicas de entrevista, sobre os fatores que influenciam o relato verbal, sobre variáveis de vulnerabilização para a vivência de abuso sexual e sobre indícios verbais e não verbais de abuso.

A entrevista, enquanto importante instrumento para identificação de situações de abuso, pode ser realizada na fase de inquérito policial, quando denominada entrevista investigativa, que não necessariamente é conduzida por psicólogos (Souza, 2014); ou ser realizada em contexto judicial quando, então, é denominada entrevista forense, usualmente um dos instrumentos do psicólogo na realização de perícias. Segundo a *American Professional Society on the Abuse of Children* (APSAC), o objetivo da entrevista forense é obter um relato o mais acurado e completo possível acerca do suposto abuso com o intuito de determinar se a criança ou adolescente sofreu de fato a violência ou está em iminente risco de sofrer e, em caso afirmativo, por quem (Cronch, Viljoen, & Hansen, 2006). O escopo da entrevista forense é, portanto, coletar informações relevantes para compreender um evento cujo esclarecimento favorecerá uma medida de proteção da criança ou a responsabilização criminal do agressor (Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha, & Peixoto, 2014).

É imprescindível que a atuação do profissional encarregado de conduzir entrevistas e intervenções com supostas vítimas seja baseada em evidências de pesquisas acerca de técnicas que favoreçam a descrição pela criança do que de fato ela vivenciou, com o mínimo de indução possível. Entrevistas mal conduzidas podem gerar consequências graves como levantar falsas alegações, expor as crianças e suas famílias a condições desnecessárias de estresse, desacreditar o relato da suposta vítima perante o juízo, induzir relatos imprecisos sobre os fatos, reduzir a probabilidade de condenação, entre outros (Cronch et al., 2006).

As questões iniciais que se impõem, portanto, são: quais técnicas de entrevista psicológica para avaliação de abuso sexual infantojuvenil têm sido objeto de pesquisa? O que os resultados das pesquisas que avaliam essas técnicas têm a informar aos prestadores de serviço na área da proteção à infância e juventude? O presente trabalho objetivou revisar sistematicamente a produção científica empírica sobre técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil.

Método

Para a concretização da pesquisa foi utilizada a metodologia da revisão sistemática que “se refere ao processo de reunião, avaliação crítica e sintética de resultados de múltiplos estudos” (Costa & Zoltowski, 2014). As palavras-chave utilizadas para as buscas foram: abuso sexual infantil, entrevista psicológica e entrevista investigativa. Em inglês, foram usados os termos *child sexual abuse*, *psychological interview* e *investigative interview*. As combinações de palavras usadas foram: abuso sexual infantil e entrevista psicológica; abuso sexual infantil e entrevista investigativa; *child sexual abuse* e *psychological interview*; *child sexual abuse* e *investigative interview*. As palavras-chave foram definidas a partir de uma busca exploratória de verificação do estado da arte. Os termos utilizados apareceram de forma recorrente em artigos que analisavam técnicas psicológicas de entrevista com crianças supostamente vítimas de abuso.

A busca e armazenamento dos resultados ocorreram na primeira semana de fevereiro de 2015. Procedeu-se à busca nas seguintes bases de dados: PsycInfo, Web of Science, IndexPsi, Scielo, Google Acadêmico, Portal Domínio Público de Teses e Dissertações da CAPES e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – BDTD.

A literatura obtida a partir dessa pesquisa foi selecionada mediante aplicação de alguns critérios. Os critérios de inclusão foram: a) trabalhos empíricos cujo tema central era a

entrevista psicológica ou investigativa em casos de suspeita de abuso sexual contra crianças e adolescentes; b) que envolvia a análise da estrutura/fases da entrevista, recursos suplementares e tipos de perguntas utilizados; c) que abordava a influência do entrevistador no relato de crianças e adolescentes supostamente vítimas; d) estudos comparativos das técnicas de entrevista; e e) publicados entre os anos de janeiro de 2000 e janeiro de 2015, a fim de reunir dados de pesquisas relativamente recentes.

Os critérios de exclusão de produções bibliográficas foram os seguintes: a) trabalhos repetidos ou incompletos; b) sobre abusadores; c) sobre o perfil ou dinâmica familiar frente ao relato de abuso pela criança; d) sobre os efeitos psicológicos do abuso para a criança; e) a respeito de psicoterapia com crianças ou adolescentes vítimas de violência sexual; f) sobre características das crianças envolvidas nas denúncias; e g) estudos focados em treinamentos de profissionais em técnicas específicas.

Do total de 510 referências potencialmente relevantes localizadas, foram recuperadas 54 produções científicas que atenderam aos critérios supramencionados (Apêndice A - Protocolo de Registro). Para obtenção da versão na íntegra de alguns dos artigos recuperados houve colaboração de profissionais do LAPREV – Laboratório de Análise e Prevenção da Violência, vinculado à Universidade Federal de São Carlos-SP, e da Universidade Tuiuti do Paraná, em Curitiba-PR.

Resultados e Discussão

Os estudos empíricos sobre entrevista em casos de abuso sexual infantojuvenil foram classificados a fim de favorecer sua análise e discussão. Uma primeira classificação geral se referiu ao tipo de estudo realizado: a) estudos com situações reais de denúncia de abuso sexual infantojuvenil; ou b) estudos análogos, nos quais são construídos contextos que permitem a análise de variáveis semelhantes àsquelas presentes em situações de investigação

de violência de abuso sexual (passagem de tempo, toque corporal, questionamentos sugestivos, entre outros), porém, com controle da situação vivenciada pela criança, o que favorece o estudo da precisão/acurácia do relato infantil (Poople & Bruck, 2012).

Dos estudos recuperados, 44 (81,5%), envolveram situações reais de denúncia de abuso e 10 (18,5%), consistiram em estudos análogos. Cada tipo de estudo apresenta vantagens e desvantagens. Estudos análogos, embora dificilmente consigam simular os fatores emocionais a que as vítimas são submetidas, como, por exemplo, a significativa ameaça de punição, sentimentos de culpa e vergonha, efeitos de estresse pós-traumático, entre outros, viabilizam análise precisa de como o tipo de enunciado utilizado pelo entrevistador relaciona-se com relatos imprecisos ou fantasiosos das crianças/adolescentes.

Dentre os estudos análogos, destacaram-se os estudos desenvolvidos em contextos médicos, pois analisam relatos de crianças a respeito de situações em que de fato houve toque genital (para fins de exame ginecológico, por exemplo) – circunstância em que há maior probabilidade da criança qualificá-la como embaraçosa, desagradável ou errada. Nesse tipo de estudo, pode-se analisar tanto falso-positivos quanto verdadeiro-positivos, utilizando-se como grupo de comparação crianças que passaram por exames, mas sem toques genitais. Entretanto, ainda que o contexto médico seja o mais análogo possível sem configurar-se abusivo, algumas variáveis diferenciam-se amplamente de contextos de violência: em exames médicos usualmente estão presentes figuras de segurança para a criança (e.g. como os genitores ou algum cuidador) e o médico não faz qualquer menção de que o toque deva ser mantido em segredo (Lyon, 2012).

Os estudos de campo, por sua vez, contam com a vantagem de possuir validade externa e, portanto, proporcionam resultados mais generalizáveis à população. Tais estudos viabilizam o desenvolvimento de alternativas para lidar com crianças sob vários tipos de contingências aversivas e, por vezes, relutantes em falar sobre suas vivências. Como ponto de

dificuldade, contudo, destaca-se que muitas vezes não é viável nesses estudos analisar a precisão do relato da criança. Nesta pesquisa, dentre os estudos com situações reais de denúncia recuperados, em apenas três foi possível que os autores aferissem, de forma indireta, sobre a acurácia dos relatos infantis mediante comparação entre os dados das entrevistas e a obtenção de outros meios substanciais de provas (e.g. Hershkowitz, Fisher, Lamb, & Horowitz, 2007; Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, & Horowitz, 2006) ou checagem dos relatos das crianças com informações sobre a condenação dos acusados (e.g. Schreiber, 2000). Outras estratégias utilizadas pelos pesquisadores de campo para obter informações referentes à acurácia dos relatos das crianças em alguns dos estudos recuperados, foi a análise de contradições internas, ou seja, contradições existentes em uma ou em mais de uma entrevista com a mesma criança (e.g. Katz & Hershkowitz, 2013; Lamb & Fauchier, 2001; Orbach & Lamb, 2001) ou a utilização do CBCA (*Criteria-Based Content Analysis*), ferramenta validada empiricamente para avaliar a credibilidade do relato das crianças e que auxilia na discriminação entre alegações plausíveis ou não (e.g. Daviesl, Westcott, & Horan, 2000; Schreiber, 2000).

No que diz respeito ao conteúdo de análise dos estudos, segunda classificação utilizada, destacaram-se as seguintes categorias: 1) entrevistas com o uso de protocolos padronizados: 1.1) entrevistas com o uso do protocolo NICHD; 1.2) entrevistas baseadas no *Memorandum of Good Practice* ou no seu sucessor, o *Achieving Best Evidence in Criminal Proceedings - Guidance on Interviewing Victims and witnesses, and Using Special Measure*; 1.3) entrevistas com outros protocolos; 2) entrevistas não estruturadas ou com técnicas não informadas; 3) uso do diagrama corporal como técnica associada à entrevista; 4) uso de desenho como técnica associada à entrevista; 5) entrevistas com técnicas cognitivas; 6) outros. Seguindo esta classificação, passa-se à descrição e análise dos resultados.

1. Entrevistas com o uso de instrumentos padronizados.

1.1 Entrevistas com o uso do protocolo NICHD.

A técnica de entrevista mais pesquisada nos estudos recuperados foi o protocolo NICHD (mais de 35% dos estudos). Este foi desenvolvido pelo *National Institute of Child Health and Human Development* cuja sigla dá nome ao protocolo. Tal instrumento sintetiza, de forma operacional, boas práticas com relação à forma de conduzir entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual a fim de que haja maior adesão dos profissionais às recomendações decorrentes de pesquisas da área (Hershkowitz et al., 2006). Pesquisas sobre este protocolo ainda são pontuais no Brasil (Blefari, 2014; Hackbarth, 2015; Williams et al., 2014).

O protocolo NICHD confere prioridade ao uso de questões abertas e a estímulos que favoreçam a descrição dos eventos vivenciados sem induzir ou suggestionar o relato da criança. Introdutoriamente, o entrevistador se apresenta e inicia um exercício sobre verdade e mentira com a criança/adolescente. Em seguida, discorre sobre regras gerais da entrevista consistentes em dizer a verdade, dizer quando não entendeu algo que o entrevistador falou, requisitar esclarecimento, dizer que não sabe quando não souber o que lhe foi perguntado e corrigir o entrevistador quando for necessário.

Na fase de estabelecimento de *rapport* a criança é solicitada a falar sobre o que gosta de fazer e na etapa seguinte, de treino da memória episódica, solicitada a relatar um acontecimento recente que tenha vivido e a expor mais detalhes sobre este evento, sempre com o uso de enunciados não focados, como “diga mais sobre isso” ou “e então o que aconteceu?”, havendo prática da narrativa que lhe será solicitada na fase posterior. Terminada a denominada fase pré-substantiva, o entrevistador passa à fase substantiva, ou seja, àquela em que se objetiva falar especificamente sobre a temática do abuso, sem, contudo, utilizar de enunciados sugestivos. São feitos convites, questões abertas, para que a criança aborde a

suposta situação abusiva, sendo previstos diversos enunciados não sugestivos para o caso de haver resistência em abordar o assunto. Gradativamente passa-se a questões focadas e não sugestivas como aquelas em que se solicitam mais informações sobre algum detalhe mencionado, aquelas iniciadas por como, onde, quem, quando, e, por fim, ainda persistindo a necessidade de mais informações, de múltipla escolha (Sternberg, Lamb, Orbach, Esplin, & Mitchell, 2001).

Nas pesquisas com o protocolo NICHD foram observados alguns conteúdos específicos de investigação. O primeiro deles diz respeito aos estudos sobre a fase inicial da entrevista, denominada pré-substantiva, com destaque à construção de *rapport* e à prática narrativa. O segundo conteúdo analisado foi o efeito do tipo de enunciado formulado pelo entrevistador sobre a resposta dos entrevistados e, por fim, os últimos, o efeito da repetição de entrevistas e do gênero do entrevistador.

Fase pré-substantiva no protocolo NICHD.

Três pesquisas referenciadas analisaram a fase pré-substantiva do protocolo NICHD de forma específica. Em uma delas (Brown, Lamb, Lewis, Pipe, Orbach & Wolfman, 2013), consistente em estudo análogo, dentre outros objetivos, visou-se explorar se a forma como os entrevistadores preparam a criança para a entrevista afeta as informações prestadas pela criança na fase substantiva. Foram feitas entrevistas com 128 crianças, de 5 a 7 anos, da Inglaterra. As crianças passaram por um evento encenado em suas escolas. Entre 4 e 6 semanas depois foram submetidas a alguns procedimentos. Primeiramente, todas as crianças, individualmente, receberam instruções sobre as regras gerais da entrevista. Após, passaram por um dos três tipos de *rapport*: a) *rapport* simples, com solicitações abertas sobre interesses gerais; b) *rapport* com prática narrativa sobre um evento neutro; c) *rapport* e prática narrativa sobre evento com uso de questões diretas ou de múltipla escolha. Finalmente, as crianças

foram entrevistadas com o uso do NICHD sobre o evento encenado e sobre um evento não ocorrido (falso).

As crianças foram altamente precisas em relatar o evento encenado independentemente do tipo de enunciado apresentado pelo entrevistador. As crianças que forneceram informações sobre o falso evento também foram menos acuradas ao descrever o evento encenado. Quando receberam preparação que incluía descrever um evento recente mediante questões diretivas ou de múltipla escolha, foram menos acuradas quando questionadas primeiramente sobre o evento falso e, somente após, sobre o evento encenado. As crianças que participaram do *rapport* com prática narrativa – tal como se preconiza o protocolo NICHD – responderam com mais detalhes às solicitações abertas ou guiadas. Não houve diferença significativa no tempo gasto com cada tipo de preparação e aquelas crianças que passaram por *rapport* com prática narrativa relataram o evento encenado com precisão e em menor tempo que as demais (Brown, Lamb, Lewis, Pipe, Orbach & Wolfman, 2013).

A segunda pesquisa a investigar a fase pré-substantiva do protocolo NICHD (Ahern, Hershkowitz, Lamb, Blasbalg, & Winstanley, 2014) comparou a versão tradicional do protocolo com uma versão revisada que deu maior ênfase a fatores sócio-emocionais relacionados à relutância das crianças à situação de entrevista. Procedeu-se à análise de 199 entrevistas com crianças de 3 a 13 anos e supostamente vítimas de abuso intrafamiliar físico ou sexual, em Israel. Metade da amostra foi entrevistada com o protocolo NICHD padrão, e a outra metade com a versão revisada do protocolo NICHD. Houve maior percentual de comentários de suporte (e.g. “obrigada por me deixar escutar você...” ou “eu sei que a entrevista é longa - se essa for queixa da criança -, com muitas perguntas...”, entre outros) nas entrevistas com a versão revisada do protocolo, contudo tais comentários não foram apresentados de forma mais contingente às expressões de relutância das crianças se comparados à versão padrão do protocolo NICHD. Nas entrevistas com a versão revisada,

quando a resposta de relutância era seguida por expressões de apoio do entrevistador, demonstrou-se maior taxa de respostas de colaboração da criança. Por outro lado, quando não havia suporte subsequente, houve diminuição da taxa de cooperação das crianças, que passaram a responder mais frequentemente com respostas de relutância (Ahern, Hershkowitz, Lamb, Blasbalg, & Winstanley, 2014).

O terceiro estudo destacado quanto à fase pré-substantiva (Hershkowitz et al., 2006), explorou diferenças estruturais entre entrevistas forenses nas quais as crianças, de 4 a 13 anos de idade), revelaram situações abusivas e entrevistas nas quais não revelaram. Foi analisado um total de 100 entrevistas conduzidas em Israel. Cinquenta delas em que houve revelação do abuso e outras 50 em que o abuso não foi revelado. Houve diferenças significativas entre as entrevistas com cada grupo.

Quando as crianças demonstravam-se mais resistentes em revelar o abuso, os entrevistadores utilizaram menos solicitações de recordação livre e ofereceram menos comentários de suporte a essas crianças na fase substantiva. Ao contrário, crianças que receberam mais comentários de suporte, forneceram mais informações. Crianças que não revelaram, tanto na fase de *rapport* quanto de treino de memória episódica já se mostravam relutantes, fornecendo menos informações. Os autores pontuam que seria interessante identificar crianças mais relutantes e investir mais na construção do *rapport*, antes de passar à fase substantiva, ou, entrevistá-las em mais de uma sessão (Hershkowitz et al., 2006).

Desses três estudos conclui-se, portanto, que a forma como a fase pré-substantiva é conduzida interfere nos resultados da etapa subsequente que é específica sobre o suposto abuso. Deste modo, há que se atentar para a condução do *rapport* com prática narrativa e com comentários de suporte contingentes às respostas de resistência dos entrevistados, o que tende a favorecer a cooperação e a precisão dos relatos. Embora esses estudos sejam pontuais e, portanto, haja ressalvas quanto à possibilidade de generalização, observar-se-á que em estudos

com outros padrões de entrevista, descritos posteriormente, há resultados que reforçam essas mesmas orientações.

Relação entre tipos de enunciados do protocolo NICHD e a resposta dos entrevistados.

Para analisar a relação entre tipos de enunciados e respostas dos entrevistados, é necessária a formulação de um sistema para categorizar as verbalizações dos entrevistadores em subgrupos. Um sistema de codificação dos enunciados apresentados pelos entrevistadores foi desenvolvido por Lamb, Hershkowitz, Sternberg, Esplin, Hovav, Manor & Yudilevitch, (1996) e revisado por Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin (2008). Tal sistema é especialmente útil para a padronização da linguagem utilizada em pesquisas e para facilitar a descrição dos eventos observados durante as entrevistas. Seguindo tradução livre realizada por Blefari (2014, p. 50-53), pontuam-se as seguintes categorias:

1. *Facilitadores.* Incluem falas como “OK”, reformulações do que foi dito anteriormente pela criança e palavras de encorajamento (não sugestivas) voltadas a manter a criança falando.
2. *Questões abertas* (também chamadas de Solicitações) são questões realizadas por meio de expressões e perguntas com o objetivo de obter respostas baseadas em memória de evocação-livre.
[...]
3. *Questões diretivas* são falas do entrevistador que focam em um detalhe sobre o incidente mencionado pela criança anteriormente na entrevista e solicitam uma informação adicional utilizando normalmente perguntas "wh" (Quem, O que?, Qual? Onde? Quando? Como?). [...]
4. *Questões múltipla-escolha* são falas do entrevistador que buscam focar a atenção da criança de forma mais específica em aspectos que a criança ainda não mencionou, mas não necessariamente demonstra qual a resposta é esperada. Questões de múltipla-escolha [OP] visam relatos baseados em memória de reconhecimento e solicitam confirmação, negação ou uma seleção de opções dadas pelo entrevistador. Elas podem ser questões de SIM/NÃO.
[...]
5. *Questões sugestivas* são falas do entrevistador que assumem informações

que ainda não foram reveladas pela criança, demonstrando que uma resposta específica é esperada [...].

Os seis estudos recuperados que tratam da relação entre os tipos de enunciados descritos acima e as respostas dos entrevistados, avaliaram juntos 468 entrevistas com crianças e adolescentes supostamente vítimas de violência física ou sexual, em sua maioria na faixa entre 4 e 13 anos (Hershkowitz, 2002; Katz & Hershkowitz, 2012; Lamb, Sternberg & Orbach, 2003; Orbach & Lamb, 2000; Orbach, Hershkowitz & Lamb, 2000; Sternberg, Lamb, Orbach, Esplin & Mitchell, 2001).

No que diz respeito à efetividade do uso de facilitadores, a depender da fase da entrevista e de sua posição em relação a outros enunciados, observou-se que diante de cada facilitador a criança apresentou, em média, cinco novos detalhes substanciais. Os facilitadores apresentados seguidamente às solicitações proporcionaram maior número de palavras e detalhes quando comparado aos outros tipos de enunciados. Além disso, os facilitadores foram mais efetivos na primeira parte da fase substantiva da entrevista (etapa em que usualmente a criança apresenta relatos mais longos e ricos) (Hershkowitz, 2002).

Mais detalhes foram fornecidos pelas crianças mais velhas se comparadas às menores em todos os tipos de solicitações, mas não houve diferenças na proporção de detalhes obtidos com questões abertas. Questões abertas guiadas, por exemplo, “você me disse que... me fale tudo sobre isso”, particularmente aquelas que retomavam ações previamente mencionadas pelas crianças, mostraram-se eficazes em desencadear respostas mais precisas das crianças de 4 anos. As questões abertas guiadas estiveram relacionadas com 37% dos detalhes levantados mediante questões abertas (Lamb et al., 2003). Também no estudo de Orbach e Lamb (2000) a maior parte das informações foi fornecida em resposta às solicitações. As sequenciações temporais (e.g. “conte tudo sobre a primeira vez em que isto aconteceu...”) e as solicitações

guiadas também favoreceram que os entrevistados fornecessem mais informações relacionadas ao abuso.

Em estudos que compararam entrevistas conduzidas com e sem o uso do protocolo NICHD (Orbach et al., 2000; Sternberg et al., 2001) as entrevistas com o protocolo contiveram mais solicitações/questões abertas e esse tipo de enunciado foi mais utilizado antes de questões de múltipla-escolha se comparado à condição controle. Com o protocolo houve maior investimento na parte pré-substantiva e menos detalhes foram obtidos com o uso de solicitações sugestivas, independentemente da idade dos entrevistados (Orbach et al., 2000). Na pesquisa desenvolvida por Sternberg et al. (2001), as entrevistas conduzidas com o protocolo NICHD estiveram associadas a mais informações seguidas a questões abertas e menos seguidas a múltipla-escolha ou sugestivas. Com o protocolo, foi apresentada cerca de três vezes mais solicitações se comparado à outra modalidade de entrevista. Não houve diferença em termos de idade no montante de informações fornecidas em resposta a solicitações abertas. As respostas aos convites pelas crianças de até 6 anos foram, entretanto, menos detalhadas que as respostas das demais. Em 89% das entrevistas com o protocolo as crianças fizeram suas alegações primárias em resposta a questões abertas, comparando com 36% quando utilizado o modelo padrão (não estruturado).

Hershkowitz et al. (2007), em estudo mais recente sobre credibilidade no relato em entrevistas com crianças sobre abuso sexual, compararam a acurácia, não da declaração da criança, mas da avaliação feita pelo entrevistador dessas declarações, quando as crianças eram entrevistadas com o protocolo NICHD ou mediante entrevistas não estruturadas. Foram analisadas 24 entrevistas, selecionadas de forma a compor dois grupos: um no qual entrevistas foram conduzidas com o protocolo NICHD; e outro cujas entrevistas se deram de forma não estruturada. Nos dois grupos, metade das acusações era plausível e a outra metade não plausível (avaliação se deu a partir de outras provas constantes dos processos). Sete

avaliadores julgaram de forma independente a credibilidade das alegações apenas com base nas entrevistas. Com o protocolo, os avaliadores em 60% das vezes avaliaram de forma acurada as declarações, ou seja, julgaram plausíveis, declarações de fato corroboradas por outras provas do processo. Sem o protocolo, a avaliação foi acurada em aproximadamente 30% das vezes. Além disso, houve maior confiabilidade entre os avaliadores quando o protocolo foi utilizado. Mesmo com o uso do protocolo NICHD, houve dificuldade da classificação das alegações “não plausíveis”.

Paralelamente à categorização descrita anteriormente, um dos estudos também avaliou a frequência e os efeitos do uso de questões múltiplas durante entrevistas investigativas de abuso sexual com o protocolo NICHD (Katz & Hershkowitz, 2012). Questões múltiplas ou concatenadas são aquelas em que se apresentam mais de uma demanda de informação simultaneamente à criança, por exemplo, “você não se lembra? Alguém acordou e viu tudo o que estava acontecendo?”. Foram analisadas as entrevistas de 71 crianças de 4 a 9 anos, realizadas em Israel. Independentemente da idade da criança, foram utilizadas questões múltiplas em 91,5% das entrevistas. Em média, houve 5,58 questões múltiplas em cada entrevista. Foram formuladas questões múltiplas tanto no formato de reconhecimento (e.g. questões múltipla-escolha) quanto de recordação (e.g. questões abertas). A maioria das crianças, independentemente de idade, respondeu a apenas uma pergunta, ou, em segundo lugar, forneceram respostas não inteligíveis. As respostas às questões múltiplas, em sua maioria, foram mais curtas e continham menos detalhes se comparadas às respostas dadas às questões simples (Katz & Hershkowitz, 2012).

Efeitos da repetição de entrevista com o protocolo NICHD.

Discute-se que um procedimento longo para avaliação de abuso sexual infantil pode expor a criança a risco uma vez que ela retornaria ao ambiente familiar, que não se sabe se é

protetor, e esperaria para ser atendida novamente, permanecendo vulnerável a posteriores abusos. Além disso, pesquisas demonstraram que a realização de mais de uma entrevista pode levar a distorções nos relatos, aumentar a probabilidade de contradições e tornar a situação mais angustiante para a criança. O ideal, nesse sentido, seria que a revelação fosse viabilizada com uma única entrevista (Cronch et al., 2006). Contudo, múltiplas entrevistas podem ser necessárias em alguns casos uma vez que as crianças e adolescentes podem se sentir desconfortáveis em expor a situação abusiva a um desconhecido, necessitar de tempo para estabelecimento de *rapport* e possuírem capacidade restrita de concentração (especialmente as menores) (Cronch et al., 2006).

Dentre as pesquisas recuperadas, duas avaliaram a realização de múltiplas entrevistas com o protocolo NICHD (Hershkowitz & Terner, 2007; Katz & Hershkowitz, 2013). Entretanto, as entrevistas ocorriam em intervalos muito breves de tempo, poucos minutos (30 min e 7 min), o que poderia ser considerado efetivamente um intervalo não fosse a solicitação para que as crianças/adolescentes dissessem novamente o que lhes havia acontecido, como se não tivessem feito isso anteriormente. Ambas as pesquisas foram conduzidas em Israel, uma analisou 40 entrevistas com crianças entre 6 e 13 anos (Hershkowitz & Terner, 2007) e a outra analisou entrevistas conduzidas com 56 crianças e adolescentes, de 5 a 14 anos (Katz & Hershkowitz, 2013).

Na pesquisa de Hershkowitz e Terner (2007) cerca de 25% das informações obtidas na segunda entrevista foram novas. Houve acréscimo significativo de informações forensicamente relevantes na segunda entrevista, sendo que grande parte delas diziam respeito a detalhes centrais da situação. Uma taxa de 37% das informações fornecidas na primeira entrevista foram repetidas na segunda entrevista. Os resultados foram semelhantes independentemente da idade das crianças.

No estudo de Katz e Hershkowitz (2013), na segunda entrevista as crianças reportaram 58% de novos detalhes forensicamente relevantes. Sendo que 96% das informações novas foram obtidas mediante solicitações de recordação, mais confiáveis que as de reconhecimento. O acréscimo de detalhes foi mais significativo com crianças pequenas e com crianças que forneceram narrativas mais breves na primeira entrevista. Não houve contradições entre as narrativas das crianças na primeira e na segunda entrevistas. Cerca de 38% das informações se repetiram nas entrevistas. O intervalo breve entre as entrevistas e o fato de ter sido o mesmo entrevistador nas duas situações, pode ter sido condição favorável para o montante de informações repetidas ser menor do que em outros estudos (Katz & Hershkowitz, 2013).

Influência do gênero do entrevistador – comparação do protocolo NICHD com outros modelos de entrevista.

Uma das pesquisas sobre o protocolo NICHD recuperada destaca-se pelo tamanho da amostra e originalidade do tema investigado (Lamb & Garretson, 2003). Foram analisadas 672 gravações de entrevistas, provenientes de Israel, Estados Unidos e Grã-Bretanha, com crianças, entre 4 e 14 anos, supostamente vítimas de abuso sexual. O objetivo consistiu em identificar como o gênero do entrevistador e da criança afetam a entrevista em casos de abuso sexual infantil. As entrevistas seguiram o protocolo NICHD ou outros modelos locais de prática de entrevista (Lamb & Garretson, 2003).

Houve efeito significativo do gênero tanto no comportamento do entrevistador quando no volume de informações fornecidas pelas crianças. Mulheres utilizaram mais solicitações e questões sugestivas com as crianças do sexo masculino do que com crianças do sexo feminino. Homens entrevistaram crianças de ambos os sexos de forma similar. Meninas de todas as idades forneceram mais informações em resposta a solicitações diretivas feitas por mulheres. O gênero do entrevistador não resultou em efeitos significativos nas respostas das

crianças do sexo masculino. Mais informações foram obtidas de crianças menores em resposta a solicitações sugestivas de entrevistadores do sexo oposto. As questões de gênero foram atenuadas com o uso de protocolos (Lamb & Garretson, 2003).

1.2 Memorandum of Good Practice e sua versão atualizada, o Achieving Best Evidence in Criminal Proceedings - Guidance on Interviewing Victims and witnesses, and Using Special Measure

O *Memorandum of Good Practice on Video-Recorded Interviews With Child Witnesses for Criminal Proceedings* (Home Office, 1992), foi desenvolvido para servir de guia a policiais e assistentes sociais ingleses responsáveis por entrevistar e gravar entrevistas com crianças supostamente vítimas ou testemunhas em casos criminais. O memorando seguia normas legais da Inglaterra e do País de Gales e fornecia princípios centrais aos entrevistadores. Descrevia, em detalhes, requisitos técnicos e o método a ser utilizado na entrevista. As principais recomendações do *Memorandum* eram: 1) as entrevistas deveriam ser conduzidas, tão logo possível, após a denúncia; 2) a criança deveria ser entrevistada em um ambiente informal, por entrevistadores especialmente treinados para tal; 3) questões abertas deveriam ser exaustivamente utilizadas antes de questões focadas; 4) a entrevista adotava como modelo o método passo a passo, iniciando com questões abertas cujo foco se estreitava gradualmente; e 5) as entrevistas deveriam durar menos de uma hora, sempre que possível. Seguindo orientações do *Memorandum*, a entrevista contava com cinco fases: construção de *rapport*, narrativa livre, questões abertas, questões fechadas e fechamento (Sternberg et al., 2001).

Visando atualizar as orientações fornecidas aos profissionais, o *Memorandum* foi sucedido pelo *Achieving Best Evidence in Criminal Proceedings - Guidance on Interviewing Victims and witnesses, and Using Special Measure* (2011). Em vários pontos houve manutenção das diretrizes sendo que, sinteticamente, algumas das mudanças foram: aumentar

o limite máximo de idade de crianças-testemunhas para incluir menores de 18 anos; e fornecer às crianças mais alternativas e flexibilidade sobre a forma de dar seu testemunho (Ministry of Justice, 2011).

Dentre as pesquisas recuperadas nesta revisão, duas envolveram explicitamente o *Memorandum* (Daviesl et al., 2000; Lamb, Orbach & Sternberg, 2009). Em uma primeira pesquisa, desenvolvida por Daviesl et al. (2000), foram analisadas 36 gravações de entrevistas conduzidas por policiais com base no Memorando de Boas Práticas. Investigou-se a influência do tipo de pergunta e do estilo do entrevistador na quantidade e qualidade das respostas de crianças de 4 a 14 anos em entrevistas sobre suposto abuso. Houve análise da duração das respostas e do número de critérios alcançados no CBCA (*Criteria Based Content Analysis*), que analisa, com base em uma série de itens, a veracidade dos relatos. Das questões formuladas pelos entrevistadores, 2% foram abertas, porém apenas 3% foram consideradas conducentes/sugestivas. Quanto maior a idade das crianças maior a duração das respostas e o número de critérios do CBCA atingidos. As questões abertas resultaram em relatos mais longos e que atingiram mais critérios do CBCA, no grupo de crianças de 12-14 anos. Nos grupos de crianças com 4-7 anos e 8-11 anos, houve respostas mais longas e com alcance de mais critérios do CBCA com questões fechadas e com questões específicas não diretivas (e.g. Como ele era?). De modo geral, relatos mais longos e que atingiram mais critérios do CBCA estiveram associados com mais expressões afirmativas, comentários de confirmação e breve *rapport* conduzido pelo entrevistador.

No segundo estudo recuperado, estabeleceu-se comparação entre os resultados de entrevistas com o uso do Memorando de Boas Práticas e o uso do Protocolo NICHD. O objetivo consistia em determinar se o uso de um protocolo estruturado, que engloba as orientações fornecidas no Memorando, poderia aumentar a qualidade das entrevistas forenses com crianças supostamente vítimas de abuso sexual na Inglaterra. Foram entrevistadas 100

crianças, de 4 a 13 anos de idade. Metade delas foi entrevistada com o uso do protocolo NICHD e a outra metade com base nas orientações do Memorando. Os grupos de crianças eram correspondentes em termos de idade, relação com o suposto agressor e gravidade das ofensas. Constatou-se que o uso do protocolo favoreceu a adesão às boas práticas. As entrevistas com o protocolo levantaram mais informações mediante recordação livre e menos informações usando questões diretivas, de múltipla-escolha ou sugestivas. Além disso, com o protocolo, questões de múltipla-escolha ou sugestivas foram introduzidas mais ao final da entrevista (Lamb, Orbach & Sternberg, 2009).

Outros dois estudos recuperados (Phillips, Oxburgh, Gavin e Myklebust, 2012; Westcott e Kynan, 2004) foram conduzidos em serviços do País de Gales e da Inglaterra após a edição do Memorando, portanto, pressupõe-se que analisam resultados de entrevistas baseadas neste documento. No estudo desenvolvido por Phillips, Oxburgh, Gavin e Myklebust (2012), o total de questões apropriadas (abertas, de sondagem e encorajadoras) e inapropriadas (fechadas, de escolha forçada, conducentes, múltiplas e de opinião) formulados pelos entrevistadores foi semelhante. Das questões apropriadas as mais utilizadas foram as de “sondagem” (p. ex. como você foi parar deitado na cama? Quando a criança já apresentou a informação de que estaria deitado); seguidas por enunciados de encorajamento. As questões apropriadas levantaram cerca de 79% de todos os detalhes relevantes. As entrevistas mais longas (que duravam mais de 41 min) foram mais produtivas em termos de detalhes relevantes para a investigação relativos aos aspectos: pessoa, ação, local, tempo e item (e.g. objetos presentes ou usados no episódio abusivo).

No estudo de Westcott e Kynan (2004), analisou-se a relação entre as questões formuladas pelo entrevistador e a presença/ausência de componentes de uma narrativa completa na resposta da criança: evento inicial, resposta interna, tentativa, consequência e reação. Observou-se que a maior parte das questões dos entrevistadores foi específica. Houve

dificuldade das crianças (40%) relatarem com clareza sobre o aspecto temporal dos eventos. Cerca de 86% das crianças mais velhas apresentaram relatos ordenados, enquanto isso ocorreu em apenas 15% das entrevistas com crianças menores. As crianças menores, entretanto, fizeram mais alegações de forma espontânea (sem serem questionadas). A maior parte das informações - elementos da narrativa - foram obtidas por meio de questões específicas, ou de questões específicas somadas a outros elementos, como, por exemplo, após um relato espontâneo ou narrativa livre da criança.

Mediante análise conjunta das pesquisas com o Memorando - considerando que a quantidade de questões abertas ou apropriadas não consistiu o tipo de questão mais formulado pelos entrevistadores sempre que as orientações deste guia foram seguidas - pondera-se que o uso de um protocolo estruturado favoreceria maior adesão às orientações de boas práticas em entrevistas com crianças. Também se observou que a quantidade e a qualidade de informações obtidas em entrevistas são influenciadas de forma significativa pelo tipo de pergunta e pelo estilo do entrevistador.

1.3 Entrevistas com outros protocolos.

Um protocolo de entrevista consideravelmente difundido nos Estados Unidos e no Japão trata-se do RATAC (*Rapport, Anatomy identification, Touch inquiry, Abuse scenario, and Closure*), também conhecido como *Corner House Forensic Interview Protocol*, denominação decorrente do instituto que o desenvolveu em 1989, em Minnesota- EUA. A sigla descreve as etapas do protocolo, que contemplam: o estabelecimento de *rapport*, a identificação anatômica, o questionamento sobre toques, o cenário do abuso e o fechamento (Toth, 2011).

Uma das preocupações centrais deste protocolo é o desenvolvimento da entrevista de forma a conseguir o máximo de informações possível, dentro de um contexto amigável e

adequado ao desenvolvimento da criança. A entrevista é centrada no entrevistado e há significativa preocupação para que não seja um contexto aversivo. Não há padronização de apresentação de regras gerais à criança ou de discussão verdade-mentira em fase introdutória da entrevista, como no protocolo NICHD. O entrevistador pode mencionar regras ou conversar a respeito das diferenças entre verdade e mentira e solicitar que a criança fale somente coisas que realmente aconteceram com ela, caso perceba sua pertinência e em qualquer momento dentro de uma entrevista (Anderson et al., 2010; Toth, 2011).

G. D. Anderson, J. N. Anderson e Gilgun (2014) foram os primeiros pesquisadores a analisar o efeito do uso de questões abertas no protocolo RATAC, mais especificamente com relação à prática narrativa. Como se denota das pesquisas descritas anteriormente, a maior parte dos estudos analisa o uso de questões abertas no protocolo NICHD ou, como se verá adiante, em entrevistas sem protocolo, o que torna este estudo inédito. Foram analisadas 115 gravações de entrevistas realizadas em um *Child Advocacy Center* nos EUA. Os entrevistados tinham de 3,1 a 18,3 anos. Um grupo utilizou a versão tradicional do RATAC (que solicitava que a criança contasse sobre um evento autobiográfico, mas conferia menos ênfase à prática narrativa); e outro grupo utilizou uma versão revisada do mesmo protocolo que conferia mais ênfase à prática narrativa com o uso de questões abertas.

As crianças apresentaram relatos mais detalhados sobre o abuso quando os entrevistadores utilizaram a versão revisada, que incluiu mais questões abertas e facilitadores durante a prática narrativa. O aumento do uso de facilitadores resultou em aumento de detalhes aproximadamente na proporção um por um. Cada combinação de questão aberta e facilitador repercutiu no aumento de cerca de duas vezes o fornecimento de detalhes. A idade foi fator significativo, tendo sido observado maior fornecimento de detalhes conforme a idade aumentava (Anderson et al., 2014).

Das outras duas pesquisas que analisaram protocolos de entrevista, uma, desenvolvida na Austrália, não será aqui descrita em detalhes, pois não forneceu nome ou explicação sobre a estrutura do protocolo utilizado, restringindo-se a pontuar que este se assemelhava ao protocolo NICHD (Feltis, Powell, Snow, & Hughes-Scholes, 2010). O terceiro estudo consistiu em estudo análogo e será descrito neste tópico em razão de ter utilizado da *Yuille Step-wise interview*, um dos formatos de entrevista precursores no trabalho com crianças supostamente vítimas de violência, consideravelmente difundido no Canadá, e desenvolvido no início da década de 90. Este estudo também envolveu avaliação de um formato de entrevista denominado “Modelo Modificado de Entrevista Estruturada” desenvolvido na Universidade Marshall - EUA (Lindberg, Chapman, Samsock, Thomas, & Lindberg, 2003).

Na *Yuille Step-wise interview*, os entrevistadores são instruídos a iniciar a interação com questões mais gerais e utilizar de questões mais fechadas ou focadas quando necessário. A orientação é a de que, quanto menos solicitações forem feitas pelo entrevistador, melhor, pois se evita indução. O Modelo Modificado de Entrevista Estruturada, por seu turno, embora igualmente inicie com questões amplas, ao final prevê que o entrevistador utilize folhas com perguntas diagnósticas sobre quem, o que, quando e onde a situação abusiva teria ocorrido (Lindberg et al., 2003).

Lindberg et al. (2003) compararam três técnicas de entrevista usualmente utilizadas com crianças vítimas de violência, a fim de identificar qual delas permitia acesso a mais dados acurados sobre uma situação simulada. Ao todo, 64 estudantes com idades médias de 6,6 anos e de 7,8 anos, participaram do estudo. Eles assistiam a um filme no qual uma mãe agredia seu filho. Após, eram sugestionados sobre um detalhe da cena e explicitamente treinados a relatar três detalhes falsos. Os entrevistadores seguiram uma de três técnicas de entrevista: *Yuille Step-wise interview*; entrevista com uso de bonecos não anatômicos; e Modelo Modificado de Entrevista Estruturada. Após as entrevistas, os entrevistadores

responderam a um questionário sobre a percepção deles a respeito da veracidade das respostas das crianças.

A entrevista *Yullie Step-wise* e a Entrevista Estruturada Modificada levantaram mais informações durante a etapa de recuperação livre. A Entrevista Estruturada Modificada foi a melhor em detectar as situações em que as crianças foram treinadas a relatar detalhes que não aconteceram e foi o tipo de entrevista que mais favoreceu relatos acurados. Mesmo na entrevista modificada, que mais detectou ensaios e sugestões, cerca de 2/3 dos entrevistadores não detectaram informações decorrentes de ensaio. A porcentagem de erros foi três vezes maior quando utilizadas questões diretivas, se comparado às informações solicitadas mediante questões abertas.

A partir das pesquisas descritas, observa-se que, de 2000 a 2015, intervalo utilizado para a busca de literatura nesta revisão, poucos foram os estudos que se dedicaram à análise experimental ou empírica de outros protocolos de entrevista que não o protocolo NICHD. Destaca-se, contudo, que os resultados dos dois estudos descritos, corroboram resultados de pesquisas com o protocolo NICHD de que questões abertas e facilitadores favorecem relatos mais detalhados e que questões diretivas, se comparadas às questões abertas, aumentam a probabilidade das crianças reportarem fatos não ocorridos.

2. Entrevistas não estruturadas ou com técnicas não informadas.

As pesquisas acerca de métodos de entrevista não estruturados ou cujas técnicas não constam precisamente descritas no procedimento dos artigos, foram desenvolvidas em mais de cinco países, entre eles Austrália, Malásia, Brasil, Estados Unidos, Finlândia, Nova Zelândia, Estônia e Suécia, totalizando 717 entrevistas de investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil analisadas (Brubacher & La Rooy, 2014; Cederborg, Danielsson, La Rooy, & Lamb, 2009; Cheung, 2008; Fogarty, Augoustinos, & Kettler, 2013; Gilstrap, 2004;

Kask, 2012; Korkman, Santtila, & Sandnabba, 2006; Patterson & Pipeb, 2009; Santila, Korkman, & Sandnabba, 2004; Schreiber, 2000; Snow, Powell, & Murfett, 2009; Stracke, 2013; Teoh & Lamb, 2010). Tratam-se de dezenove estudos (35% da amostra) que procuraram analisar desde a relação entre tipos de enunciados e a resposta dos entrevistados, até os efeitos da repetição de entrevistas na qualidade e volume de informações prestadas, e o *rapport*.

Relação entre tipos de enunciados de entrevistas não estruturadas e a resposta dos entrevistados.

Assim como diversas pesquisas recuperadas avaliaram a relação entre o comportamento do entrevistador e a resposta das crianças/adolescentes com o uso do protocolo NICHD, montante significativo dos estudos - aproximadamente 9% da amostra - envolveu a análise dessa mesma relação, porém, com o uso de métodos de entrevista ordinariamente utilizados em diversas localidades, mas não formalizados em um protocolo. Nessas circunstâncias em que as orientações, se existentes, não eram formalizadas em um documento específico, observou-se que a maior parte das questões usualmente apresentadas pelos entrevistadores tendeu a ser diretiva (que se atentam a detalhes anteriormente mencionados pela criança e usualmente são iniciadas com “o que”, “quando”, “onde”, por exemplo) ou de múltipla-escolha (Kask, 2012; Korkman et al., 2006; Korkman, Santtila, Westeraker, M., & Sandnabba, 2008b), em que pese os convites (questões abertas) tenham produzido volume significativamente maior de informações (Kask, 2012).

O maior número de detalhes foi obtido a partir de solicitações diretivas, possivelmente porque foi um dos tipos de questões mais utilizados; seguidas pelos convites, que mesmo consistindo em enunciado muito pouco apresentado (algumas vezes apenas 2% dos enunciados formulados pelos entrevistadores), ainda assim destacaram-se na produção de

informações relevantes (Daviesl et al., 2000). Depois das crianças apresentarem detalhes, os entrevistadores, de modo geral, apresentaram mais facilitadores e solicitações diretivas. A categoria das crianças que esteve relacionada ao aumento do número de convites pelo entrevistador, foi a de respostas “sim e não” (Korkman et al., 2006). Na pesquisa de Cheung (2008) constatou-se que nas entrevistas em que houve revelação de abuso foram utilizadas mais perguntas iniciadas com “o que” e “como”.

No estudo de Korkman, Santtila, Drzewiecki, & Sandnabba (2008a), os entrevistadores utilizaram sentenças longas e complexas e questões múltiplas antes das crianças poderem dar suas respostas, assim como referências não claras a pessoas e situações. Esses tipos de enunciados estiveram associados a respostas menos detalhadas das crianças e também repercutiram em preocupação quanto à credibilidade da informação contida nessas entrevistas. Os entrevistadores frequentemente introduziram o tema do abuso de uma maneira conducente embora não clara e as entrevistas foram caracterizadas por alternâncias entre discussões dentro e fora do tópico.

O uso de questões muito longas também resultou em respostas breves na pesquisa de Korkman et al. (2008b), na qual observou-se igualmente que questões breves repercutiram em respostas mais descritivas. Em cerca de 80% das vezes em que a criança forneceu alguma informação relevante, os entrevistadores introduziram questões diretivas, de múltipla-escolha, ou sugestivas, o que não favoreceu relatos extensos e detalhados.

Outra pesquisa, de Teoh & Lamb (2013), centrou-se na forma como o comportamento do entrevistador (prolixo/falante, oferecer apoio ou ser autoritário), interferiu na informatividade e na extensão das falas das crianças durante as entrevistas. A prolixidade do entrevistador foi negativamente associada à informatividade da criança, enquanto que os comentários de suporte estiveram relacionados a relatos mais informativos (Teoh & Lamb, 2013).

Com relação à análise de contradições no relato das crianças, duas pesquisas desenvolvidas com a participação de Michael Lamb destacaram-se. Em estudo de 2001, Lamb & Fauchier, analisaram as circunstâncias nas quais sete crianças, com 6 anos e meio em média, contradisseram detalhes por elas fornecidos em entrevista. Os entrevistadores utilizaram questões focadas (diretivas, múltipla escolha ou sugestivas) a maior parte das vezes e todas as crianças entraram em contradição em seus discursos. Os convites foram os menos suscetíveis a relacionar-se com contradições. As solicitações sugestivas e de múltipla escolha levantaram o maior número de contradições, seguidas das questões diretivas. Cerca de 80% das contradições ocorreram dentro da mesma entrevista.

Em estudo de caso único, Orbach e Lamb (2001) objetivaram analisar se práticas de entrevista associadas com relatos não acurados em contextos laboratoriais análogos (ex: sugestivas e as de múltipla-escolha) seriam também associadas com informações não acuradas no contexto forense. Foi analisada entrevista forense com uma menina de 5 anos, selecionada por conter uma taxa muito alta de questões sugestivas ou de múltipla-escolha. Aproximadamente 90% dos detalhes contraditórios foram obtidos a partir de questões de múltipla-escolha ou sugestivas. As contradições, em 98% das vezes, referiram-se a detalhes centrais, que envolviam aspectos essenciais da investigação. Não houve detalhes contraditórios em resposta a questões abertas.

Nos resultados das duas pesquisas publicadas em 2001, portanto, observou-se uma predominância da relação entre questões sugestivas e de múltipla escolha com as contradições dos relatos das crianças, que se contradisseram inclusive quanto aos aspectos mais importantes da investigação.

Outro estudo se destacou na amostra por ter sido o único a abordar aspectos relativos à entrevista sobre abuso sexual com crianças/adolescentes com deficiência intelectual. A pesquisa tratou de entrevistas realizadas com crianças e jovens com deficiência intelectual,

atentando-se especialmente para os efeitos da repetição de perguntas indutivas. Foram analisadas entrevistas investigativas de abuso de 33 crianças e jovens com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista (5 a 23 anos). Procedeu-se à análise quantitativa para identificação de questões sugestivas ou de múltipla-escolha e, após, à análise qualitativa das perguntas e respostas às questões. Das perguntas feitas durante as entrevistas, 49% foram do tipo múltipla-escolha ou sugestivas e 85% das entrevistas contiveram ao menos uma repetição de pergunta. Na segunda vez em que a pergunta foi repetida, houve mudança em 40% das respostas. Dentre as questões de múltipla-escolha e sugestivas, 9% consistiam em repetição de perguntas. Quanto mais repetições das perguntas maior probabilidade de modificação da resposta foi constatada (Cederborg et al., 2009).

A pesquisa desenvolvida por Gilstrap (2004) também se destacou, pois seu método tornou possível a análise da precisão das respostas fornecidas pela criança, já que consistiu em estudo análogo. Nela, analisou-se o uso de entrevista não estruturada sobre dois eventos planejados que ocorriam nas salas de aula de 40 crianças, de 3-6,8 anos. As questões altamente sugestivas ocuparam aproximadamente 20% das entrevistas não estruturadas. Outros 8% envolveram o fornecimento de informações novas às crianças. Aproximadamente 31,3% das questões sugestivas introduziram informações inaccuradas. Em geral, os entrevistadores que usaram uma questão sugestiva, utilizaram outros tipos de questões sugestivas ao longo da entrevista; e aqueles que utilizaram uma questão neutra tenderam a usar outras questões neutras (Gilstrap, 2004).

A única pesquisa brasileira levantada na amostra foi a de Stracke (2013) sobre a avaliação da estrutura de entrevista investigativa com crianças, que analisou entrevistas conduzidas por um serviço do Rio Grande do Sul –BR. Em uma das partes da pesquisa (modelo 2), realizou-se a análise documental de 49 entrevistas, com crianças de 6 a 11 anos, supostamente vítimas de abuso sexual. A amostra era composta por 42 meninas e 7 meninos.

Utilizando-se categorizações pré-existentes e metodologia bastante semelhantes aos estudos sobre o protocolo NICHD descritos anteriormente, fez-se a codificação de perguntas e respostas constantes das fases pré-substantiva e substantiva das entrevistas. A descrição dos resultados enfatizou que os entrevistadores usaram poucas questões abertas, embora a maioria tenha sido classificada como apropriada pela autora, exemplo: fechadas apropriadas – e.g. isso que me contou aconteceu mais de uma vez? – ou de sondagem, cuja descrição equivale às diretivas de outros estudos – e.g. onde vocês estavam quando isso aconteceu?. Houve baixa taxa de questões inapropriadas, sendo a mais frequente dentre elas, a de escolha forçada. As questões fechadas inapropriadas e sugestivas foram significativamente mais empregadas na fase substantiva do que pré-substantiva. As questões de sondagem ou fechadas apropriadas foram as mais relacionadas a respostas extensas pelas crianças. Houve também significativa associação entre as respostas curtas e as questões fechadas apropriadas. O resultado deste estudo contrasta com estudos conduzidos por outros pesquisadores já que questões fechadas apropriadas e não as questões abertas produziram respostas mais extensas das crianças.

Outra ênfase precisa ser conferida ao estudo de Snow et al. (2009), que analisou os tipos de questões que favoreciam relatos mais completos pelas crianças adotando o que os autores denominaram “*story-grammar*”, que consiste em um modelo com elementos gramaticais que garantem que o relato contenha uma estrutura lógica e compreensível ao interlocutor. Tal modelo contém sete elementos sequenciais: 1) cenário; 2) o evento inicial; 3) a resposta interna do protagonista; 4) o plano; 5) a tentativa; 6) consequências diretas; e 7) resolução ou desfecho da história. Foram analisadas 51 entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso na Austrália. Elas tinham entre 3 e 16 anos e as denúncias eram heterogêneas, a maior parte envolvendo múltiplas situações abusivas. A maioria das questões dos entrevistadores foi específica e a maior parte das respostas das crianças foi contextual. As questões abertas foram mais eficientes no que diz respeito à obtenção de elementos

gramaticais. Os elementos gramaticais fornecidos em resposta a questões específicas foram, em sua maioria, sobre a configuração do cenário e sobre a tentativa/ato de abuso. A proporção de elementos gramaticais foi significativamente maior entre as crianças mais velhas. De modo geral, as respostas que envolveram os elementos gramaticais corresponderam cerca de um terço do total de respostas das crianças durante as entrevistas.

Analisando-se de modo geral as pesquisas que tratam da relação entre tipos de enunciados e a resposta dos entrevistados em entrevistas não estruturadas, podem ser salientados alguns pontos: a) dado o volume de pesquisas neste subitem, observa-se volume significativo de localidades que não seguem qualquer tipo de protocolo ou guia para a condução de entrevistas; b) quando a entrevista não é estruturada, há alta taxa de enunciados diretivos ou de múltipla-escolha; e c) mesmo tendo sido baixas as taxas de convites/questões abertas nas entrevistas não estruturadas, este tipo de enunciado foi aquele que mais favoreceu relatos extensos e não contraditórios pelas crianças.

Estudos sobre rapport em entrevistas não estruturadas.

O *rapport* nas entrevistas não estruturadas foi objeto de dois estudos com concepções teóricas distintas. Fogarty et al. (2013), exploraram como a análise da “progressividade da conversação” poderia proporcionar tratabilidade empírica para o conceito de *rapport* e sugerir novas direções de pesquisa e treinamento com relação às entrevistas investigativas com crianças supostamente vítimas de violência.

Progressividade da conversação é um conceito que significa evolução, durante uma determinada sequência/alternância entre os interlocutores, de como as ações destes colaboram com o desenvolvimento/continuidade da interação/atividade. Fogarty et al. (2013), baseando-se neste conceito, partiram do pressuposto de que o *rapport* não constitui um estado fixo, e, portanto, passível de se circunscrever em uma etapa da entrevista, mas, ao contrário, trata-se

de fluxo que ocorre durante toda a interação entre entrevistador e entrevistado. Para avaliar o estabelecimento de *rapport*, em compreensão compatível com a visão da Análise do Comportamento, não fizeram inferências sobre o estado emocional das crianças entrevistadas, já este não lhes era acessível. Avaliaram, sim, as respostas observáveis da criança para efetuar esta análise, tais como: contato visual, sorriso, movimentos da cabeça, entre outros.

Partindo deste paradigma, analisaram uma gravação em vídeo e áudio da entrevista com uma criança de 8 anos, conduzida por um policial na Austrália. Observaram que o olhar pode ser um dos correlatos não verbais do *rapport*, vez que havia prejuízo à sequência e desenvolvimento da entrevista – à progressividade – quando o olhar da criança não se dirigia ao entrevistador. Contudo, assim como outros correlatos não-verbais tais como sorrir ou acenar com a cabeça, o olhar fixo ou outros comportamentos, apenas relacionam-se ao *rapport* quando apresentados em momentos específicos da interação, não estando genericamente relacionados ao desenvolvimento da interação ou a sentimentos de simpatia ou afetividade (Fogarty et al., 2013).

O outro estudo sobre a fase pré-substantiva, desenvolvido por Teoh e Lamb (2010), ao contrário do descrito na pesquisa anterior, enfatizou a construção do *rapport* em uma etapa preparatória para a entrevista investigativa, o que foi mais comum se considerada a amostra recuperada nesta revisão bibliográfica. Foram analisadas as gravações de 75 entrevistas, conduzidas na Malásia, com crianças entre 5 e 15 anos. A amostra era variável com relação ao número de incidentes de abuso e era composta de 67 meninas e de 8 meninos. As entrevistas ocorreram em uma Unidade de Proteção de Crianças e os profissionais seguiram um guia básico de orientações, não descrito no artigo.

Com crianças pequenas, os entrevistadores utilizaram mais enunciados de construção de *rapport* e despenderam mais tempo nesta etapa. Quão mais longos foram os períodos para

o *rapport*, menos informativas foram as crianças pequenas na fase substantiva (Teoh & Lamb, 2010).

Em que pese Fogarty et al. (2013) e Teoh e Lamb (2010) tenham partido de premissas diferentes para analisar um mesmo evento e, em decorrência disso, tenham feito recortes diferentes nas entrevistas, uma discussão conjunta dos dois estudos traz um novo foco para pesquisas futuras. Teoh e Lamb (2010) constataram que quanto maior o tempo destinado à construção do *rapport* com crianças pequenas, menos informativas foram essas crianças na fase substantiva; e Fogarty et al. (2013), sinalizaram que a construção do *rapport* não pode constituir uma fase específica, mas se trata de uma relação a ser estabelecida e mantida ao longo da entrevista. Assim, pesquisas futuras podem investigar maneiras de construir *rapport* ao longo da entrevista com a criança, não necessariamente destinando tempo inicial especificamente para tal. Resultados de estudos demonstram que enunciados do tipo facilitadores, embora não sejam questões, aumentam a probabilidade de relatos extensos das crianças, o que pode indicar que essas verbalizações contribuem à progressividade da entrevista e, conseqüentemente, constituir um dos instrumentos para a contínua construção de *rapport*.

Efeitos da repetição de entrevistas não estruturadas.

Com relação ao efeito da repetição de entrevistas em casos de suspeita de violência sexual, há que se considerar duas concepções distintas, embora não excludentes. A primeira diz respeito ao fato de que a repetição de entrevistas tem sido apontada como uma alternativa para crianças e adolescentes que se demonstram relutantes em abordar a temática do abuso em um primeiro contato com o profissional. A perspectiva seria a de que mais de uma entrevista favoreceria a construção de *rapport* e conseqüentemente a criança reconheceria este contexto como mais seguro para falar de um assunto íntimo e/ou aversivo. A segunda perspectiva é a

de que, idealmente, a realização de mais de uma entrevista seria contra-indicada já que, caso não sejam viabilizadas condições suficientes para que a criança revele o abuso em um primeiro contato, sua proteção seria gravemente prejudicada. A criança poderia, por exemplo, retornar ao contexto potencialmente abusivo e ser vitimizada novamente ou influenciada por terceiros a não verbalizar sobre o abuso (Cronch et al., 2006).

Das pesquisas recuperadas, quatro trataram do tema da repetição de entrevistas sem o uso de protocolos (Brubacher & La Rooy, 2014; Patterson & Pipeb, 2009; Santila, Korkman, & Sandnabba, 2004; Schreiber, 2000). Uma das pesquisas analisou um caso muito divulgado na mídia norte americana, o chamado “Caso Kelly Michaels”, que envolvia diversas denúncias de abusos sexuais em uma creche dos Estados Unidos, nos anos 80. O estudo comparou o comportamento dos entrevistadores em entrevistas do caso Kelly Michaels, com o comportamento do entrevistador em outros casos de abuso investigados por um Serviço de Proteção à Criança dos EUA. Nos dois grupos, o tipo de questão predominante foi múltipla-escolha (“sim/não”) e houve taxas elevadas de questões diretas e fechadas, cuja credibilidade é controversa. Nos casos Kelly Michaels as entrevistas contiveram mais questões múltipla-escolha, mais entrevistadores múltiplos, maior taxa de perguntas com informações fornecidas por outras pessoas, maior taxa de reforçamento de padrões de resposta da criança e mais solicitações de especulação do que no grupo entrevistado pelo Serviço de Proteção à Criança. Assim, os autores fazem diversas críticas ao modo de condução das entrevistas no caso Kelly Michaels e analisam que esses erros podem ter contribuído para que tantas informações fornecidas pelas crianças fossem questionadas (Schreiber, 2000).

Brubacher & La Rooy (2014) analisaram, dentre outros aspectos, o efeito da condução de três entrevistas, com uma adolescente de 12 anos, com experiências de múltiplos abusos. Houve menos utilização de questões abertas do que o recomendado e algumas questões sugestivas foram utilizadas especialmente nas duas primeiras entrevistas. Em nenhuma das

entrevistas houve treino de narrativa, embora tenham sido estabelecidas regras gerais com a criança. Em algumas das situações em que houve relatos episódicos, estes não foram explorados por meio do uso de perguntas abertas; via de regra, o entrevistador mudava para assuntos contextuais. Houve transição das questões sobre episódios específicos para solicitações de aspectos genéricos, o que pode ter sido contraproducente.

A pesquisa de Patterson e Pipeb (2009), por sua vez, trata da avaliação de abuso sexual em entrevistas múltiplas, mas delineadas em contexto diagnóstico e não forense. Foram analisadas 66 entrevistas, com 24 crianças de idades entre 3 e 6 anos, da Nova Zelândia. Cada criança foi entrevistada de duas a quatro vezes. Em geral, as crianças responderam a todos os tipos de questões com uma ou duas sentenças simples. Três quartos das crianças revelaram o abuso em resposta a questões abertas, entretanto, como um todo, forneceram menos informações frente a questões relacionadas ao suposto abuso do que às demais. As crianças que não revelaram o abuso foram menos responsivas a todos os tipos de questões. Neste estudo, ao contrário da grande maioria recuperada nesta revisão sistemática, as questões abertas não levantaram mais informações do que os outros tipos de questões.

Por fim, o quarto estudo que incluiu análise dos efeitos da repetição de entrevistas foi desenvolvido por Santila et al. (2004). A amostra conteve 27 entrevistas investigativas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual na Finlândia. O número de novos detalhes reportados pelas crianças foi maior no início da entrevista, enquanto que o número de questões focadas ou sugestivas aumentou ao final das entrevistas. Os resultados de entrevistas repetidas foram ambíguos, sendo que entrevistas repetidas contiveram mais palavras e repostas descritivas, entretanto, também contiveram mais questões sugestivas.

Discutindo-se de forma conjunta as pesquisas sobre repetição de entrevistas em formato não estruturado, observa-se que essa não estruturação possivelmente afetou de forma significativa os resultados obtidos. Assim como ocorre com entrevistas não estruturadas

isoladamente, houve maior probabilidade do entrevistador não seguir orientações de boas práticas como iniciar solicitando descrição geral e, após, transcorrer para a individualização de episódios; e evitar questões sugestivas e de múltipla-escolha. Diante desses elementos, constatou-se que a repetição de entrevistas não estruturadas pode comprometer a fidedignidade dos relatos e ainda demanda mais investigação científica.

3. Uso do diagrama corporal como técnica associada à entrevista.

O diagrama corporal tem sido utilizado de várias formas em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil por acreditar-se que seu uso favoreça a revelação do abuso sexual pela criança. Alguns profissionais utilizam o diagrama para introduzir a discussão sobre toques inapropriados e, outros, inserem o diagrama em fases posteriores da entrevista, a fim de obter esclarecimentos sobre toques descritos anteriormente pela criança. Este último uso do diagrama corporal tem sido mais indicado por pesquisadores por tratar-se de formato menos sugestionável (Poole & Dickinson, 2011).

Nos procedimentos centrados no diagrama corporal - aqueles que utilizam do recurso precocemente na entrevista - usualmente, após breves explicações preliminares, inicia-se a formulação de perguntas sobre partes específicas do corpo, erógenas ou não, solicitando que a criança nomeie essas partes. Após, o entrevistador passa a questionar se a criança/adolescente já foi tocado em alguma daquelas regiões sinalizadas pelo diagrama, utilizando-se de questões eminentemente do tipo “sim ou não”. Tal procedimento é questionado vez que não segue regras amplamente recomendadas, como utilizar de informações previamente fornecidas pela criança para dar continuidade às perguntas; não iniciar a entrevista com temas de cunho sexual; e esgotar o uso de questões abertas antes de proceder a questionamentos mais focados (Poole & Dickinson, 2011).

O diagrama corporal é recurso central da segunda etapa da entrevista do RATAAC, a *Anatomy identification*. O propósito do diagrama corporal, com identificação anatômica, é avaliar a capacidade de uma criança muito jovem diferenciar os sexos e, com crianças de até 10 anos, estabelecer uma linguagem comum entre criança e entrevistador, a partir dos nomes que a própria criança confere às partes do corpo. No RATAAC são utilizados diagramas masculinos e femininos, com as perspectivas frontais e dorsais. O entrevistador apresenta o diagrama explicando que as crianças têm nomes diferentes para cada parte do corpo e que ele gostaria de saber como o entrevistando nomeia cada uma daquelas partes. Seguidamente à etapa de nomear partes do corpo, inicia-se a etapa de *Touch Inquiry*, que consiste em convidar a criança a verbalizar sobre toques que ela gosta de receber e toques que ela não deseja ou sobre os quais está confusa. Identifica-se de quem o toque é recebido e em qual parte do corpo a criança é tocada (Anderson et al., 2010).

Diferentemente do modo como o diagrama corporal é utilizado no RATAAC, as pesquisas sobre diagrama corporal recuperadas neste levantamento avaliaram o uso de diagramas não anatomicamente detalhados, apresentados às crianças após entrevista com o uso do protocolo NICHD. Aldridge et al. (2004) e Teoh, Yang, Lamb, & Larsson (2010) objetivaram, respectivamente: examinar se o uso do diagrama corporal em conjunto com uma entrevista estruturada (protocolo NICHD) associa-se a relatos mais elaborados e claros sobre contato físico ocorrido no curso de suposto abuso sexual; e determinar se o diagrama, associado ao uso de informações previamente reportadas pela criança, pode auxiliar na obtenção de informações adicionais sobre situações abusivas e se sua utilidade depende da idade das crianças. Em ambas as pesquisas foram utilizados questionários estruturados durante a apresentação do diagrama corporal.

O diagrama auxiliou os investigadores a obter informação significativa para o contexto forense mesmo após extensiva entrevista com a criança. Para as crianças de 4 a 7 anos, o uso

do diagrama respondeu por cerca de 27% dos detalhes relevantes; para as crianças de 8-10 anos, 19%; e para as de 11-13 anos, 12%. Foi especialmente útil, portanto, com as crianças menores. Durante o diagrama, entretanto, os entrevistadores fizeram uso mais frequente de questões de múltipla escolha – memória de reconhecimento - o que pode repercutir em menor fidedignidade das informações (Aldridge et al., 2004).

O uso do diagrama foi associado a relatos de toques não mencionados pelas crianças durante a entrevista com o protocolo NICHD. Também houve elaborações sobre as partes do corpo em que havia sido reportado toque durante a entrevista. Embora as crianças, de modo geral, tenham reportado mais detalhes durante a entrevista, após a apresentação do desenho, houve aumento do número de detalhes claros sobre os toques, com nomeação correta das partes do corpo e das ações ocorridas, especialmente por crianças mais velhas (Teoh et al., 2010).

Nos dois estudos descritos, portanto, foram observados benefícios da utilização do diagrama corporal. Em estudo desenvolvido por Poole e Dickinson (2011), contudo, os resultados não foram tão favoráveis à utilização deste recurso. Estes pesquisadores compararam dois métodos: entrevista padrão e entrevista focada no diagrama corporal. Uma amostra de 261 crianças, de 4 a 9 anos, foi dividida em quatro grupos. Dois se submeteram à entrevista padrão, com e sem situação de toque corporal; e outros dois grupos submetidos à entrevista com diagrama corporal, com e sem situação de toque corporal. As crianças vivenciaram situação programada em que ocorriam toques em seus pulsos e braços. Após a cena (situação programada), as crianças ouviam histórias cujo conteúdo versava, entre outros, sobre toques que ocorreram e que não ocorreram na situação programada. As entrevistas foram feitas passados cerca de três meses da experiência a que foram submetidas. Não ficou demonstrado que o uso do diagrama corporal facilitou o relato das crianças quando comparado ao uso exclusivo de perguntas. Embora com o uso do diagrama tenham ocorrido

mais relatos de toques se comparado ao uso exclusivo de questões abertas, também houve maior frequência de revelação de toques sugeridos pelas histórias contadas e não vivenciados. Além disso, 14,5% das crianças que passaram pela entrevista com o diagrama reportaram toques que nunca ocorreram, o que não aconteceu com os grupos que passaram pela entrevista padrão. Os autores sugerem que, caso utilizados, os diagramas sejam introduzidos em fase mais avançada da entrevista, após fase com amplo uso de questões abertas.

4. Uso do desenho como ferramenta associada à entrevista.

O desenho tem sido considerado instrumento útil à construção de *rapport* por tratar-se de atividade rotineira e lúdica usualmente realizada por crianças em outros contextos. No RATAC, protocolo descrito anteriormente, seu uso é amplamente estimulado, especialmente na fase denominada de estabelecimento de *rapport*, na qual se utiliza do desenho do rosto da criança e do círculo familiar como estratégias para desenvolvimento do diálogo e avaliação de habilidades cognitivas, motoras e de linguagem (Anderson et al., 2010).

O desenho também é utilizado como recurso complementar às entrevistas com crianças com dificuldade de expressão através da fala, seja por estarem desenvolvendo esta habilidade, seja por questões de deficiência motora, mental ou outras. Uma terceira justificativa de pesquisadores para a associação entre desenho e entrevista investigativa, é que o desenho pode ser útil para a autogeração de dicas contextuais que favorecem o relato infantil sobre a suposta experiência de abuso (Katz & Hershkowitz, 2010).

Os estudos recuperados que versam sobre o uso do desenho, foram todos desenvolvidos associando este recurso à entrevista baseada no protocolo NICHD. Objetivavam explorar as formas como o desenhar pode facilitar a narrativa da criança durante entrevistas sobre suposto abuso sexual (Katz & Hamama, 2013); avaliar entrevistas investigativas comparando a percepção das crianças quando a entrevista envolvia ou não o

uso de desenho (Katz, Barnett,& Hershkowitz, 2014); e explorar os efeitos do desenhar durante entrevistas investigativas na riqueza de detalhes verbalizados pelas crianças (Katz & Hershkowitz, 2010). Em todos os estudos houve entrevista inicial com o protocolo NICHD e, após, era solicitado que a criança desenhasse o que havia lhe ocorrido e contasse novamente a situação do início ao fim. Note-se que não há interpretação do desenho pelo entrevistador, este é utilizado como instrumento facilitador e organizador do relato da criança, este sim empregado para fins probatórios.

As crianças que passaram pela experiência de desenho relataram mais sentimentos de sucesso, contudo, não houve diferença significativa entre os grupos quanto às verbalizações de alívio e esperança na pesquisa de Katz et al. (2014). Tanto no estudo de Katz e Hamama (2013) quanto no de Katz e Hershkowitz (2010), ficaram demonstrados benefícios decorrentes da utilização do desenho nos moldes descritos. Após a confecção dos desenhos, as crianças relataram as situações abusivas de forma mais sequencial e organizada, além de terem fornecido mais informações relevantes (Katz & Hamama, 2013). Na pesquisa de Katz e Hershkowitz (2010), as crianças na condição de desenho forneceram maior proporção de novos detalhes centrais na segunda parte da entrevista, quando o desenho foi utilizado, se comparadas ao grupo na outra condição experimental, sem desenho. Foi observado que, diante de questões abertas, houve fornecimento de mais detalhes pelo grupo da condição de desenho; não tendo sido demonstrada diferença significativa entre os grupos diante de questões focadas (Katz & Hershkowitz, 2010).

Os autores pontuaram que o desenhar pode ter gerado estímulos à evocação da memória do evento. Por lidar com estímulos sensoriais e emocionais, o desenhar pode ter sido benéfico para evocar memórias traumáticas e facilitar o relato verbal organizado da criança (Katz & Hamama, 2013). Note-se, contudo, que ambos os estudos tinham como sujeitos crianças supostamente vítimas de episódio único de abuso extrafamiliar, a fim de evitar que as

informações prestadas pelas crianças fossem do tipo memória em *script*, ou seja, verbalizar sobre uma sequência habitual vivenciada pela criança, não necessariamente ou inteiramente experimentada pela criança em determinado episódio abusivo. Não houve análise de casos em que as crianças passaram por situações mais complexas do que uma situação abusiva por terceiros (Katz & Hamama, 2013). Tal lacuna demanda investigação já que levantamentos epidemiológicos demonstram que a maior parte dos casos de violência sexual são perpetrados por pessoas próximas às crianças como pais e outros familiares, ou alguém do convívio da criança e do adolescente (Abuso sexual é o 2º tipo de violência, 2012). Também subsiste a demanda por estudos com crianças ou adolescentes que passaram por múltiplas situações de abuso, pois dados de pesquisa dão nota de que o relato desse tipo de abuso contém características específicas (Katz et al., 2014).

5. Entrevistas com técnicas cognitivas.

Uma técnica cognitiva objeto de duas pesquisas recuperadas diz respeito ao restabelecimento mental de contexto (Darwinkel, Powell, & Sharman, 2014; Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, Horowitz, 2002). Estudos sugerem que dicas contextuais auxiliam a lembrar fatos por maximizar a similaridade entre o contexto no qual o evento foi vivenciado e as condições nas quais ele é lembrado. Dois tipos de restabelecimento de contexto seriam possíveis: o restabelecimento físico, no qual se expõe o indivíduo ao contexto no qual o evento teria ocorrido, e o restabelecimento mental, no qual são fornecidas orientações ao indivíduo para que este reconstrua mentalmente o cenário do evento (Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, Horowitz, 2002).

Um dos estudos examinou se o grau de estimulação da narrativa pelo entrevistador (número e tipo de enunciados) reduziria os efeitos observáveis do restabelecimento mental de contexto. Tal objetivo decorreu da constatação dos autores de que estudos anteriores

apresentavam resultados inconsistentes quanto ao fato de que o restabelecimento mental de contexto auxiliava na “recuperação” correta de informações sobre eventos vivenciados. Eles levantaram a hipótese de que o tipo de estimulação da narrativa das crianças/adolescentes – que ocorria de maneiras diferentes nos estudos – estaria influenciando o relato das crianças, talvez em maior proporção do que a técnica de restabelecimento mental de contexto (Darwinkel, Powell, & Sharman, 2014).

Para analisar tal hipótese, Darwinkel et al. (2014) delinearam um estudo análogo, em que 95 crianças vivenciaram um evento programado (show de mágica) e, após 7 a 10 dias do evento, passaram por entrevistas. À metade das crianças foi orientado o restabelecimento mental de contexto e à outra metade não. Em um delineamento cruzado, metade também recebeu estimulação de narrativa estendida (cerca de nove questões abertas) durante a entrevista e metade não (menos questões e facilitadores). Nos resultados obtidos, o restabelecimento mental de contexto não demonstrou efeito benéfico no desempenho das crianças durante a entrevista. As crianças mais velhas tiveram melhor desempenho que as mais novas e houve maior volume de informações quando a estimulação da narrativa foi estendida (Darwinkel et al., 2014).

O segundo estudo comparou os efeitos do restabelecimento de contexto físico e do restabelecimento contextual mental a partir de entrevistas forenses com crianças supostamente vítimas de abuso. Foram conduzidas 142 entrevistas, com crianças entre 4 e 13,5 anos, supostamente vítimas de abuso sexual extrafamiliar, em Israel. As entrevistas ocorriam em três condições diferentes: 1) na cena do suposto incidente – restabelecimento físico de contexto; 2) no escritório no entrevistador, com restabelecimento mental do contexto; 3) no escritório, sem dicas contextuais – grupo controle. Houve utilização do protocolo NICHD, com as diferenciações contextuais sendo estabelecidas logo após a fase pré-substantiva. Não houve diferença significativa no montante de detalhes fornecidos pelas crianças de cada

grupo, entretanto, as crianças do grupo com restabelecimento contextual mental forneceram mais detalhes em resposta a questões abertas e menos detalhes em resposta a questões diretivas do que as crianças nas outras condições. Em todas as condições de entrevista, as crianças de 7 a 13 anos forneceram significativamente mais detalhes do que as de 4 a 6 anos. As crianças mais novas forneceram menos detalhes em resposta a solicitações abertas e enunciados diretivos, e mais detalhes, proporcionalmente, em resposta a questões de múltipla escolha e enunciados sugestivos (Hershkowitz et al., 2002).

A generalização dos resultados das pesquisas descritas depende de novas investigações. Os dados foram contraditórios, vez que no primeiro estudo não foram observados benefícios e, no segundo, observou-se que o restabelecimento mental de contexto favoreceu as respostas às questões abertas e não foi menos efetivo do que o restabelecimento físico de contexto. Investigações na linha do estudo de Hershkowitz et al. (2002) possuem maior validade externa por terem ocorrido em campo e por ter contado com maior número de participantes. Destaque-se que, caso haja futura corroboração dos resultados deste estudo, a incorporação do restabelecimento mental de contexto em entrevistas forenses é viável do ponto de vista prático, não importando em custos adicionais de deslocamento ou organização logística.

6. Outros estudos recuperados.

Outras duas pesquisas recuperadas foram exclusivas na amostra quanto ao seu objetivo. Uma delas trata da avaliação do desenvolvimento da criança, prévia à entrevista, para adequação das questões à capacidade de compreensão do entrevistado; e outra investigou especificamente o uso do termo “toque” pelas crianças como sinônimo de contatos corporais, vez que esse termo é recorrentemente utilizado por entrevistadores em suas interações com as crianças (Powell, Wilson, & Hasty, 2002; Teoh, Pipe, Johnson, & Lamb, 2014).

Powell et al. (2002) pesquisaram sobre um programa de computador para avaliar o desenvolvimento de conceitos de tempo, espaço, número e cores previamente à entrevista com crianças. O estudo contou com a participação de 102 crianças, pré-escolares, sendo metade meninos e outra metade meninas. Elas foram divididas em três grupos: grupo 1, participou de avaliação verbal, com questões apresentadas por um pesquisador; grupo 2, foi avaliado com a utilização do programa Marvin; e o grupo 3 não foi avaliado – grupo controle. Após a avaliação, as crianças passavam por entrevista em que eram solicitadas a contar sobre um evento ocorrido na escola.

Não houve efeito significativo do tipo de avaliação na proporção de questões que as crianças responderam corretamente durante a entrevista, portanto, não houve efeito prejudicial do uso computador como ferramenta de avaliação. Também não houve diferença, independentemente do tipo de avaliação, quanto à consistência entre a resposta à avaliação e à entrevista no que diz respeito aos conceitos numéricos, de cores e de espaço. Nos conceitos temporais, entretanto, houve maior consistência entre os dados da avaliação verbal e a entrevista, do que da avaliação computadorizada e a entrevista. As crianças consideraram a avaliação computadorizada mais agradável do que a verbal. Além disso, os resultados deste estudo demonstram que a avaliação com o uso de questões diretas pode ser feita sem prejuízos à entrevista, contanto que na construção do *rapport* seja enfatizado o uso de questões abertas.

Teoh et al. (2014), examinaram a forma como as crianças referem-se a contatos corporais ao longo de entrevistas de avaliação de abuso sexual infantil. Procederam à análise de 192 entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual, entre 4 e 13 anos. Foi examinada a frequência em que as vítimas descreviam contatos corporais como “toque” e o tipo de solicitações dos entrevistadores associadas com relatos de toques. Mesmo crianças pequenas referiram-se a contatos corporais enquanto toques e utilizaram a palavra “toque” mais frequentemente em resposta a enunciados de recordação do que de reconhecimento.

Independentemente da idade, crianças tipicamente utilizaram o termo “toque” antes de o entrevistador ter utilizado esse termo, sugerindo que as crianças, mesmo as pequenas, são capazes de reportar toques sem serem induzidas pelo entrevistador. Destaque-se que este estudo foi conduzido no oeste dos Estados Unidos o que deve ser considerado um fator comprometedor da generalização dos resultados dessa pesquisa à realidade brasileira. Contudo, fornece um método de pesquisa interessante de ser replicado na nossa cultura.

Considerações Finais

Pesquisas conduzidas na década de 90 identificaram um contínuo de risco de contaminação das repostas das crianças durante entrevistas. As questões abertas ou solicitações estariam no pólo em que se constatava menos risco de indução; em seguida apareciam questões focadas, porém ainda abertas; passando-se às questões sobre detalhes específicos ou de múltipla-escolha; às questões de escolha forçada e, por fim, chegando-se às perguntas coercitivas ou enganosas (Hershkowitz, 2002). Os estudos recuperados nesta revisão, que abrangeu toda a década seguinte, consolidaram a existência deste contínuo e acrescentaram informações importantes aos profissionais da área, por exemplo, no que diz respeito à importância dos facilitadores (Hershkowitz, 2002).

Questões abertas e facilitadores favoreceram relatos mais detalhados tanto em entrevistas sem uso de qualquer protocolo quanto em entrevistas com protocolos, como o NICHHD e o RATAC. Por outro lado, questões diretivas, de múltipla-escolha e sugestivas favoreceram contradições nos relatos, o que colocou em cheque a veracidade das informações prestadas. Isso foi ainda mais significativo com relação às questões de múltipla-escolha e sugestivas na presença das quais as crianças e adolescentes apresentaram contradições inclusive sobre detalhes centrais do suposto abuso.

As crianças mais velhas, em geral, forneceram mais detalhes frente a todos os tipos de enunciados dos entrevistadores, porém, proporcionalmente, crianças pequenas (entre 4 e 6 anos) também foram capazes de fornecer informações a questões abertas, principalmente, diante de questões abertas guiadas, como “você me disse que... me diga tudo que sabe sobre isso”. Diante de questões múltiplas – aquelas em que várias perguntas são formuladas em um mesmo momento – as crianças predominantemente responderam apenas à primeira pergunta ou forneceram respostas confusas, o que torna esse tipo de enunciado contraindicado.

Outro aspecto constatado foi a relação inversamente proporcional entre a duração do enunciado e a duração das respostas, vez que questões breves resultaram em relatos mais extensos e questões longas, em relatos breves. Avaliando-se o efeito da resposta do entrevistado nos enunciados formulados pelo entrevistador, observou-se que repostas “sim” ou “não” tenderam estar relacionadas com a formulação de convites; e o fornecimento de detalhes pelas crianças, tenderam estar relacionados com a formulação de questões diretivas.

O uso de protocolo - principalmente o NICHHD que foi o mais pesquisado na amostra - atenuou questões de gênero, favoreceu a análise com maior precisão sobre a credibilidade do relato das crianças, diminuiu a incidência de questões sugestivas e de múltipla-escolha e aumentou a taxa de questões abertas. Assim, pode-se afirmar que o uso de protocolo favoreceu a adesão a boas práticas, o que não foi observado de forma tão significativa com as orientações do Memorando de Boas Práticas já que, quando este foi o padrão adotado, houve poucas perguntas abertas nas entrevistas. A quantidade significativa (35% da amostra) de estudos nos quais as técnicas de entrevista utilizadas não foram estruturadas ou não havia qualquer informação sobre o uso de formato padrão para sua condução, é preocupante. Isto porque sinaliza que, mesmo diante de dados consistentes de que formatos estruturados favorecem a adesão a boas práticas, é comum que os profissionais questionem a criança de

modo variável, incorrendo com maior facilidade no uso de questões inapropriadas ou em práticas questionáveis.

Com relação ao procedimento de estabelecimento de *rapport*, as pesquisas indicaram que aqueles métodos que incluíam prática narrativa favoreceram relatos mais extensos das crianças na fase substantiva. Também se constatou que comentários de suporte contingentes às respostas de resistência das crianças auxiliaram na interação verbal e na manutenção do *rapport*. Este dado que indica que o estabelecimento de *rapport* não pode ser compreendido enquanto circunscrito a uma etapa da entrevista, mas sim em comportamentos do entrevistador que favoreçam a continuidade da interação verbal ao longo de toda a entrevista.

Quanto ao uso de recursos adicionais à entrevista, o desenho mostrou-se útil ao favorecimento de relatos mais organizados e sequenciais, principalmente, após aplicação do protocolo NICHD. O diagrama corporal, igualmente, foi mais pesquisado como recurso adicional à entrevista com o protocolo NICHD, condição na qual favoreceu a obtenção de informações relevantes, sendo especialmente útil com crianças menores. Entretanto, uma ressalva quanto ao diagrama corporal, é o fato de que este recurso usualmente é utilizado com a formulação de questões múltipla-escolha, que não são favoráveis à fidedignidade dos relatos. No estudo de Poole & Dickson (2011), por exemplo, o diagrama corporal aumentou a probabilidade das crianças relatarem toques que não ocorreram com base em histórias que lhe foram contadas, mas não vivenciadas por elas.

A repetição de entrevistas com o protocolo NICHD resultou em benefícios em termos de obtenção de novas informações, sendo muitas delas sobre aspectos centrais da investigação. Reduziu-se o número de detalhes repetidos quando a segunda entrevista foi conduzida pelo mesmo entrevistador e em intervalo breve. Na ausência de protocolo, a repetição de entrevistas repercutiu em aumento de perguntas sugestivas e em problemas de

continuidade, tendo sido comum que o entrevistador passasse de assuntos pontuais para gerais, e não o inverso, como indicado.

Alguns temas que carecem de maior investimento científico são a técnica de restabelecimento de contexto mental *versus* físico e o procedimento de avaliação prévia à entrevista sobre o desenvolvimento de repertório verbal e de conceitos de tempo, número, cor e espaço pela criança. Além disso, atentando-se à escassez de estudos brasileiros sobre entrevistas com crianças e adolescentes em caso de abuso sexual, sugerem-se novas pesquisas que avaliem a forma como crianças brasileiras referem-se a contatos corporais e respondem aos tipos de enunciados formulados pelos entrevistadores, já que questões de linguagem e culturais podem exercer significativa influência.

Por fim, levantamentos epidemiológicos demonstram que a maior parte dos casos de violência sexual são perpetrados por pessoas próximas às crianças como pais e outros familiares, ou alguém do convívio da criança e do adolescente (Brasil, 2012). Grande parte das pesquisas recuperadas envolveu episódios únicos de abuso supostamente praticado por terceiros, de modo que persiste a demanda de ulteriores investigações sobre abuso intrafamiliar. Também subsiste a demanda por estudos com crianças ou adolescentes que passaram por múltiplas situações de abuso, pois dados de pesquisa dão nota de que o relato desse tipo de abuso contém características específicas (Katz et al., 2014).

Referências

Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças, mostra pesquisa. (2012).

Recuperado em 15 maio, 2015, de <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contra-criancas-mostra-pesquisa>. BRASIL,

Ahern, E. C., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Winstanley, A. (2014,

November/December). Support and reluctance in the pre-substantive phase of alleged

- child abuse victim investigative interviews: revised versus standard NICHD protocols. *Behavioral Sciences & The Law*, 32(6), 762-774.
- Aldridge, J., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2004). Using a human figure drawing to elicit information from alleged victims of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72(2), 304-316.
- Anderson, G. D., Anderson, J. N., & Gilgun, J. F. (2014). The influence of narrative practice techniques on child behaviors in forensic interviews. *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(6), 615-34.
- Anderson, J., Ellefson, J., Lashley, J., Miller, A. L., Olinger, S., Russell, A., Stauffer, J., & Weigman, J. (2010). The cornerhouse forensic interview protocol: ratac. *T. M. Cooley Journal of Practical and Clinical Law*, 12, 193-328.
- Blefari, C. A. (2014). *Capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Brino, R. F. (2007). *Professores como agentes de proteção ao abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M.-E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013, December). The NICHD investigative interview protocol: an analogue study. *Journal of experimental psychology*, 19(4), 367-82.
- Brubacher, S. P., & La Rooy, D. (2014, February). Witness recall across repeated interviews in a case of repeated abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38(2), 202-211. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2013.06.010>.

- Cederborg, A. C., Danielsson, H., La Rooy, D., & Lamb, M. E. (2009). Repetition of contaminating question types when children and youths with intellectual disabilities are interviewed. *Journal of Intellectual Disability Research, 53*(5), 440-449.
- Cheung, M. (2008). Promoting effective interviewing of sexually abused children: a pilot study. *Research on Social Work Practice, 18*(2), 137-143.
- Costa, A., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: S. H. Koller, M. C. P. Couto, J. V. Hohendorff. *Manual de produção científica*. (pp. 55-70). Porto Alegre: Penso.
- Cronch, L. E., Viljoen, J. L., & Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behavior, 11*, 195-207.
- Darwinkel, E. C., Powell, M. B., & Sharman, S. J. (2014). Does extensive free narrative prompting minimise the effect of mental reinstatement on children's recall of events? *Psychiatry, Psychology and Law, 21*(3), 351-359.
- Daviesl, G. M., Westcott, H. L., & Horan, N. (2000). The impact of questioning style on the content of investigative interviews with suspected child sexual abuse victims. *Psychology, Crime & Law, 6*(2), 81-97.
- Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940*. (1940). Código Penal. Recuperado em 12 março, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12848.htm.
- Feltis, B. B., Powell, M. B., Snow, P. C., & Hughes-Scholes, C. H. (2010). An examination of the association between interviewer question type and story-grammar detail in child witness interviews about abuse. *Child Abuse & Neglect, 34*(6), 407-413.
- Fogarty, K., Augoustinos, M., & Kettler, L. (2013, August). Re-thinking rapport through the lens of progressivity in investigative interviews into child sexual abuse. *Discourse Studies, 15*(4), 395-420.

- Gava, L., Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 137-145.
- Gilstrap, L. L. (2004). A missing link in suggestibility research: What is known about the behavior of field interviewers in unstructured interviews with young children? *Journal of Experimental Psychology-Applied*, 10(1), 13-24.
- Hackbarth, C. (2015). *Protocolo nichd: validação e capacitação em uma amostra de profissionais brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Hershkowitz, I. (2002). The role of facilitative prompts in interviews of alleged sex abuse victims. *Legal and Criminological Psychology*, 7(1), 63-71.
- Hershkowitz, I., & Terner, A. (2007, December). The effects of repeated interviewing on children's forensic statements of sexual abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 21(9), 1131-1143.
- Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: the role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 99-110.
- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006, julho). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 753-769. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2005.10.016>.
- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz D. (2002). A comparison of mental and physical context reinstatement in forensic interviews with alleged victims of sexual abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 16(4), 429-441.
- Home Office (1992). *Memorandum of good practice on video recorded interviews with child witnesses for criminal proceedings*. London: HMSO.

- Kask, K. (2012). Dynamics in using different question types in estonian police interviews of children. *Applied Cognitive Psychology*, 26(2), 324-329.
- Katz, C., & Hamama, L. (2013). Draw me everything that happened to you: exploring children's drawings of sexual abuse. *Children and Youth Services Review*, 35(5), 877-882.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2010). The effects of drawing on children's accounts of sexual abuse. *Child Maltreatment*, 15(2), 171-179.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2012, November/December). The effect of multipart prompts on children's testimonies in sexual abuse investigations. *Child Abuse & Neglect*, 36(11-12), 753-759. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2012.07.002>
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2013). Repeated interviews with children who are the alleged victims of sexual abuse. *Research on Social Work Practice*, 23(2), 210-218.
- Katz, C., Barnett, Z., & Hershkowitz, I. (2014). The effect of drawing on children's experiences of investigations following alleged child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38(5), 858-867.
- Korkman, J., Santtila, P., & Sandnabba, N. K. (2006). Dynamics of verbal interaction between interviewer and child in interviews with alleged victims of child sexual abuse. *Scandinavian Journal of Psychology*, 47(2), 109-119.
- Korkman, J., Santtila, P., Drzewiecki, T., & Sandnabba, N. K. (2008a). Failing to keep it simple: Language use in child sexual abuse interviews with 3-8-year-old children. *Psychology, Crime & Law*, 14(1), 41-60.
- Korkman, J., Santtila, P., Westeraker, M., & Sandnabba, N. K. (2008b). Interviewing techniques and follow-up questions in child sexual abuse interviews. *European Journal of Developmental Psychology*, 5(1), 108-128.

- Lamb, M. E., & Fauchier, A. (2001). The effects of question type on self-contradictions by children in the course of forensic interviews. *Applied Cognitive Psychology, 15*(5), 483-491.
- Lamb, M. E., & Garretson, M. E (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behavior, 27*(2), 157-171.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: structured investigative of child victims and witnesses*. Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Hovav, M., Manor, T., & Yudilevitch, L. (1996). Effects of investigative utterance types on Israeli children's responses. *International Journal of Behavioral Development, 19*(3), 627-637.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H. L., Esplin P. W., & Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews with alleged victims of child sexual abuse in Britain. *Applied Cognitive Psychology, 23*(4), 449-467.
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71*(5), 926-934.
- Lindberg, M. A., Chapman, M. T., Samscock, D., Thomas, S. W., & Lindberg, A. W. (2003). Comparisons of three different investigative interview techniques with young children. *Journal of Genetic Psychology, 164*(1), 5-28.
- Lyon, T. D. (2012). Twenty-five years of interviewing research and practice: dolls, diagrams, and the dynamics of abuse disclosure. *APSAC Advisor, 24*(1-2), 14-19.
- Ministry of Justice. (2011). *Oficio circular n. 2011/03*. Publication of achieving best evidence: guidance on interviewing victims and witnesses, and guidance on using special

measures. Recuperado em 15 outubro, 2015, de

<http://www.justice.gov.uk/downloads/legislation/bills-acts/circulars/achieving-best-evidence-circular-2011-03.pdf>.

- Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2000). Enhancing children's narratives in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect*, 24(12), 1631-1648.
- Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2001). The relationship between within-interview contradictions and eliciting interviewer utterances. *Child Abuse & Neglect*, 25(3), 323-333.
- Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 733-752.
- Patterson, T., & Pipeb, M.-E. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect*, 33(8), 490-504.
- Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The relationship between question type and investigation relevant information. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 27(1), 45-54.
- Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: faça bonito*. (2013). Recuperado em 12 março, 2014, de <http://www.comitenacional.org.br/>.
- Poole, D. A., & Dickinson, J. J. (2011). Evidence supporting restrictions on uses of body diagrams in forensic interviews. *Child Abuse & Neglect*, 35(9), 659-669.
- Poole, D. A., Bruck, M. (2012, September). Divining testimony? The impact of interviewing props on children's reports of touching. *Developmental Review*, 32(3), 165-180.
- Powell, M. B., Wilson, J. C., & Hasty, M. K. (2002). Evaluation of the usefulness of 'Marvin'; a computerized assessment tool for investigative interviewers of children. *Computers in Human Behavior*, 18(5), 577-592.

- Santila, P., Korkman, J., & Sandnabba, N. K. (2004). Effects of interview phase, repeated interviewing, presence of a support person, and anatomically detailed dolls on child sexual abuse interviews. *Psychology, Crime & Law*, *10*(1), 21-35.
- Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *28*(2), 227-234.
- Schreiber, N. (2000). Interviewing techniques in sexual abuse cases - a comparison of a day-care abuse case with normal abuse cases. *Swiss Journal of Psychology*, *59*(3), 196-206.
- Snow, P. C.; Powell, M. B.; & Murfett, R. (2009, July). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. *Psychology, Crime & Law*, *15*(6), 555-568.
- Souza, C. J. (2014). *Psicologia Jurídica: encontros e desencontros em sua prática*. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de:
<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2014/psicologia-juridica-encontros-e-desencontros-em-sua-pratica-servidora-cristiana-jobim-souza>.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free-recall prompts in the course of forensic interviews. *Journal of Applied Psychology*, *86*(5), 997-1005.
- Stracke, C. B. (2013). *Avaliação da estrutura da entrevista investigativa com crianças*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: rapport-building, instruction, and evaluation. *Applied Developmental Science*, *14*(3), 154-163.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2013). Interviewer demeanor in forensic interviews of children. *Psychology, Crime & Law*, *19*(2), 145-159.

- Teoh, Y.-S., Pipe, M.-E., Johnson, Z. H., & Lamb, M. (2014, October). Eliciting accounts of alleged child sexual abuse: how do children report touch? *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(7), 792-803.
- Teoh, Y.-S., Yang, P.-J., Lamb, M. E., & Larsson, A. S. (2010). Do humans figure diagrams help alleged victims of sexual abuse provide elaborate and clear accounts of physical contact with alleged perpetrators? *Applied Cognitive Psychology*, 24(2), 287-300.
- Toth, P. (2011). Comparing the NICHD and RATAAC child forensic interview approaches: do the differences matter? *APSAC Advisor*, 20(1), 15-20.
- Westcott, H. L., & Kynan, S. (2004). The application of a 'story-telling' framework to investigative interviews for suspected child sexual abuse. *Legal and Criminological Psychology*, 9(1), 37-56.
- World Health Organization (WHO). (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: WHO.
- Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil: o protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, 22(2), 1-18.

CAPÍTULO 3

ARTIGO 2

Subsídios para a condução de entrevistas com crianças e adolescentes envolvidos em denúncias de abuso sexual

Vivian Senegalia Morete

Alex Eduardo Gallo

Resumo

O relato da criança ou adolescente envolvido em denúncias de abuso sexual é muitas vezes um dos principais elementos para decisões judiciais de proteção. Os profissionais que realizam entrevistas com supostas vítimas convivem com o desafio de proporcionar condições para descrições confiáveis e, ao mesmo tempo, garantir que tal momento seja o menos revitimizador possível para as crianças e adolescentes. A fim de que prestadores de serviço na área da proteção à infância e juventude tenham subsídios técnicos cada vez mais consistentes para sua atuação, é necessária ampla divulgação das técnicas de entrevista existentes. Ao longo deste artigo serão discutidas evidências científicas a respeito das técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil, com enfoque na qualificação do profissional da área aplicada. Os tópicos centrais serão: a função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente; a preparação para a entrevista; o estabelecimento de *rapport* e atenção à formulação de questões/enunciados; o uso de recursos associados à entrevista; e a repetição de entrevistas. Por fim, discute-se que a proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual perpassa pela condução adequada de entrevistas e por aspectos, igualmente fundamentais, relacionados à integração de serviços de atendimento.

Palavras-chave: abuso sexual, entrevista, Psicologia.

Abstract

The account of the child or adolescent involved in sexual abuse reports is often a key element to judicial protection decisions. Professionals who conduct interviews with alleged victims live with the challenge of providing conditions for reliable descriptions and, at the same time, ensuring that such a moment victimizes as least as possible children and adolescents. In order for service providers in the childhood and youth protection area have increasingly technical subsidies for its operations, it is required full exposition of existing interviewing techniques. Throughout this article will be discussed scientific evidence about the interview techniques in cases of suspected sexual abuse focusing on professional's of applied area qualification. The central topics are: the role / objectives of the interview with the child or adolescent; preparation of interview; establishing *rapport* and attention to the formulation of questions / statements; the use of resources associated with the interview; and the repetition of interviews. Finally, it is argued that the protection of childs and adolescents victims of sexual violence permeates the appropriated conduction of interviews and is, also fundamental, related to the integration of care services.

Keywords: sexual abuse, interview, Psychology.

Introdução

A avaliação da ocorrência de abuso sexual infantil constitui-se objeto de interesse de profissionais de diversas áreas uma vez que envolve a temática da proteção à criança, da punição do agressor e das repercussões sociais, físicas e psicológicas para os envolvidos. Dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República evidenciam que, em 2014, 24.575 queixas desses crimes foram recebidas pelo serviço de denúncia Disque 100, sendo 19.165 referentes a abuso sexual (Maranhão, 2015). Tais números, embora

significativos podem não refletir com fidedignidade o cenário nacional. Há algumas dificuldades práticas na revelação do abuso sexual infantil que levam a essa afirmação.

A primeira problemática envolvida é a da subnotificação. Uma vez que o abuso sexual infantil, em geral, ocorre em ambiente íntimo e familiar permeado pela característica do segredo, tanto entre agressor e vítima, quanto entre vítima, agressor e demais familiares, é recorrente que não haja revelação pela criança aos serviços de proteção (Dobke, Santos, & Dell'aglio, 2010; Mcglinchey, Keenan, & Dillenburger, 2000). Outro fator que repercute em dados estatísticos pouco precisos é o aspecto de que a revelação de situações abusivas de crianças pequenas, em geral, gera dúvida acerca da veracidade da informação. Isso, em virtude tanto da imagem social eventualmente positiva transmitida pelo abusador, quanto da concepção amplamente difundida de que o relato verbal infantil é facilmente sugestível (Mcglinchey et al., 2000).

A segunda problemática que interfere diretamente na sistematização de informações sobre a ocorrência de abuso sexual infantil diz respeito às diversas críticas que podem ser feitas à utilização de alguns instrumentais técnicos atualmente disponíveis para investigação da violência sofrida pela criança. Um dos principais aspectos é o de que certos tipos de abordagens técnicas partem do pressuposto de que as crianças com dificuldade de expressão por meio da fala podem ter o processo de revelação facilitado se utilizadas linguagens alternativas como o desenho, a expressão lúdica ou a linguagem metafórica (Mcglinchey et al., 2000). Embora a utilização de linguagens alternativas seja por vezes realmente útil para a construção de um ambiente familiar à criança, para o levantamento de dados acerca de suas relações familiares e íntimas, no que diz respeito ao abuso sexual infantil, geram dados que podem ser influenciados por diversas contingências não controladas e que estão sujeitos a subjetividade em suas interpretações. Algumas técnicas em particular podem induzir comportamentos sexualizados no brincar como, por exemplo, os bonecos anatomicamente

detalhados, o que dificulta ainda mais o alcance da confiabilidade das informações (Lyon, 2012).

Algumas das técnicas utilizadas por psicólogos para a perícia em casos de abuso sexual infantojuvenil envolvem o uso de desenhos (e.g., Katz & Hamama, 2013; Poole & Dickinson, 2011); estratégias lúdicas com a utilização de bonecos anatômicos ou não (e.g., Lyon, 2012; Poole & Dickinson, 2011); solicitação de relato escrito pela criança ou adolescente (e.g. Gava & Dell’Aglío, 2013); e a realização de entrevistas estruturadas ou não com os responsáveis e com as supostas vítimas (e.g., Cronch, Viljoen, & Hansen, 2006; Gava & Dell’Aglío, 2013; Gava, Pelisoli, & Dell’Aglío, 2013; McGlinchey et al., 2000; Schaefer, Rossetto, Kristensen, 2012).

No âmbito internacional, publicações fazem referência à consolidação da utilização de protocolos estruturados de entrevistas com crianças, prática ainda incipiente no Brasil (e.g., Anderson, Ellefson, Lashley, Miller, Olinger, Russell, Stauffer & Weigman, 2010; Froner & Ramires, 2008; Habigzang et al., 2008b; Harris, 2010; Hershkowitz, Fisher, Lamb, & Horowitz, 2007; Lamb, Orbach, Hershkowitz, Esplin, & Horowitz, 2007; Paixão & Deslandes, 2010; Peixoto, Ribeiro & Alberto, 2013; Santos & Dell’aglio, 2010; Schaefer et al., 2012; Williams, Hackbarth, Blefari, Padilha, & Peixoto, 2014). Os serviços de proteção brasileiros - Conselhos Tutelares, Centros de Referência Especializados de Assistência Social III, Institutos Médicos Legais, Delegacias, Tribunais - não adotam um modelo padrão para a condução das entrevistas investigativas com as crianças, o que confere ao profissional a liberdade para escolha das técnicas que avaliar pertinentes ao caso (e.g., Gava & Dell’Aglío, 2013).

O Conselho Federal de Psicologia em suas Resoluções nº 008/2010 e nº 017/2012, as quais abordam, respectivamente, a atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário e a atuação do psicólogo como perito, faz menção à possibilidade de o

profissional utilizar de entrevistas, recursos lúdicos, observações e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, conforme a especificidade de cada situação. Considerando-se o contexto de avaliação de ocorrência ou não de abuso sexual infantojuvenil, a existência de liberdade profissional confere ao psicólogo a responsabilidade pelo conhecimento e domínio das técnicas disponíveis.

A fim de que os profissionais que prestam serviço na área de proteção de crianças e adolescentes tenham subsídios técnicos cada vez mais consistentes para sua atuação, pondera-se a necessidade de ampla divulgação das técnicas de entrevista existentes; dos resultados de pesquisas que avaliem essas técnicas; da realização de novas pesquisas que analisem cientificamente protocolos de levantamento de informações sobre o abuso sexual infantojuvenil e tornem técnicas confiáveis acessíveis à realidade brasileira. Embora existam alguns estudos brasileiros específicos sobre técnicas de entrevista psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil, a partir de pesquisa exploratória para verificação do estado da arte, foram encontradas restritas referências que abordam este tema (e.g. Blefari, 2014; Gava et al. 2013; Habigzang, Dala Corte, Hatzenberger, Stroehrer & Koller, 2008a; Hackbarth, 2015; Leidch, 2004; Pelisoli, 2013; Pisa, 2006; Stracke, 2013; Williams et al., 2014).

Habigzang et al. (2008a), discutiram um modelo de avaliação psicológica, proposto pelas próprias autoras, que englobava a realização de entrevista semi-estruturada, a utilização de escalas e inventários e a entrevista estruturada para avaliação de estresse pós-traumático com crianças e adolescentes supostamente vítimas de abuso sexual. Pisa (2006), por sua vez, analisou alguns estudos sobre técnicas de entrevista forense e seus efeitos sobre a qualidade das declarações das crianças, utilizando-se como principal referência um livro, o *Jeopardy in the Courtroom: A Scientific Analysis of Children's Testimony*, de Stephen Ceci e Maggie Bruck, publicado em 1996. Stracke (2013) avaliou a estrutura de entrevistas investigativas

com crianças pré-escolares, tendo descrito aspectos do protocolo NICHD, da entrevista cognitiva e do *Memorandum of Good Practice*.

Gava et al. (2013) apresentaram diversos modelos nacionais e internacionais de realização de perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil e identificaram modos bastante diversos de atuação, ressaltando dificuldades comuns em termos da avaliação de possíveis danos psíquicos e da credibilidade do relato da suposta vítima. Pelisoli (2013) pesquisou sobre as práticas de profissionais de Psicologia em situações de abuso sexual infantil e, em sua amostra de 95 psicólogos brasileiros, constatou que a entrevista com a criança supostamente vítima é o principal instrumento utilizado pelos profissionais para investigação do abuso.

Williams et al. (2014) procederam a uma revisão sistemática da literatura com enfoque em pesquisas sobre o protocolo NICHD, um dos protocolos mais utilizados e pesquisados por profissionais no âmbito internacional. E, por fim, Blefari (2014) e Hackbarth (2015) investigaram modelos de capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil.

Depreende-se dessa sintética enumeração dos estudos, o reduzido volume de revisões sistemáticas brasileiras que abordem diversas técnicas de entrevista investigativa com crianças e adolescentes supostamente vítimas de abuso. Tal lacuna na produção nacional sinaliza possível dificuldade do profissional da área aplicada para integrar informações sobre os estudos, seja para refutar algumas técnicas que não se mostrem confiáveis, quanto para escolher, dentre as técnicas existentes, aquelas que melhor atendam à demanda prática que necessita responder. O presente trabalho pretende contribuir para a construção dessas escolhas, a partir da discussão de evidências oriundas de revisão sistemática conduzida por Morete e Gallo (2015)^a sobre técnicas de entrevista para avaliação de abuso sexual

^a Trabalho em fase de submissão para publicação.

infantojuvenil. Para tanto, alguns tópicos centrais serão abordados: a) função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente; b) preparação para a entrevista; c) estabelecimento de *rapport* e atenção à formulação de questões/enunciados; d) uso de recursos associados à entrevista; e e) repetição de entrevistas. Por fim, discute-se que a proteção à criança e ao adolescente vítimas de violência sexual perpassa pela condução adequada de entrevistas e por aspectos, igualmente fundamentais, relacionados à integração de serviços de atendimento.

Função/objetivos da entrevista com a criança ou adolescente.

As entrevistas conduzidas com crianças ou adolescentes supostamente vítimas de abuso sexual no transcorrer de uma investigação ou de um processo judicial contemplam, minimamente, dois enfoques. Um deles é o de garantir a segurança da criança/adolescente e o segundo, é o de obter informações para a punição a eventuais perpetradores da violência. Desta perspectiva, uma boa entrevista é aquela capaz de trazer informação acurada, que levante detalhes centrais à compreensão da situação e que seja estruturada e coerente, de modo a informar e ser compreensível a quem ouve (Snow, Powell, & Murfett, 2009).

Ao investir na construção de um sistema eficiente de proteção à infância e em formas adequadas de entrevista, promove-se um terceiro aspecto, possivelmente o mais essencial e desafiador: minimizar as consequências psicológicas do abuso e evitar revitimizações. Neste sentido, é imprescindível desenvolver mecanismos para que a entrevista, ou mesmo a investigação de modo mais amplo, não seja uma experiência que aumente níveis de ansiedade, estresse, culpa ou vergonha das crianças. A experiência de entrevista, se inserida em um sistema eficiente de proteção, pode ser um importante instrumento para a sensação de empoderamento, autoconfiança e senso de justiça das vítimas (Katz, Barnett, & Hershkowitz, 2014).

Preparação para a entrevista.

Previamente ao início da entrevista, a preparação do entrevistador e do ambiente físico e a atenção a alguns aspectos como o desenvolvimento da criança, são necessários. Quanto ao ambiente físico onde a criança é entrevistada, a existência de muitos estímulos na sala, tais como brinquedos, jogos, desenhos, pode favorecer o relaxamento da criança e contribuir para a construção de um *rapport* com o entrevistador. Contudo, são desfavoráveis na perspectiva de que estimulam a imaginação e a fantasia quando a criança está sendo requisitada a verbalizar somente sobre eventos vivenciados de fato. Tais estímulos também favorecem que a criança se distraia, não fique atenta às questões do entrevistador, o que aumenta a probabilidade de respostas não acuradas ou não compreensíveis. Assim, um ambiente confortável, não intimidador e livre de muitos estímulos é suficiente à condução da entrevista (Stracke, 2013). Isto não impede que o entrevistador realize momentos prévios com a criança de ambientação e construção de *rapport* com uso de mais estímulos, se necessário.

Como uma narrativa, a revelação de abuso sexual por uma criança ou adolescente perpassa por suas noções de relações temporais, espaciais, numéricas e de cores. Disto decorre a indicação de uma avaliação prévia à entrevista. As questões formuladas precisam adaptar-se ao nível de desenvolvimento da criança. Quando ela demonstra entender um termo em um teste padrão, pode-se dizer que é mais provável que ela use este termo de modo apropriado ao relatar uma situação. Por exemplo, se a criança não conhece a função da palavra “anteontem” ou “antes”, há necessidade de adaptação das questões com outros termos para as referências temporais, como “era um dia de ficar em casa ou de ir à escola?”, e assim por diante (Powell, Wilson, & Hasty, 2002).

Além disso, a capacidade de concentração das crianças é reduzida, de modo que uma entrevista longa, nem sempre é sinônimo de qualidade. Cheung (2008), por exemplo, indicou que as entrevistas durassem cerca de 15 a 30 minutos, no máximo. No *Memorandum of Good*

Practice on Video-Recorded Interviews With Child Witnesses for Criminal Proceedings (Home Office, 1992), a indicação é de que não se estenda por mais de uma hora. Com crianças pequenas o tempo de entrevista tende a ser menor, pois elas usualmente fornecem relatos mais breves sobre suas experiências do que crianças mais velhas. Pré-escolares e crianças pequenas também tendem a ser mais susceptíveis a questões sugestivas sobre suas experiências e selecionar respostas erradas em questões de escolha forçada, o que exige cuidado adicional na entrevista (Aldridge et al., 2004; Lamb et al., 2003; Thoresen, Lønnum, Melinder, & Magnussen, 2009).

O sexo do entrevistador em relação ao do entrevistado é um elemento a ser considerado (Lamb & Garretson, 2003). Em pesquisa conduzida por Lamb & Garretson (2003), homens entrevistaram crianças de ambos os sexos de forma similar. Mulheres utilizaram mais questões sugestivas com as crianças do sexo masculino do que com crianças do sexo feminino. Meninas de todas as idades forneceram mais informações em resposta a solicitações diretivas feitas por mulheres. O gênero do entrevistador não resultou em efeitos significativos nas respostas das crianças do sexo masculino. Tais diferenças foram atenuadas com o uso de protocolos (Lamb & Garretson, 2003). Embora esta pesquisa tenha se baseado em uma amostra significativa, foi a única desta natureza recuperada, por isso, para generalização de seus resultados, seria interessante novos estudos avaliando a questão do gênero, inclusive com população brasileira.

O uso de protocolos de entrevistas, tais como o protocolo NICHD (*National Institute of Child Health and Human Development*), RATAC (*Rapport, Anatomy identification, Touch inquiry, Abuse scenario, and Closure*), também conhecido como *Corner House Forensic Interview Protocol* ou outros é bastante difundido internacionalmente e demonstra-se favorável para conferir segurança ao entrevistador, para que se atinja maior adesão dos profissionais às recomendações decorrentes de pesquisas da área e, conseqüentemente, para

que os relatos das crianças sejam mais claros, fidedignos e informativos. Há necessidade de que o entrevistador seja capacitado para a utilização desses protocolos, sendo indicado contínuo treinamento, com monitoramento e feedback, no caso do protocolo NICHD (Orbach et al., 2000). Este protocolo, que tem sido objeto de várias pesquisas, confere prioridade ao uso de questões abertas e a estímulos que favoreçam a descrição dos eventos vivenciados sem induzir ou sugestionar o relato da criança (Blefari, 2014; Hackbarth, 2015; Williams et al., 2014).

O tipo de abuso experienciado pela criança ou adolescente - múltiplo, intrafamiliar ou extrafamiliar - é um fator a ser levado em consideração quando da realização da entrevista. No abuso sexual intrafamiliar, por exemplo, a pactuação do segredo entre vítima e abusador pode ser ainda mais presente do que em outras circunstâncias e muitas vezes impedir que a criança discuta abertamente com alguém que ela está vendo pela primeira vez, sobre experiências sexuais com pessoas de seu convívio próximo (Katz et al., 2014). Considerando este fator, a construção do *rapport* e a decisão pela realização ou não de mais de uma entrevista são pontos a serem planejados cuidadosamente pelo entrevistador.

Estabelecimento de *rapport* e atenção à formulação de questões/enunciados.

Após a etapa de planejamento e preparação para a entrevista, invariavelmente, é indicado que os primeiros momentos do entrevistador com a criança sejam dedicados à construção de *rapport*. Esta fase presta-se a diversas funções, tais como reduzir níveis de ansiedade e desconforto da criança; desenvolver certo grau mínimo de interação com o entrevistador, já que as crianças/adolescentes tendem a ser menos precisas e mais sugestionáveis quando questionadas por figuras de autoridade; permitir que o entrevistador tenha uma avaliação mínima das habilidades verbais e cognitivas, bem como do estado emocional da criança; e pode ser o momento para se explicar à criança/adolescente acerca das

regras da entrevista, que no âmbito forense diferenciam-se consideravelmente do ambiente clínico (Roberts, Lamb, Sternberg, 2000).

A construção do *rapport* usualmente envolve apresentação do entrevistador, ambientação da criança ao espaço físico, a abordagem acerca das atividades que a criança/adolescente gosta ou outros interesses gerais. Há possibilidade de condução de *rapport* de maneira mais direta ou com questões abertas. Esta última é mais indicada inclusive para constituir treino para as perguntas posteriores da entrevista, que podem ser pouco comuns no dia-a-dia das crianças. Alguns exemplos de enunciados de construção de *rapport* com questões fechadas são: “qual sua brincadeira favorita?”, “qual sua comida favorita?”, “você gosta de assistir filmes?”, “você tem algum animal de estimação?”, entre outras inúmeras possibilidades. Dentre questões para construção de *rapport* em formato aberto, podem-se listar como exemplos: “me conte sobre você. Eu realmente gostaria de conhecê-lo melhor.”, “fale mais sobre... (algun interesse que a criança tenha mencionado)”, “me conte sobre o que você gosta de fazer em casa”, “o que você mais gosta na escola?” ou “quem são seus amigos? Do que vocês brincam juntos?”, entre outras (Roberts et al., 2000).

A duração da fase de *rapport* é um fator importante a ser considerado já que sua maior extensão pode ser contraproducente para a fase subsequente, diminuindo a probabilidade de cooperação na fase substantiva da entrevista (Roberts et al., 2000). Alguns autores indicam que ela não dure mais de oito minutos, embora a controvérsia persista (Daviesl, Westcott & Horan, 2000). Diante de padrões de relutância expressivos da criança, pode ser considerada a realização de mais de um contato, sendo os primeiros destinados especifica e exclusivamente à descontração e construção de *rapport*.

Iniciar a entrevista com estratégias de construção de *rapport* é necessário, contudo, pesquisas sinalizaram a importância de compreensão do *rapport* não enquanto fase, mas como o constante investimento na cooperação durante a entrevista (Fogarty, Augoustinos, &

Kettler, 2013). Tanto assim, que Ahern, Hershkowitz, Lamb, Blasbalg e Winstanley (2014) desenvolveram estudo com versão revisada do protocolo NICHD, que proporciona mais apoio às crianças ao longo da entrevista do que a versão tradicional. Os resultados mostraram que é importante que comentários de suporte/apoio (por exemplo: “eu realmente quero conhecê-lo melhor”, “você me disse que se sentiu..., obrigada por me deixar escutar você”, e outras expressões de empatia e de aceitação de sentimentos) sejam contingentes à manifestação de relutância da criança, pois tal medida aumentou a cooperação da criança com a continuidade da entrevista, sendo o contrário também verdadeiro. Quando o entrevistador desenvolve um ambiente de suporte à criança, ela torna-se menos susceptível de incorrer em erro frente a questões sugestivas, não sendo compelidas a tentar uma resposta mesmo que não soubessem (Almerigogna, Ost, Akehurst, & Fluck, 2008).

Seguidamente à introdução e construção de *rapport*, alguns entrevistadores e protocolos (como o protocolo NICHD), introduzem as regras da entrevista. As regras usualmente apresentadas são: 1) que a criança diga a verdade. No protocolo NICHD tal regra é introduzida, após um exercício de verdade e mentira com a criança. O entrevistador contextualiza sobre o fato de que parte de seu trabalho é conversar sobre coisas que aconteceram com crianças/jovens e que elas podem lhe contar a verdade sobre essas coisas. Em seguida, introduz o exercício e a regra:

Por isso, antes de começarmos, quero ter certeza de que você compreendeu que é muito importante contar a verdade”. “Se eu disser que os meus sapatos são vermelhos (ou verdes), isso é verdade ou é mentira?”(Esperar pela resposta, e depois dizer:) “Não pode ser verdade, pois os meus sapatos são (pretos, azuis, etc.). E se eu disser que agora estou sentado(a), isso é verdade ou é mentira (certo ou errado)?” (Esperar pela resposta). “Isso é verdade porque você pode ver que estou de fato sentada”. “Já vi que você compreende o que significa contar a verdade. É muito importante que hoje você me diga só a verdade. Você deve me falar só das coisas que realmente aconteceram com você” (Lamb, Hershkowitz, Orbach, & Esplin, 2008, apêndice 1).

Uma segunda regra apresentada é: 2) que a criança pode dizer quando não entendeu algo que o entrevistador falou e pedir para explicar melhor. A terceira regra: 3) é a de que a criança pode dizer que não sabe ou não se recorda, quando não souber ou não se recordar do que lhe foi perguntado. E a quarta e última: 4) que pode corrigir o entrevistador sempre que for necessário. Essas regras são especialmente úteis no contexto forense, quando a criança é entrevistada por alguma figura de autoridade. Nesta circunstância pode haver a tendência de que a criança forneça qualquer resposta ainda que ela não saiba, especialmente se a questão pode ser respondida apenas com “sim” ou “não” (Waterman, Blades, & Spencer, 2004). Além disso, explicar regras gerais e o propósito da entrevista demonstra-se favorável à qualidade do relato das crianças, que mesmo tendo idade inferior a sete anos, são capazes de compreender e seguir regras (Teoh & Lamb, 2010).

Alguns pesquisadores recomendam, e no protocolo NICHD tal recomendação é contemplada, que haja uma etapa prévia à parte substantiva da entrevista, em que ocorra treino da memória episódica. Neste treino, a criança/adolescente é solicitada a falar extensivamente sobre um evento/dia especial e sobre tudo o que fez no dia anterior à entrevista, desde o acordar até ir para cama. Ao solicitar que a criança não deixe nada de fora e fale mais sobre os assuntos, ocorre a prática narrativa, que consiste em treinar a criança, com temas neutros, a falar de forma completa sobre os temas, colocando-a no lugar de especialista durante a entrevista e, mais uma vez, favorecendo que ela se habitue aos tipos de questões subsequentes (G. D. Anderson, J. N. Anderson, & Gilgun, 2014).

Passadas as etapas preliminares, há indicação de que as entrevistas sigam para uma fase de narrativa livre, na qual a criança é solicitada a falar livremente sobre o que sabe a respeito do fato de estar naquele local para uma entrevista. É comum que nesta fase ocorra alguma menção ao suposto episódio abusivo ou a algum tipo de conflito e é a partir deste

conteúdo que os demais questionamentos da entrevista se desenrolarão. O protocolo NICHD apresenta diversas assertivas possíveis para abordar o tema, caso a criança não fale prontamente sobre o suposto abuso.^b

Ao questionar a criança sobre as situações abusivas, observou-se que as pesquisas recuperadas indicam um contínuo de risco, que vai desde as questões abertas ou convites - os tipos de enunciados mais favoráveis a relatos extensos e confiáveis - até as questões/enunciados sugestivos – que resultam em relatos com alta probabilidade de erro. Conforme esquema abaixo:

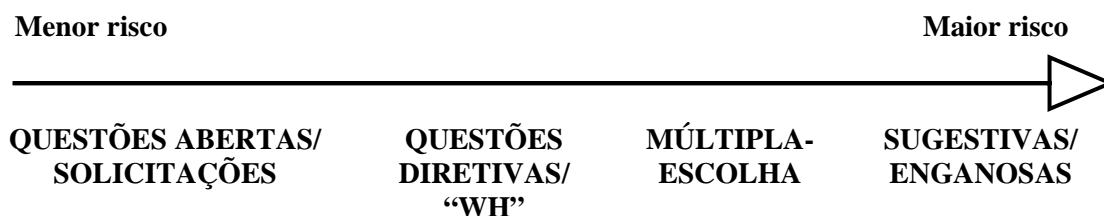


Figura 1: Contínuo de risco de enunciados dos entrevistadores em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil.

Assim, sugere-se iniciar a abordagem com amplo uso de questões abertas e convites guiados, passando-se às questões diretivas e, somente após, e caso necessário, às de múltipla escolha e fechadas, cujas respostas são restritas (Brown et al., 2013; Lamb & Fauchier, 2001; Lamb et al., 2003; Phillips, Oxburgh, Gavin, & Myklebust, 2012).

Segue tabela em que são descritos e exemplificados os tipos de questões/enunciados mencionados:

^b Uma versão completa do protocolo em sua versão traduzida para o português usado no Brasil, encontra-se disponível, gratuitamente, em: <http://nichdprotocol.com/the-nichd-protocol/>.

Tabela 1: Classificações, descrição e exemplos de enunciados de entrevistadores em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil.^c

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
QUESTÕES ABERTAS/CONVITES	Podem ter formato de questões, convites, imperativos ou afirmações. Este tipo de enunciado cria condições para uma resposta ampla da criança, conferindo apenas um enfoque geral.	"Conte-me tudo o que aconteceu do começo ao fim". "Descreva a sala para mim". "Explique-me como isso aconteceu". "Fale-me sobre como essa pessoa era". "E então, o que aconteceu?".
CONVITES GUIADOS	Também são questões abertas, porém, com um enfoque temporal ou em algo já mencionado pela criança. Há autores que não fazem distinção dos convites ou questões abertas.	"Você disse que ele tocou... me fale mais sobre isso". "Você disse que... o que aconteceu antes disso?". "e depois?...". "Pense na última vez em que aconteceu, e me conte tudo sobre isso".
QUESTÕES DIRETIVAS	Focam a atenção da criança para detalhes ou aspectos mencionados por ela anteriormente. Em inglês, tais questões usualmente iniciam por "wh" – who, where, when, what.	"Quem estava com ele quando isso aconteceu?" (se a criança já mencionou a presença de outra pessoa, p. ex.). "O que ele/ela fez?". "Qual roupa ele/ela usava?". "Quando foi que isso aconteceu?". "Onde vocês estavam?". "Onde ele/ela te tocou?". "Como vocês chegaram até esse lugar?". "Por que sua mãe não estava em casa?" (quando a criança já fez menção a este fato).
QUESTÕES MÚLTIPLA-ESCOLHA/ FECHADAS	Focam a atenção da criança para aspectos ou detalhes que ela não mencionou anteriormente na entrevista. Oferece limitadas opções às crianças/adolescentes. Incluem-se aqui as questões de tipo "sim e não".	"Você estava dentro ou fora de casa?" "Era dia ou noite?" "Ele a tocou por cima ou debaixo de suas roupas?" "Você o viu?" "A porta estava fechada?". "Havia mais alguém com vocês?".
QUESTÕES/ENUNCIADOS SUGESTIVOS	Enunciados em que o entrevistador comunica a resposta esperada ou considera detalhes não reportados pela criança anteriormente. A repetição de questões múltipla-escolha também pode resultar em sugestão.	"Como ele era?" (se a criança não fez menção a uma pessoa do sexo masculino). "Ele fez coisas ruins com você, certo?".
QUESTÕES MÚLTIPLAS	São aquelas em que o entrevistador concatena uma série de perguntas, não conferindo tempo para resposta entre uma e outra.	"Ele falou algo para você? E você pensou em contar isso para alguém? E, se contou, como essa pessoa reagiu?".

Os convites guiados, algumas vezes também denominados paráfrases de expansão, além de constituir tipo de questão aberta que favorece relatos mais completos e confiáveis, sinalizam à criança que o entrevistador está atento ao seu relato e confere tempo para que o entrevistador elabore sua próxima pergunta. Neste sentido, previne que o profissional que

^c A tabela foi construída a partir das classificações e exemplos descritos nos artigos: Lamb e Fauchier (2001), Phillips, Oxburgh, Gavin, & Myklebust, (2012), Lamb, Stemberg, Orbach, Esplin, Stewart, & Mitchell (2003) e Aznar-Blefari (2014).

conduz a entrevista introduza suas interpretações e transfere o controle para a criança, quem de fato sabe o que ocorreu (Evans & Roberts, 2009).

As questões com referência temporal, por exemplo, “o que aconteceu antes disso?...e depois?...” demonstraram-se mais úteis com crianças mais velhas, para quem as noções temporais já estão mais claras (Lamb et al., 2003). Embora, a indicação seja de que se evite as questões múltipla-escolha, quando necessário estas podem ser usadas mais ao final da entrevista e de forma estratégica para confirmar ou refutar dados forensicamente relevantes.

Questões sugestivas são amplamente desaconselhadas, entendendo-se por sugestivas aquelas questões que introduzem informação que não foi mencionada pela criança anteriormente ou que sugerem que determinada ação tenha sido realizada (Gilstrap, 2004). A repetição de perguntas também pode ter efeito de sugestão. Quando questionada novamente a criança pode concluir que sua resposta anterior não foi satisfatória e, então, mudar a resposta na perspectiva de que a resposta alternativa seja a correta. Neste sentido, quanto mais repetições de uma mesma pergunta maior a probabilidade de modificação da resposta (Cederborg, Danielsson, La Rooy, & Lamb, 2009).

As questões múltiplas, aquelas em que uma série de perguntas é apresentada de forma concatenada, aumentam a probabilidade de relatos não inteligíveis ou de respostas parciais (Katz & Hershkowitz, 2012). Quando as crianças estão confusas sobre os enunciados dos entrevistadores, elas frequentemente tentam inferir quais respostas seriam desejáveis ao invés de verbalizar que não entenderam. Neste sentido, enunciados positivos, por exemplo, “você se lembra de...?” é preferível a “você não se lembra de...?”. Além disso, usar o mesmo termo que a criança utiliza para descrever suas partes íntimas pode evitar erros de interpretação (Lidch, 2004). Como uma regra geral, também é importante que o entrevistador não interrompa a criança durante o relato, pois isto prejudica a coerência e a sequência da narrativa construída por ela (Westcott & Kynan, 2004).

Uma classificação não incorporada à tabela trata-se dos “facilitadores”. Estes não são propriamente solicitações de informação, mas expressões ou palavras que objetivam manter ou encorajar a criança a continuar sua narrativa. Constituem-se em palavras não sugestivas, como exemplos “ok”, “hum” ou repetição das últimas palavras da criança. O aumento do uso de facilitadores resultou em aumento do número de detalhes fornecidos pelas crianças em alguns estudos. Quando combinados com questões abertas houve ainda maior favorecimento de relatos detalhados e extensos (Anderson et al. 2014). Assim como com qualquer tipo de enunciado, precisa haver cuidado para o facilitador não interromper a fala da criança e provocar a descontinuidade de seu relato (Hershkowitz, 2002).

Tal como adultos, as crianças tendem a reportar características comuns a múltiplos abusos com base no que foi comum entre todos eles. Depois de várias exposições a eventos semelhantes há a construção de uma representação geral do evento, um roteiro do que usualmente ocorria, fato denominado por alguns autores como “memória em *script*”. (Brubacher & La Rooy, 2014). Por isso, quando for relevante que eventos específicos sejam descritos, o entrevistador pode formular questões específicas que individualizam alguns eventos como o primeiro episódio e a última vez que o abuso aconteceu. Questões como “Conte-me tudo sobre a primeira vez em que isso aconteceu” ou “Como foi a última vez em que isso aconteceu?”, podem ajudar (Orbach et al., 2000). Quando a criança mencionar sobre detalhes que ocorriam em baixa frequência, o entrevistador também pode utilizar esta informação para obter detalhes de eventos específicos com expressões como: “conte sobre uma vez em que isso aconteceu quando sua mãe estava em casa” (se a criança já mencionou este fato) (Brubacher & La Rooy, 2014).

Pode acontecer de, durante as entrevistas, as crianças/adolescentes pedirem segredo sobre o que irão contar. Como de fato isso não é possível no âmbito jurídico e, eticamente, tal impossibilidade deve ser explicada à criança ainda na fase introdutória, uma alternativa

consiste em apresentar questões como: “com o que você está preocupado?” ou “quem mais não deveria saber sobre o que estamos falando?” (Cheung, 2008).

Confrontação da criança/adolescente com informações obtidas previamente, referências a consequências positivas caso a criança relate o abuso (e.g. “se me falar, posso ajudar...”), aviso de consequências negativas (e.g. “se não falar, não posso ajudar...”) ou críticas ao comportamento da criança durante a entrevista, pouco contribuem para relatos confiáveis ou para a manutenção de *rapport*. Caso a criança apresente relutância já na fase de *rapport* ou de treino de memória episódica, pode ser conveniente que o entrevistador opte por não avançar à fase substantiva e dedique mais tempo à construção de uma interação mais cooperativa. Isto porque com crianças/adolescentes que apresentam padrão de relutância já nas fases iniciais da entrevista, em geral, há maior probabilidade de que não ocorra revelação de violências sofridas, ainda que haja outras provas que sinalizem real possibilidade da violência ter ocorrido (Hershkowitz, Orbach, Lamb, Sternberg, & Horowitz, 2006).

Concluída a fase substantiva da entrevista, aquela em que o assunto principal é a denúncia de abuso, via de regra, os entrevistadores fazem um fechamento, no qual se valoriza o esforço da criança e retomam-se temas neutros para a finalização da entrevista. As etapas descritas ajudam a estruturar o diálogo, favorecendo uma sequência lógica e adequação à orientação de transição de temas gerais para os assuntos específicos (Orbach & Lamb, 2000).

O uso do protocolo NICHD favorece o uso de questões simples e abertas que resultaram em relatos mais extensos e detalhados (Katz & Hershkowitz, 2012). O protocolo também se mostrou útil para garantir uma entrevista de qualidade – com uma apresentação apropriada de enunciados – mesmo com entrevistadores com pouca experiência (Orbach et al., 2000).

Uso de recursos associados à entrevista.

O uso de recursos lúdicos em entrevistas com crianças supostamente vítimas de violência sexual pode ser estratégico enquanto cuidado para tornar esta situação mais benéfica/favorável à criança (Katz et al., 2014). Há que se atentar, entretanto, para cuidados com relação ao tipo de recurso, bem como para o momento e modo de sua utilização.

Um dos recursos que despertam mais críticas de pesquisadores são os bonecos anatomicamente detalhados. Enquanto alguns defendem que seu uso ajuda as crianças a relatarem abusos vivenciados, outros argumentam que o recurso pode induzir brincadeiras sexualizadas mesmo por crianças que não sofreram qualquer tipo de violência, o que traz implicações jurídicas gravosas. Com crianças pré-escolares, cuja sugestionabilidade é maior e que possuem habilidades de representação/identificação ainda em desenvolvimento, a orientação para que se evite este recurso é ainda mais expressiva. Mesmo quando o uso de bonecos anatômicos ocorre após a revelação de um abuso, podem ocorrer informações contraditórias que resultam em prejuízos à qualidade do relato. Não é suficiente provar que há levantamento de mais detalhes com o uso de bonecos ou diagramas anatomicamente detalhados, é essencial que se determine se os detalhes levantados são reais ou não (Lyon, 2012). Desse modo, a orientação é de que este recurso seja evitado e, se utilizado, o seja somente após a criança já ter narrado a violência, para obtenção de mais detalhes, com vítimas em idade escolar (Cronch et al., 2006; Stracke, 2013).

Outro recurso, este comum em contextos familiares, escolares e clínicos, trata-se do desenho. Ainda que o uso de desenhos isoladamente não constitua suficiente evidência empírica do abuso, ele pode ser útil para corroborar outros elementos ou relatos da criança. Porém, quando desenhos elaborados pelas crianças são interpretados, é necessário considerar que os profissionais tipicamente estão influenciados pelo modo como eles próprios percebem o mundo e, especialmente, pela forma como eles acreditam que a criança percebe o mundo.

Esta subjetividade na interpretação torna delicado esse tipo de uso do desenho em contextos judiciais, embora seja um recurso bastante compatível com o contexto clínico, por exemplo (Katz & Hamama, 2013).

Nos estudos de Katz e Hamama (2013) e de Katz e Hershkowitz (2010), ficaram demonstrados benefícios decorrentes da utilização do desenho da seguinte forma: conduzia-se entrevista inicial com o protocolo NICHD e, após, era solicitado que a criança desenhasse o que havia lhe ocorrido e contasse novamente a situação do início ao fim. Note-se que não havia interpretação do desenho pelo entrevistador. O recurso foi utilizado como instrumento facilitador e organizador do relato da criança. Após a confecção dos desenhos, as crianças relataram as situações abusivas de forma mais sequencial e organizada, além de terem fornecido mais informações relevantes (Katz & Hamama, 2013). É possível que o desenho, enquanto uma ferramenta conhecida pelas crianças em geral, tenha as auxiliado em superar dificuldades de conversar sobre eventos aversivos (Katz & Hamama, 2013).

O terceiro recurso associado às entrevistas que se pretende abordar, trata-se do diagrama corporal. Há outros formatos, mas um dos desenhos mais comuns é composto pela figura de uma criança, neutra para o sexo, sem roupas, nas perspectivas frente e verso (Teoh, Yang, Lamb, & Larsson, 2010). Utilizar o diagrama para introduzir discussão sobre toques inapropriados pode induzir relatos das crianças, favorecendo que elas falem sobre fatos que não ocorreram ou, ao contrário, que elas não revelem toques vivenciados, especialmente se combinado com número grande de questões específicas (Poole & Dickinson, 2011). Deste modo, este recurso é mais frequentemente indicado e utilizado, em etapas finais da entrevista, objetivando o alcance de informação específica, a fim de esclarecer relatos anteriores da criança ou adolescente. Algumas pesquisas têm apontado que informações já reveladas pela criança podem ser utilizadas como estímulos para eliciar novas informações. Por isso, há estudos que investigam o uso de informações previamente verbalizadas pelos entrevistados

em associação com o diagrama corporal, o que poderia auxiliar na obtenção de novas informações ou de informações mais claras e detalhadas (Aldridge et al., 2004).

O diagrama corporal também pode ser utilizado após a aplicação de um protocolo de entrevista, por exemplo, do NICHD. A utilização de um roteiro estruturado durante o uso do diagrama parece ser favorável, já que diminui a probabilidade do entrevistador utilizar questões múltipla-escolha em demasia. Um formato possível para o uso do diagrama é o de o entrevistador iniciar fazendo um resumo das revelações já feitas pela criança e passar a um questionamento direto sobre o toque do tipo “mostre-me na figura onde você disse que...”. Há que se assinalar, contudo, que crianças pequenas podem não ter o que alguns denominam “boa acurácia representacional” o que implica em não localizar partes do corpo de forma precisa e repercute em problemática para o uso do recurso (Teoh et al., 2010).

Repetição de entrevistas.

No que diz respeito à decisão do entrevistador sobre a realização ou não de mais de uma entrevista, o tema é controverso e levanta debate entre os pesquisadores. Idealmente, uma única ocasião de entrevista seria a medida mais favorável à proteção da criança, impedindo que esta volte a um contexto abusivo, e, ao mesmo tempo, minimizando a possibilidade de revitimização oriunda de processos aversivos de entrevista, nos quais a criança é solicitada em diversas ocasiões a verbalizar sobre eventual violência sofrida. Pesquisas demonstraram que a realização de mais de uma entrevista pode levar a distorções nos relatos, aumentar a probabilidade de contradições e tornar a situação mais angustiante para a criança (Cronch et al., 2006).

Em algumas ocasiões, entretanto, múltiplas entrevistas podem ser necessárias em casos de investigação de abuso sexual uma vez que crianças pequenas possuem capacidade restrita de concentração, podem se sentir desconfortáveis em expor a situação abusiva a um

desconhecido e necessitar de tempo maior para estabelecimento de *rapport* (Cronch et al., 2006). Neste sentido, quando há sinais de relutância em falar sobre o assunto, quando as crianças são muito pequenas ou quando elas não fizeram um relato verbal prévio do abuso, mas há forte suspeita de que ele tenha ocorrido, alguns profissionais têm considerado o uso de protocolos para entrevistar a criança em mais de uma ocasião (Patterson & Pipeb, 2009).

As entrevistas não sugestivas, quando repetidas, podem favorecer a descrição dos eventos abusivos e a obtenção de informações adicionais. As informações fornecidas na primeira entrevista podem servir de estímulos para revelações subsequentes. Para tanto, indica-se que o intervalo entre uma entrevista e outra seja breve. Intervalos muito longos podem comprometer a acurácia das informações (Hershkowitz & Turner, 2007; Katz & Hershkowitz, 2013).

Integração dos serviços de proteção.

A proteção à criança e ao adolescente vítima de violência sexual perpassa pela condução adequada de entrevistas e por aspectos, igualmente fundamentais e desafiadores, relacionados ao fluxo e à integração de serviços de atendimento. No Brasil, os diversos serviços de proteção como Conselhos Tutelares, Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), Delegacias/Segurança Pública, Ministério Público, Judiciário, entre outros, vivenciam o desafio de construir trabalhos articulados com estruturas físicas e padrões de funcionamento próprios.

Experiências internacionais com *Child Advocacy Centers* demonstram ser esta uma alternativa viável e adequada à proteção da criança envolvida em denúncias de violência. Nesses centros especializados e interdisciplinares de proteção, as crianças/adolescentes e seus familiares têm acesso, em um só local, à assistência médica, psicológica, social, legal e outras

que se fizerem necessárias. O objetivo desses centros é garantir que a criança não seja revitimizada por um sistema de intervenção criado para protegê-la (Cronch et al., 2006).

Na metodologia dos *Child Advocacy Centers (CAC)*, as entrevistas são conduzidas por profissionais capacitados e gravadas em áudio e vídeo a fim de que possam ser utilizadas em etapas judiciais posteriores. O contexto proporciona as condições adequadas à produção antecipada de provas, e, desse modo, resulta em diminuição do número de vezes em que a criança é ouvida (Montenegro, 2013).

Iniciativas pontuais semelhantes têm sido efetivadas no Brasil. No Rio de Janeiro, por exemplo, foi inaugurado, em meados de 2015, um Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (CAAC) onde são prestados serviços integrados de segurança pública e saúde, exclusivos às vítimas de violência sexual. O CAAC, embora torne mais célere a adoção de medidas frente à violência e esteja equipado para gravação de depoimentos, diferentemente do CAC, volta-se inicialmente para a atenção à saúde da suposta vítima, realização de exames de corpo de delito e medidas policiais de coleta de provas (Rio de Janeiro inaugura centro de atendimento, 2015).

Dificuldades práticas como necessidade de deslocamento a diversos lugares, custos emocionais e financeiros envolvidos, além da demora na determinação de medidas de proteção ou responsabilização são fatores ligados à subnotificação. Considerando que o trabalho coordenado resulta em respostas mais céleres aos casos de violência e, conseqüentemente, em menores riscos de novos episódios de abuso e vitimizações secundárias, a disseminação de centros de atendimento é significativa.

Considerações Finais

Pesquisas conduzidas nos últimos anos a respeito de técnicas de entrevista em casos de violência sexual infantojuvenil proporcionaram informações valiosas a respeito de como

viabilizar condições para descrições confiáveis e, ao mesmo tempo, garantir que o momento de entrevista seja o menos revitimizador possível para as crianças e adolescentes. A forma de abordagem precisa, além de ser adequada ao nível desenvolvimento dos entrevistados, evitar que estes sejam induzidos ao erro, ou seja, sugestionados.

Ao longo deste trabalho, evidenciou-se que, preliminarmente, é contra-indiciado que o ambiente onde a entrevista acontece contenha muitos estímulos e recursos lúdicos, pois neste momento o que se espera é que a criança relate sobre suas próprias vivências e não situações imaginadas ou vivenciadas por outras pessoas. Além disso, a extensão da entrevista precisa ser compatível com a capacidade de concentração dos entrevistados, não sendo necessário que se estenda por longo período para ser informativa.

Quanto às questões ou enunciados do entrevistador, foram pontuados que tanto o formato quanto o momento e o número de apresentações são importantes. Questões abertas ou convites são os tipos de enunciados mais favoráveis a relatos extensos, detalhados e confiáveis. No outro extremo, as questões/enunciados sugestivos são aqueles com maior probabilidade de induzir ao erro. Desde modo, sugeriu-se iniciar a abordagem com amplo uso de questões abertas e convites guiados, passando-se às questões diretivas e, somente após, e caso necessário às de múltipla escolha e fechadas, cujas respostas são restritas. As questões quando apresentadas mais de uma vez ou quando não baseadas em informações previamente verbalizadas pelas crianças podem equivaler, em termos de consequências/prejuízos, aos enunciados sugestivos.

Ademais, há benefícios à extensão dos relatos, à redução dos níveis de ansiedade e de susceptibilidade à sugestão quando é oferecido suporte à criança e há investimento no *rapport* não apenas enquanto fase inicial, mas também ao longo da entrevista. O uso de facilitadores, neste sentido, também mostrou contribuir para a continuidade da interação entrevistador-entrevistado.

Frente a adultos ou autoridades há maior probabilidade de que a criança/adolescente evite se manifestar corrigindo uma informação ou pedindo esclarecimentos. Tal constatação dos pesquisadores leva a compreender que, sob essas condições, há alta probabilidade das crianças verbalizarem respostas no formato tentativa e erro, o que é indesejado no âmbito forense. Apresentar as regras da entrevista favorece que a criança ou o adolescente se manifeste quando o entrevistador faz alguma sugestão ou algum apontamento de forma confusa ou equivocada.

No que diz respeito ao uso de recursos lúdicos e à decisão por realizar mais de uma entrevista com a criança, o ponto central a ser avaliado pelo profissional parece ser a dificuldade demonstrada pelo entrevistado em conversar sobre a eventual violência sofrida. É possível a utilização de alguns recursos e a realização de múltiplas entrevistas, com atenção para a escolha e modo de utilização do recurso, bem como para que o intervalo entre as entrevistas seja breve.

O uso de protocolos de entrevista, com destaque ao protocolo NICHD, o mais pesquisado na revisão sistemática que embasou este artigo, demonstrou-se útil para garantir a adesão a boas práticas de entrevista mesmo para entrevistadores iniciantes, para minimizar efeitos de gênero, para garantir qualidade quando mais de uma entrevista é indicada e, por fim, para alcançar mais detalhes sobre os episódios abusivos, já que aumentam a incidência de enunciados/questões abertas.

O entrevistador em casos de violência sexual infantojuvenil localiza-se fundamentalmente em um sistema de garantia de proteção da criança. A adesão a boas práticas favorece essa proteção e, igualmente, a responsabilização dos eventuais envolvidos. Contudo, a adoção dessa medida é um dos elementos nos desafios à construção de um sistema de atenção à vítima de fato protetivo. A integração de serviços e o alinhamento de suas ações

permanecem como objetivos essenciais para que o sistema cumpra sua função na vida das pessoas e, por conseguinte, na sociedade.

Referências

- Ahern, E. C., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Winstanley, A. (2014, November/December). Support and reluctance in the pre-substantive phase of alleged child abuse victim investigative interviews: revised versus standard NICHD protocols. *Behavioral Sciences & The Law*, 32(6), 762-774.
- Aldridge, J., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2004). Using a human figure drawing to elicit information from alleged victims of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72(2), 304-316.
- Almerigogna, J., Ost, J., Akehurst, L., Fluck M. (2008). How interviewers' nonverbal behaviors can affect children's perceptions and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 100(1), 17-39.
- Anderson, G. D., Anderson, J. N., & Gilgun, J. F. (2014). The influence of narrative practice techniques on child behaviors in forensic interviews. *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(6), 615-34.
- Anderson, J., Ellefson, J., Lashley, J., Miller, A. L., Olinger, S., Russell, A., Stauffer, J., & Weigman, J. (2010). The cornerhouse forensic interview protocol: ratac. *T. M. Cooley Journal of Practical and Clinical Law*, 12, 193-328.
- Aznar-Blefari, C. (2014). *Capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

- Blefari, C. A. (2014). *Capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M.-E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013, December). The NICHD investigative interview protocol: an analogue study. *Journal of experimental psychology*, *19*(4), 367-82.
- Brubacher, S. P., & La Rooy, D. (2014, February). Witness recall across repeated interviews in a case of repeated abuse. *Child Abuse & Neglect*, *38*(2), 202-211. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2013.06.010>.
- Cederborg, A. C., Danielsson, H., La Rooy, D., & Lamb, M. E. (2009). Repetition of contaminating question types when children and youths with intellectual disabilities are interviewed. *Journal of Intellectual Disability Research*, *53*(5), 440-449.
- Cheung, M. (2008). Promoting effective interviewing of sexually abused children: a pilot study. *Research on Social Work Practice*, *18*(2), 137-143.
- Cronch, L. E., Viljoen, J. L., & Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, *11*, 195-207.
- Daviesl, G. M., Westcott, H. L., & Horan, N. (2000). The impact of questioning style on the content of investigative interviews with suspected child sexual abuse victims. *Psychology, Crime & Law*, *6*(2), 81-97.
- Dobke, V. M., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Abuso sexual intrafamiliar: da notificação ao depoimento no contexto processual-penal. *Temas em Psicologia*, *18*(1), 167-176.

- Evans, A. D., & Roberts, K. (2009). The effects of different paraphrasing styles on the quality of reports from young child witnesses. *Psychology Crime & Law*, 15(6), 531-546.
- Fogarty, K., Augoustinos, M., & Kettler, L. (2013, August). Re-thinking rapport through the lens of progressivity in investigative interviews into child sexual abuse. *Discourse Studies*, 15(4), 395-420.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18(40), 267-278.
- Gava, L., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Techniques used in psychological expertise in cases of sexual abuse in children and adolescents. *Paidéia*, 23(56), 359-367.
- Gava, L., Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 137-145.
- Gilstrap, L. L. (2004). A missing link in suggestibility research: What is known about the behavior of field interviewers in unstructured interviews with young children? *Journal of Experimental Psychology-Applied*, 10(1), 13-24.
- Habigzang, L. F., Dala Corte, F., Hatzenberger, R., Stroehel, F., & Koller, S. H. (2008a). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(2), 338-344.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Stroehel, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., & Ramos, M. S. (2008b). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia*, 13(3), 285-292.
- Hackbarth, C. (2015). *Protocolo nichd: validação e capacitação em uma amostra de profissionais brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

- Harris, S. (2010). Toward a better way to interview child victims of sexual abuse: a study tests interview protocols in the hope of getting better case outcomes. *National Institute of Justice Journal*, (267), 12-15.
- Hershkowitz, I. (2002). The role of facilitative prompts in interviews of alleged sex abuse victims. *Legal and Criminological Psychology*, 7(1), 63-71.
- Hershkowitz, I., & Turner, A. (2007, December). The effects of repeated interviewing on children's forensic statements of sexual abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 21(9), 1131-1143.
- Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: the role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31, 99-110.
- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006, julho). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 753-769. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2005.10.016>.
- Katz, C., & Hamama, L. (2013). Draw me everything that happened to you: exploring children's drawings of sexual abuse. *Children and Youth Services Review*, 35(5), 877-882.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2010). The effects of drawing on children's accounts of sexual abuse. *Child Maltreatment*, 15(2), 171-179.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2012, November/December). The effect of multipart prompts on children's testimonies in sexual abuse investigations. *Child Abuse & Neglect*, 36(11-12), 753-759. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2012.07.002>
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2013). Repeated interviews with children who are the alleged victims of sexual abuse. *Research on Social Work Practice*, 23(2), 210-218.

- Katz, C., Barnett, Z., & Hershkowitz, I. (2014). The effect of drawing on children's experiences of investigations following alleged child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38(5), 858-867.
- Lamb, M. E., & Fauchier, A. (2001). The effects of question type on self-contradictions by children in the course of forensic interviews. *Applied Cognitive Psychology*, 15(5), 483-491.
- Lamb, M. E., & Garretson, M. E. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behavior*, 27(2), 157-171.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: structured investigative of child victims and witnesses*. (L. C. A. Williams, C. Hackbarth, C. A. Blefari, M. G. S. Padilha, Trad.). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2007). Structured forensic interview protocols improve the quality and informativeness of investigative interviews with children: a review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse & Neglect*, 31(11-12), 1201-1231.
- Lamb, M. E., Stemberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71(5), 926-934.
- Leidch, V. (2004). O processo de entrevistar em casos de abuso sexual. Parte I: entrevistando menores vítimas de abuso sexual. *Adolescência & Saúde*, 1(3).
- Lyon, T. D. (2012). Twenty-five years of interviewing research and practice: dolls, diagrams, and the dynamics of abuse disclosure. *APSAC Advisor*, 24(1-2), 14-19.
- Maranhão, F. Brasil registra três queixas de abuso sexual de crianças por hora. Recuperado em 10, junho 2015, de: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas->

noticias/2015/05/18/tres-queixas-de-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-sao-feitas-por-hora.htm.

Mcglinchey, A., Keenan, M., & Dillenburger, K. (2000). Outline for the Development of a Screening Procedure for Children Who Have Been Sexually Abused. *Research on Social Work Practice, 10*(6), 721-747.

Montenegro, M. C. (2013). Curso debate atendimento multidisciplinar a crianças vítimas de abuso sexual nos EUA. *Agência CNJ de Notícias*. Recuperado em 14 setembro, 2015, de <http://www.cnj.jus.br/c4bh>.

Ministry of Justice. (2011). *Ofício circular n. 2011/03*. Publication of achieving best evidence: guidance on interviewing victims and witnesses, and guidance on using special measures. Recuperado em 15 outubro, 2015, de <http://www.justice.gov.uk/downloads/legislation/bills-acts/circulars/achieving-best-evidence-circular-2011-03.pdf>.

Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2000). Enhancing children's narratives in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect, 24*(12), 1631-1648.

Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect, 24*(6), 733-752.

Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. *Saúde e Sociedade, 19*(1), 114-126.

Patterson, T., & Pipeb, M.-E. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect, 33*(8), 490-504.

- Peixoto, C. E., Ribeiro, C., & Alberto, I. (2013). O Protocolo de entrevista forense do NICHD: contributo na obtenção do testemunho da criança no contexto português. *Revista do Ministério Público*, 134, 181-219.
- Pelisoli, C. (2013). *Psicologia e as relações com a Justiça: práticas, conhecimento e tomada de decisão em casos de abuso sexual*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.
- Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The relationship between question type and investigation relevant information. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 27(1), 45-54.
- Pisa, O. (2006). *Psicologia do testemunho: os riscos na inquirição de crianças*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Poole, D. A., & Dickinson, J. J. (2011). Evidence supporting restrictions on uses of body diagrams in forensic interviews. *Child Abuse & Neglect*, 35(9), 659-669.
- Poole, D. A., Bruck, M. (2012, September). Divining testimony? The impact of interviewing props on children's reports of touching. *Developmental Review*, 32(3), 165-180.
- Powell, M. B., Wilson, J. C., & Hasty, M. K. (2002). Evaluation of the usefulness of 'Marvin': a computerized assessment tool for investigative interviewers of children. *Computers in Human Behavior*, 18(5), 577-592.
- Rio de Janeiro inaugura centro de atendimento a vítimas de violência sexual. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/rio-de-janeiro-inaugura-centro-de-atendimento-a-vitimas-de-violencia-sexual>.
- Roberts, K. P., Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (2000, March). The effects of rapport-building style on children's reports of a staged event. *Applied Cognitive Psychology*, 18, 189-202.

- Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia e Sociedade*, 22(2), 328-335.
- Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 227-234.
- Snow, P. C.; Powell, M. B.; & Murfett, R. (2009, July). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. *Psychology, Crime & Law*, 15(6), 555-568.
- Stracke, C. B. (2013). *Avaliação da estrutura da entrevista investigativa com crianças*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: rapport-building, instruction, and evaluation. *Applied Developmental Science*, 14(3), 154-163.
- Teoh, Y.-S., Yang, P.-J., Lamb, M. E., & Larsson, A. S. (2010). Do humans figure diagrams help alleged victims of sexual abuse provide elaborate and clear accounts of physical contact with alleged perpetrators? *Applied Cognitive Psychology*, 24(2), 287-300.
- Thoresen, C., Lønnum, K., Melinder, A., & Magnussen, S. (2009). Forensic interviews with children in CSA cases: a large-sample study of norwegian police interviews. *Applied Cognitive Psychology*, 23, 999-1011.
- Waterman, A. H., Blades, M., & Spencer, C. (2004). Indicating when you do not know the answer: The effect of question format and interviewer knowledge on children's 'don't know' responses. *British Journal of Developmental Psychology*, 22(3), 335-348.
- Westcott, H. L., & Kynan, S. (2004). The application of a 'story-telling' framework to investigative interviews for suspected child sexual abuse. *Legal and Criminological Psychology*, 9(1), 37-56.

Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014).

Investigação de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil: o protocolo NICHD. *Temas em Psicologia*, 22(2), 1-18.

CAPÍTULO 4

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho foi apresentar aos profissionais que trabalham nos diversos campos da proteção à infância, informações sobre boas práticas, fundamentadas em pesquisas recentes, sobre entrevista com crianças e adolescentes envolvidos em denúncias de violência sexual. Diversas evidências foram discutidas a partir dos resultados das pesquisas recuperadas.

Constatou-se um desenvolvimento expressivo na área em termos de cuidados a serem tomados pelo entrevistador e de indicações para a condução de entrevistas de qualidade que envolvem o delineamento de etapas, o tipo de questão/enunciado a ser apresentado, a apresentação de regras, o momento e formato de uso de recursos adicionais e todos os outros elementos abordados nos artigos apresentados. Do levantamento realizado, pode-se concluir que muito foi estudado e muito mais ainda resta a ser pesquisado e desenvolvido na área, especialmente no Brasil.

Considerando-se que questões culturais e de linguagem podem exercer influência, há demanda por replicação de pesquisas sobre como as crianças e adolescentes brasileiros respondem aos tipos de enunciados formulados pelos entrevistadores e como se referem aos contatos corporais. Sobre procedimentos de avaliação prévia à entrevista do desenvolvimento de repertório verbal e de conceitos de tempo, número, cor e espaço pela criança. Acerca de estratégias de construção e manutenção do *rappor*t ao longo da entrevista; do modo como o diagrama corporal e desenhos têm sido utilizados por profissionais brasileiros e seus resultados; da continuidade do investimento em pesquisas sobre formatos apropriados de avaliação com crianças e adolescentes vítimas de múltiplos abusos em contextos familiares; do como a entrevista pode ser conduzida (momento, por quem, onde e como) para melhor

atender aos seus objetivos na rede de proteção à infância; entre outros diversos temas assinalados ao longo do trabalho.

Nenhuma técnica de entrevista isoladamente permite afirmar que a informação apresentada seja completamente precisa, nenhum instrumento está isento de obter dados provenientes de práticas sugestivas e não se pode supor que alguma técnica de entrevista possa ser aplicada sem a possibilidade de erros. Isto, contudo, não elimina a viabilidade de a Psicologia contribuir muito neste contexto.

A necessidade de desenvolvimento desse tipo de pesquisa pela Psicologia é atual. Diuturnamente há profissionais conduzindo entrevistas com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Brasil, nem sempre com conhecimento e treinamento específico para tal. A realização de entrevistas, embora seja um aspecto dentro de todo um sistema de proteção, carece de atenção, vez que dá voz à razão de ser de todo o sistema, a própria criança/adolescente.

REFERÊNCIAS

- Abuso sexual é o 2º tipo de violência mais comum contra crianças, mostra pesquisa.* (2012). Recuperado em 15 maio, 2015, de <http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contracrianças-mostra-pesquisa>.
- Ahern, E. C., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Winstanley, A. (2014, November/December). Support and reluctance in the pre-substantive phase of alleged child abuse victim investigative interviews: revised versus standard NICHD protocols. *Behavioral Sciences & The Law*, 32(6), 762-774.
- Aldridge, J., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2004). Using a human figure drawing to elicit information from alleged victims of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72(2), 304-316.
- Almerigogna, J., Ost, J., Akehurst, L., Fluck M. (2008). How interviewers' nonverbal behaviors can affect children's perceptions and suggestibility. *Journal of Experimental Child Psychology*, 100(1), 17-39.
- Anderson, G. D., Anderson, J. N., & Gilgun, J. F. (2014). The influence of narrative practice techniques on child behaviors in forensic interviews. *Journal of Child Sexual Abuse*, 23(6), 615-34.
- Anderson, J., Ellefson, J., Lashley, J., Miller, A. L., Olinger, S., Russell, A., Stauffer, J., & Weigman, J. (2010). The cornerhouse forensic interview protocol: ratac. *T. M. Cooley Journal of Practical and Clinical Law*, 12, 193-328.
- Aznar-Blefari, C. (2014). *Capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

- Blefari, C. A. (2014). *Capacitação de profissionais para o uso do protocolo NICHD em entrevistas investigativas de abuso sexual infantil*. Dissertação de mestrado, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Brino, R. F. (2007). *Professores como agentes de proteção ao abuso sexual infantil: avaliação de um programa de capacitação*. Tese de doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M.-E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013, December). The NICHD investigative interview protocol: an analogue study. *Journal of experimental psychology*, 19(4), 367-82.
- Brubacher, S. P., & La Rooy, D. (2014, February). Witness recall across repeated interviews in a case of repeated abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38(2), 202-211. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2013.06.010>.
- Cederborg, A. C., Danielsson, H., La Rooy, D., & Lamb, M. E. (2009). Repetition of contaminating question types when children and youths with intellectual disabilities are interviewed. *Journal of Intellectual Disability Research*, 53(5), 440-449.
- Cheung, M. (2008). Promoting effective interviewing of sexually abused children: a pilot study. *Research on Social Work Practice*, 18(2), 137-143.
- Costa, A., & Zoltowski, A. P. C. (2014). Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: S. H. Koller, M. C. P. Couto, J. V. Hohendorff. *Manual de produção científica*. (pp. 55-70). Porto Alegre: Penso.
- Cronch, L. E., Viljoen, J. L., & Hansen, D. J. (2006). Forensic interviewing in child sexual abuse cases: current techniques and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, 11, 195-207.

- Darwinkel, E. C., Powell, M. B., & Sharman, S. J. (2014). Does extensive free narrative prompting minimise the effect of mental reinstatement on children's recall of events? *Psychiatry, Psychology and Law*, 21(3), 351–359.
- Daviesl, G. M., Westcott, H. L., & Horan, N. (2000). The impact of questioning style on the content of investigative interviews with suspected child sexual abuse victims. *Psychology, Crime & Law*, 6(2), 81-97.
- Decreto-lei nº2.848, de 7 de dezembro de1940.* (1940). Código Penal. Recuperado em 12 março, 2014, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm.
- BRASIL
- Dobke, V. M., Santos, S. S., & Dell'Aglio, D. D. (2010). Abuso sexual intrafamiliar: da notificação ao depoimento no contexto processual-penal. *Temas em Psicologia*, 18(1), 167-176.
- Evans, A. D., & Roberts, K. (2009). The effects of different paraphrasing styles on the quality of reports from young child witnesses. *Psychology Crime & Law*, 15(6), 531-546.
- Feltis, B. B., Powell, M. B., Snow, P. C., & Hughes-Scholes, C. H. (2010). An examination of the association between interviewer question type and story-grammar detail in child witness interviews about abuse. *Child Abuse & Neglect*, 34(6), 407-413.
- Fogarty, K., Augoustinos, M., & Kettler, L. (2013, August). Re-thinking rapport through the lens of progressivity in investigative interviews into child sexual abuse. *Discourse Studies*, 15(4), 395-420.
- Froner, J. P., & Ramires, V. R. R. (2008). Escuta de crianças vítimas de abuso sexual no âmbito jurídico: uma revisão crítica da literatura. *Paidéia*, 18(40), 267-278.
- Gava, L., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Techniques used in psychological expertise in cases of sexual abuse in children and adolescents. *Paidéia*, 23(56), 359-367.

- Gava, L., Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. (2013). A perícia psicológica em casos de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil. *Avaliação Psicológica, 12*(2), 137-145.
- Gilstrap, L. L. (2004). A missing link in suggestibility research: What is known about the behavior of field interviewers in unstructured interviews with young children? *Journal of Experimental Psychology-Applied, 10*(1), 13-24.
- Habigzang, L. F., Dala Corte, F., Hatzenberger, R., Stroehrer, F., & Koller, S. H. (2008a). Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 21*(2), 338-344.
- Habigzang, L. F., Koller, S. H., Stroehrer, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., & Ramos, M. S. (2008b). Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Estudos de Psicologia, 13*(3), 285-292.
- Hackbarth, C. (2015). *Protocolo nichd: validação e capacitação em uma amostra de profissionais brasileiros*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
- Harris, S. (2010). Toward a better way to interview child victims of sexual abuse: a study tests interview protocols in the hope of getting better case outcomes. *National Institute of Justice Journal, (267)*, 12-15.
- Hershkowitz, I. (2002). The role of facilitative prompts in interviews of alleged sex abuse victims. *Legal and Criminological Psychology, 7*(1), 63-71.
- Hershkowitz, I., & Ternier, A. (2007, December). The effects of repeated interviewing on children's forensic statements of sexual abuse. *Applied Cognitive Psychology, 21*(9), 1131-1143.
- Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E., & Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: the role of the NICHD investigative interview protocol. *Child Abuse & Neglect, 31*, 99-110.

- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006, julho). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. *Child Abuse & Neglect*, 30(7), 753-769. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2005.10.016>.
- Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz D. (2002). A comparison of mental and physical context reinstatement in forensic interviews with alleged victims of sexual abuse. *Applied Cognitive Psychology*, 16(4), 429-441.
- Home Office (1992). *Memorandum of good practice on video recorded interviews with child witnesses for criminal proceedings*. London: HMSO.
- Home Office (2001) *Achieving best evidence in criminal proceedings: guidance for vulnerable or intimidated witnesses including children*. London: Communication Directorate.
- Kask, K. (2012). Dynamics in using different question types in estonian police interviews of children. *Applied Cognitive Psychology*, 26(2), 324-329.
- Katz, C., & Hamama, L. (2013). Draw me everything that happened to you: exploring children's drawings of sexual abuse. *Children and Youth Services Review*, 35(5), 877-882.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2010). The effects of drawing on children's accounts of sexual abuse. *Child Maltreatment*, 15(2), 171-179.
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2012, November/December). The effect of multipart prompts on children's testimonies in sexual abuse investigations. *Child Abuse & Neglect*, 36(11-12), 753-759. Recuperado em 22 outubro, 2015, de <http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2012.07.002>
- Katz, C., & Hershkowitz, I. (2013). Repeated interviews with children who are the alleged victims of sexual abuse. *Research on Social Work Practice*, 23(2), 210-218.

- Katz, C., Barnett, Z., & Hershkowitz, I. (2014). The effect of drawing on children's experiences of investigations following alleged child abuse. *Child Abuse & Neglect*, 38(5), 858-867.
- Korkman, J., Santtila, P., & Sandnabba, N. K. (2006). Dynamics of verbal interaction between interviewer and child in interviews with alleged victims of child sexual abuse. *Scandinavian Journal of Psychology*, 47(2), 109-119.
- Korkman, J., Santtila, P., Drzewiecki, T., & Sandnabba, N. K. (2008a). Failing to keep it simple: Language use in child sexual abuse interviews with 3-8-year-old children. *Psychology, Crime & Law*, 14(1), 41-60.
- Korkman, J., Santtila, P., Westeraker, M., & Sandnabba, N. K. (2008b). Interviewing techniques and follow-up questions in child sexual abuse interviews. *European Journal of Developmental Psychology*, 5(1), 108-128.
- Lamb, M. E., & Fauchier, A. (2001). The effects of question type on self-contradictions by children in the course of forensic interviews. *Applied Cognitive Psychology*, 15(5), 483-491.
- Lamb, M. E., & Garretson, M. E. (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. *Law and Human Behavior*, 27(2), 157-171.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Orbach, Y., & Esplin, P. W. (2008). *Tell me what happened: structured investigative of child victims and witnesses*. (L. C. A. Williams, C. Hackbarth, C. A. Blefari, M. G. S. Padilha, Trad.). Chichester: Wiley-Blackwell.
- Lamb, M. E., Hershkowitz, I., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., Hovav, M., Manor, T., & Yudilevitch, L. (1996). Effects of investigative utterance types on Israeli children's responses. *International Journal of Behavioral Development*, 19(3), 627-637.

- Lamb, M. E., Orbach, Y., Hershkowitz, I., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2007). Structured forensic interview protocols improve the quality and informativeness of investigative interviews with children: a review of research using the NICHD Investigative Interview Protocol. *Child Abuse & Neglect*, *31*(11-12), 1201-1231.
- Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H. L., Esplin P. W., & Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews with alleged victims of child sexual abuse in Britain. *Applied Cognitive Psychology*, *23*(4), 449-467.
- Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, *71*(5), 926-934.
- Leidch, V. (2004). O processo de entrevistar em casos de abuso sexual. Parte I: entrevistando menores vítimas de abuso sexual. *Adolescência & Saúde*, *1*(3).
- Lindberg, M. A., Chapman, M. T., Samscock, D., Thomas, S. W., & Lindberg, A. W. (2003). Comparisons of three different investigative interview techniques with young children. *Journal of Genetic Psychology*, *164*(1), 5-28.
- Lyon, T. D. (2012). Twenty-five years of interviewing research and practice: dolls, diagrams, and the dynamics of abuse disclosure. *APSAC Advisor*, *24*(1-2), 14-19.
- Maranhão, F. Brasil registra três queixas de abuso sexual de crianças por hora. Recuperado em 10, junho 2015, de: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/18/tres-queixas-de-abuso-e-exploracao-sexual-de-criancas-sao-feitas-por-hora.htm>.
- McGlinchey, A., Keenan, M., & Dillenburg, K. (2000). Outline for the Development of a Screening Procedure for Children Who Have Been Sexually Abused. *Research on Social Work Practice*, *10*(6), 721-747.

- Ministry of Justice. (2011). *Ofício circular n. 2011/03*. Publication of achieving best evidence: guidance on interviewing victims and witnesses, and guidance on using special measures. Recuperado em 15 outubro, 2015, de <http://www.justice.gov.uk/downloads/legislation/bills-acts/circulars/achieving-best-evidence-circular-2011-03.pdf>.
- Montenegro, M. C. (2013). Curso debate atendimento multidisciplinar a crianças vítimas de abuso sexual nos EUA. *Agência CNJ de Notícias*. Recuperado em 14 setembro,
- Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2000). Enhancing children's narratives in investigative interviews. *Child Abuse & Neglect*, 24(12), 1631-1648.
- Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2001). The relationship between within-interview contradictions and eliciting interviewer utterances. *Child Abuse & Neglect*, 25(3), 323-333.
- Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. *Child Abuse & Neglect*, 24(6), 733-752.
- Paixão, A. C. W., & Deslandes, S. F. (2010). Análise das políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil. *Saúde e Sociedade*, 19(1), 114-126.
- Patterson, T., & Pipeb, M.-E. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. *Child Abuse & Neglect*, 33(8), 490-504.
- Peixoto, C. E., Ribeiro, C., & Alberto, I. (2013). O Protocolo de entrevista forense do NICHD: contributo na obtenção do testemunho da criança no contexto português. *Revista do Ministério Público*, 134, 181-219.
- Pelisoli, C. (2013). *Psicologia e as relações com a Justiça: práticas, conhecimento e tomada de decisão em casos de abuso sexual*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

- Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The relationship between question type and investigation relevant information. *Journal of Police and Criminal Psychology, 27*(1), 45-54.
- Pisa, O. (2006). *Psicologia do testemunho: os riscos na inquirição de crianças*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Plano nacional de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes: faça bonito*. (2013). Recuperado em 12 março, 2014, de <http://www.comitenacional.org.br/>. Brasil (2013).
- Poole, D. A., & Dickinson, J. J. (2011). Evidence supporting restrictions on uses of body diagrams in forensic interviews. *Child Abuse & Neglect, 35*(9), 659-669.
- Poole, D. A., Bruck, M. (2012, September). Divining testimony? The impact of interviewing props on children's reports of touching. *Developmental Review, 32*(3), 165-180.
- Powell, M. B., Wilson, J. C., & Hasty, M. K. (2002). Evaluation of the usefulness of 'Marvin'; a computerized assessment tool for investigative interviewers of children. *Computers in Human Behavior, 18*(5), 577-592.
- Rio de Janeiro inaugura centro de atendimento a vítimas de violência sexual*. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/rio-de-janeiro-inaugura-centro-de-atendimento-a-vitimas-de-violencia-sexual>.
- Roberts, K. P., Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (2000, March). The effects of rapport-building style on children's reports of a staged event. *Applied Cognitive Psychology, 18*, 189-202.
- Santila, P., Korkman, J., & Sandnabba, N. K. (2004). Effects of interview phase, repeated interviewing, presence of a support person, and anatomically detailed dolls on child sexual abuse interviews. *Psychology, Crime & Law, 10*(1), 21-35.

- Santos, S. S., & Dell'aglio, D. D. (2010). Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. *Psicologia e Sociedade*, 22(2), 328-335.
- Schaefer, L. S., Rossetto, S., & Kristensen, C. H. (2012). Perícia psicológica no abuso sexual de crianças e adolescentes. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 28(2), 227-234.
- Schreiber, N. (2000). Interviewing techniques in sexual abuse cases - a comparison of a day-care abuse case with normal abuse cases. *Swiss Journal of Psychology*, 59(3), 196-206.
- Snow, P. C.; Powell, M. B.; & Murfett, R. (2009, July). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. *Psychology, Crime & Law*, 15(6), 555-568.
- Souza, C. J. (2014). *Psicologia Jurídica: encontros e desencontros em sua prática*. Recuperado em 10 dezembro, 2015, de:
<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2014/psicologia-juridica-encontros-e-desencontros-em-sua-pratica-servidora-cristiana-jobim-souza>.
- Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free-recall prompts in the course of forensic interviews. *Journal of Applied Psychology*, 86(5), 997-1005.
- Stracke, C. B. (2013). *Avaliação da estrutura da entrevista investigativa com crianças*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: rapport-building, instruction, and evaluation. *Applied Developmental Science*, 14(3), 154-163.
- Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2013). Interviewer demeanor in forensic interviews of children. *Psychology, Crime & Law*, 19(2), 145-159.

- Teoh, Y.-S., Pipe, M.-E., Johnson, Z. H., & Lamb, M. (2014, October). Eliciting accounts of alleged child sexual abuse: how do children report touch? *Journal of Child Sexual Abuse, 23*(7), 792-803.
- Teoh, Y.-S., Yang, P.-J., Lamb, M. E., & Larsson, A. S. (2010). Do humans figure diagrams help alleged victims of sexual abuse provide elaborate and clear accounts of physical contact with alleged perpetrators? *Applied Cognitive Psychology, 24*(2), 287-300.
- Thoresen, C., Lønnum, K., Melinder, A., & Magnussen, S. (2009). Forensic interviews with children in CSA cases: a large-sample study of norwegian police interviews. *Applied Cognitive Psychology, 23*, 999-1011.
- Toth, P. (2011). Comparing the NICHD and RATAAC child forensic interview approaches: do the differences matter? *APSAC Advisor, 20*(1), 15-20.
- Waterman, A. H., Blades, M., & Spencer, C. (2004). Indicating when you do not know the answer: The effect of question format and interviewer knowledge on children's 'don't know' responses. *British Journal of Developmental Psychology, 22*(3), 335-348.
- Westcott, H. L., & Kynan, S. (2004). The application of a 'story-telling' framework to investigative interviews for suspected child sexual abuse. *Legal and Criminological Psychology, 9*(1), 37-56.
- World Health Organization (WHO). (1999). *WHO Consultation on Child Abuse Prevention*. Geneva: WHO.
- Williams, L. C. A., Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infanto-juvenil: o protocolo NICHD. *Temas em Psicologia, 22*(2), 1-18.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
1) Ahern, E. C., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Blasbalg, U., & Winstanley, A. (2014, November/December). Support and reluctance in the pre-substantive phase of alleged child abuse victim investigative interviews: revised versus standard NICHD protocols. <i>Behavioral Sciences & The Law</i> , 32(6), 762-774	Versa sobre a necessidade de maior atenção ao entrevistador frente a crianças resistentes à revelação do abuso.	Comparar o protocolo NICHD padrão com uma versão revisada do mesmo protocolo que deu maior ênfase a fatores sócio-emocionais relacionados à situação de entrevista. Objetivou-se examinar: a) a sensibilidade dos entrevistadores às respostas de relutância das crianças; e b) os efeitos de comentários de suporte feitos pelo entrevistador, contíguos às respostas de resistência, sobre a responsividade das crianças.	Procedeu-se à análise sequencial de 199 entrevistas com crianças de 3 a 13 anos, supostamente vítimas de abuso intrafamiliar físico ou sexual, em Israel. Metade da amostra foi entrevistada com o protocolo NICHD padrão, e a outra metade com a versão revisada do protocolo NICHD. Este estudo focalizou a análise na fase pré-substantiva do protocolo. Houve treinamento dos entrevistadores para utilização de ambas as versões do protocolo.	Houve maior percentual de comentários de suporte nas entrevistas com a versão revisada do protocolo, contudo tais comentários não foram apresentados de forma mais contingente às expressões de relutância das crianças se comparados à versão padrão. Nas entrevistas com a versão revisada, quando a resposta de relutância era seguida por expressões de apoio do entrevistador, houve maior taxa de respostas colaboração da criança. Por outro lado, quando não havia suporte subsequente, houve diminuição da taxa de cooperação das crianças, que passaram a responder mais frequentemente com respostas de relutância.
2) Aldridge, J., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Bowler, L. (2004). Using a human figure drawing to elicit information from alleged victims of child sexual abuse. <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology</i> , 72(2), 304-316.	Investigar o uso do desenho da figura humana para obter informações adicionais em entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso.	Determinar se o desenho da figura humana associado ao uso de informações previamente reportadas pela criança pode auxiliar na obtenção de informações adicionais sobre situações abusivas e se sua utilidade depende da idade das crianças.	Foram conduzidas entrevistas investigativas com 90 crianças entre 4 e 13 anos, supostamente vítimas de abuso sexual. Os entrevistadores eram policiais treinados. Após a aplicação do protocolo NICHD, as crianças passaram por um questionário estruturado aplicado com o uso de um desenho da figura humana (representada de frente e de costas, sem identificação de características sexuais). As entrevistas foram codificadas e analisadas.	O desenho da figura humana auxiliou os investigadores a obter informação significativa para o contexto forense mesmo após extensiva entrevista com a criança. Para as crianças de 4 a 7 anos, o uso do desenho respondeu por cerca de 27% dos detalhes relevantes; para as crianças de 8-10 anos, 19%; e para as de 11-13 anos, 12%. Foi especialmente útil, portanto, com as crianças menores. Das informações obtidas com o protocolo NICHD, cerca de 50% dos dados foram levantados com o uso de questões abertas. Durante o desenho da figura humana, entretanto, houve uso maior de questões de múltipla escolha – memória de reconhecimento - o que pode repercutir em menor fidedignidade das informações. Sugerem que o uso do desenho ocorra em fases finais da

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<p>3) Almerigogna, Jehanne; Ost, James; Akehurst, Lucy et al. (2008). <i>How interviewers' nonverbal behaviors can affect children's perceptions and suggestibility. Journal of Experimental Child Psychology, 100(1), 17-39.</i></p>	<p>O artigo trata sobre a forma como o comportamento não verbal do entrevistador afeta as percepções da criança e sua sugestibilidade.</p>	<p>Foram conduzidos dois estudos: 1º Objetivou avaliar como as crianças percebiam o comportamento não verbal do entrevistador quanto à postura de suporte/apoio; 2º Analisar como os comportamentos não verbais de suporte ou não suporte do entrevistador afetam a habilidade das crianças relatarem acuradamente detalhes de um evento, quando questionados de forma neutra (apropriada) ou de forma tendenciosa (inadequada).</p>	<p>Estudo 1: Uma amostra de 42 crianças, de 8 a 10 anos, assistiram a vídeos em que um entrevistador apresentava comportamentos não verbais de suporte/apoio ou não suporte. Foram solicitadas a avaliar os entrevistadores em seis atributos “simpatia, rigor, sinceridade, presteza, tédio e estresse”. Estudo 2: Uma amostra de 86 crianças, de 8 a 10 anos, participaram de uma atividade de aprendizagem sobre acordes vocais. Depois de uma semana, foram entrevistados individualmente por um entrevistador que adotava postura de suporte (sorria) ou de não suporte (agitado/inquieto). A entrevista envolvia perguntas neutras e tendenciosas.</p>	<p>entrevista. Estudo 1: Quando sorria, o entrevistador foi avaliado de forma positiva (como mais prestativo, simpático e sincero) pela maioria das crianças. Aqueles entrevistadores mais agitados/inquietos receberam altas taxas de avaliações negativas, que incluíam atitudes não consideradas no estudo como de suporte (rigor, tédio e estresse). Estudo 2: As crianças cujo entrevistador não oferecia suporte foram menos acuradas em seus relatos e apresentaram mais relatos falsos sobre terem sido tocadas (19% delas reportaram falso toque) quando comparadas às crianças cujo entrevistador oferecia suporte. Note-se que a pergunta sobre o toque era sugestiva. As crianças que passaram pelos entrevistadores com padrão de suporte, disseram mais vezes que não sabiam a resposta quando perguntas tendenciosas lhes eram feitas. Todos os participantes forneceram respostas mais acuradas sobre aspectos centrais da atividade. Não houve diferença significativa entre as respostas dos grupos quando perguntas neutras foram feitas.</p>

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
4) Anderson, G. D., Anderson, J. N., & Gilgun, J. F. (2014). <i>The influence of narrative practice techniques on child behaviors in forensic interviews. Journal of Child Sexual Abuse, 23(6), 615-34.</i>	Estuda a fase de construção de <i>rapport</i> e prática narrativa no “ <i>Corner House Forensic Interview Protocol</i> ”.	Avaliar duas versões de prática narrativa do <i>Corner House Forensic Interview Protocol</i> .	Foram analisadas 115 gravações de entrevistas realizadas em um <i>Child Advocacy Center</i> nos EUA. Os entrevistados tinham entre 3,1 e 18,3 anos. Um grupo utilizou a versão tradicional do protocolo (que solicita que a criança conte sobre um evento autobiográfico, mas confere menos ênfase à prática narrativa); e outro grupo utilizou uma versão revisada do mesmo protocolo que confere mais ênfase à prática narrativa com o uso de questões abertas.	As crianças apresentaram relatos mais detalhados sobre o abuso quando os entrevistadores utilizaram a versão revisada, que incluiu mais questões abertas e facilitadores durante a prática narrativa. O aumento do uso de facilitadores resultou em aumento de detalhes aproximadamente na proporção um por um. Cada combinação de questão aberta e facilitador aumentou cerca de duas vezes o fornecimento de detalhes. A idade foi fator significativo, tendo sido observado maior fornecimento de detalhes conforme a idade aumentou. Foi o primeiro estudo a analisar o efeito do uso de questões abertas no protocolo do <i>Corner House</i> (as pesquisas usualmente analisam no NICHHD).
5) Brown, D. A., Lamb, M. E., Lewis, C., Pipe, M.-E., Orbach, Y., & Wolfman, M. (2013, December). <i>The NICHHD investigative interview protocol: an analogue study. Journal of experimental psychology, 19(4), 367-82</i>	Trata-se de um estudo em laboratório sobre o protocolo NICHHD, que visa garantir condições de análise da precisão dos relatos das crianças.	Havia três principais objetivos: 1) Avaliar diretamente a precisão da informação prestada pela criança em resposta aos vários tipos de questões do protocolo NICHHD, comparando os relatos com gravações do evento; 2) Explorar se a forma como os entrevistadores preparam a criança para a entrevista afeta as informações prestadas durante a entrevista; 3) Avaliar se o protocolo NICHHD favorece ou não que as crianças relatem ou confirmem informações sobre um evento	Foram feitas entrevistas com 128 crianças, de 5 a 7 anos, da Inglaterra. As crianças passaram por um evento encenado em suas escolas. Entre 4 a 6 semanas depois, passaram por alguns procedimentos. Primeiro, todas as crianças, individualmente, receberam instruções sobre as regras gerais da entrevista. Após, foram submetidas a três tipos de <i>rapport</i> : a) <i>rapport</i> simples, com solicitações abertas sobre interesses gerais; b) <i>rapport</i> com prática narrativa sobre um evento neutro; c) <i>rapport</i> e prática narrativa sobre um evento com uso de questões diretivas ou de múltipla escolha.	As crianças foram altamente precisas independentemente do tipo de enunciado do entrevistador. Os erros diziam respeito mais a informações periféricas do que centrais. As solicitações abertas, seguidas pelas solicitações guiadas, foram efetivas em levantar novas informações. As solicitações guiadas, contudo, estiveram relacionadas a mais erros sobre detalhes periféricos e, embora em menor escala, sobre detalhes centrais. As crianças que forneceram informações sobre o falso evento também foram menos acuradas ao descrever o evento encenado. Quando receberam preparação que incluía descrever um evento recente mediante questões diretivas ou de múltipla escolha, foram menos acuradas quando questionadas primeiramente sobre o evento falso e, somente após, sobre o evento encenado. As crianças que participaram do <i>rapport</i> com prática narrativa responderam com mais detalhes às solicitações abertas ou guiadas.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
		não vivenciado.	Finalmente, as crianças foram entrevistadas com o uso do NICHHD sobre o evento encenado e sobre um evento falso - não ocorrido.	Não houve diferença significativa no tempo gasto com cada tipo de preparação e aquelas crianças que passaram por <i>rapport</i> com prática narrativa relataram o evento encenado com precisão, em menor tempo do que as demais.
6) Brubacher, S. P., & La Rooy, D. (2014, February). Witness recall across repeated interviews in a case of repeated abuse. <i>Child Abuse & Neglect</i> , 38(2), 202-211. Recuperado em 6 outubro, 2015, de http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2013.06.010 .	Versa sobre um estudo de caso único de suspeita de abusos sexuais a uma garota por diversos anos seguidos.	Caracterizar questões técnicas que surgem quando uma criança com experiências de múltiplos abusos é entrevistada em mais de uma ocasião.	Foram analisadas as gravações de três entrevistas conduzidas com uma adolescente de 12 anos. Não havia informação sobre o treinamento a que os entrevistadores haviam se submetidos. Foram analisados os seguintes aspectos com relação ao entrevistador: o estabelecimento de regras gerais para a entrevista; a condução de etapa de “prática narrativa”; tipos de questões utilizadas; e forma de condução das perguntas para relatos episódicos. Também foi feita análise do relato da adolescente (que foi codificado e dividido como genérico, episódico ou contextual).	Houve menos utilização de questões abertas do que o recomendado. Algumas questões sugestivas foram utilizadas especialmente nas duas primeiras entrevistas. Em nenhuma das ocasiões houve treino de narrativa, embora tenham sido estabelecidas regras gerais com a adolescente. Em algumas das situações em que houve relatos episódicos, estes não foram explorados por meio do uso de perguntas abertas. O entrevistador mudava para assuntos contextuais. Houve uma transição das questões sobre episódios específicos para solicitações de aspectos genéricos. Os autores indicam a possibilidade de haver descrição mais detalhada por adolescentes ou crianças caso as entrevistas se iniciem solicitando descrições gerais e, após, transcorram para a individualização de episódios.
7) Cederborg, A. C., Danielsson, H., La Rooy, D., & Lamb, M. E. (2009). Repetition of contaminating question types when children and youths with intellectual disabilities are interviewed. <i>Journal of</i>	A pesquisa trata de entrevistas realizadas com crianças e jovens com deficiência intelectual, atentando-se especialmente para os efeitos da repetição de perguntas indutivas.	Analisar o efeito da repetição de perguntas potencialmente indutivas na performance de crianças ou jovens com deficiência intelectual durante entrevistas investigativas de abuso sexual.	Foram analisadas entrevistas investigativas de abuso de 33 crianças e jovens com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista (5 a 23 anos). As entrevistas foram selecionadas em um banco de dados de um serviço público da Suécia. Procedeu-se à análise quantitativa	Das perguntas feitas durante as entrevistas, 49% foram do tipo múltipla-escolha ou sugestivas e 85% das entrevistas contiveram ao menos uma repetição de pergunta. Dentre as questões de múltipla-escolha e sugestivas, 9% consistiam em repetição de perguntas. O tipo de repetição (exata ou similar) não afetou significativamente a taxa de respostas que foram modificadas.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<i>Intellectual Disability Research</i> , 53(5), 440-449.			para identificação de questões sugestivas ou de múltipla-escolha e, após, à análise qualitativa das perguntas e respostas às questões. As repetições foram categorizadas como: exatas ou similares. As repostas foram categorizadas como: 1) concordância; 2) discordância; e 3) outros – “não sei” ou “não me lembro”.	Na segunda vez em que a pergunta foi repetida, houve mudança em 40% das respostas. Quanto mais repetições das perguntas, maior probabilidade de modificação da resposta foi constatada.
8) Cheung, M. (2008). Promoting effective interviewing of sexually abused children: a pilot study. <i>Research on Social Work Practice</i>, 18(2), 137-143.	Versa sobre técnicas de entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual infantil, atentando para as diferenças entre as entrevistas daquelas crianças que revelaram e daquelas que não revelaram a violência.	Investigar se foram utilizadas perguntas indutoras; analisar as técnicas utilizadas pelos entrevistadores; e examinar as diferenças entre as entrevistas em que houve ou não revelação de situação abusiva.	Foram analisadas 90 gravações de entrevistas selecionadas de forma randômica em um centro de advocacia infantil. As entrevistas foram analisadas com o uso de um instrumento sobre habilidades de entrevista em abuso sexual infantil, que conta com 69 itens de análise.	As crianças que não fizeram revelação de abuso eram mais novas (tinham em média 5 anos) do que aquelas que revelaram (em média 8 anos). Das crianças que não revelaram abuso, a maior parte era composta por meninos. Nas entrevistas em que houve revelação de abuso foram utilizadas mais perguntas iniciadas com “o que” e “como”. Perguntas fechadas foram mais utilizadas nos casos em que não houve revelação.
9) Darwinkel, E. C., Powell, M. B., & Sharman, S. J. (2014). Does extensive free narrative prompting minimise the effect of mental reinstatement on children's recall of events? <i>Psychiatry, Psychology and Law</i>, 21(3), 351–359	Aborda o restabelecimento mental de contexto e eventual influência de estimulação narrativa do entrevistador no relato da criança.	Examinar se o grau de estimulação da narrativa pelo entrevistador modera o efeito do restabelecimento mental de contexto de um evento encenado.	Noventa e cinco crianças, de 5 a 6 anos e de 8 a 9 anos, participaram do estudo. Foram entrevistadas entre 7 e 10 dias após um evento encenado. À metade das crianças, foi orientado o restabelecimento mental de contexto e à outra metade, não. Em um delineamento cruzado, metade também recebeu estimulação de narrativa estendida durante a entrevista e metade não.	O restabelecimento mental de contexto não demonstrou efeito benéfico no desempenho das crianças durante a entrevista. As crianças mais velhas tiveram melhor desempenho do que as mais novas e houve maior volume de informações quando a estimulação da narrativa foi estendida. É possível que diferenças metodológicas, baixo alcance estatístico e um efeito do tamanho pequeno da amostra tenham reduzido os benefícios observáveis do restabelecimento mental de contexto se comparado a outros estudos.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<p>10) Daviesl, G. M., Westcott, H. L. & Horan, N. (2000) The impact of questioning style on the content of investigative interviews with suspected child sexual abuse victims. <i>Psychology, Crime & Law</i>, 6(2), 81-97.7</p>	<p>Analisa possível influência do tipo de pergunta e estilo do entrevistador no relato de crianças supostamente vítimas de abuso.</p>	<p>Investigou a influência do tipo de pergunta e do estilo do entrevistador na quantidade e qualidade das respostas de crianças em entrevistas sobre suposto abuso.</p>	<p>Foram analisadas 36 gravações de entrevistas conduzidas por policiais com base no Memorando de Boas Práticas. As crianças tinham entre 4 e 14 anos e, para fins de análise foram divididas em três grupos: 4-7 anos; 8-11 anos; 12-14 anos. Foram contabilizadas as expressões afirmativas e os comentários de confirmação do entrevistador. Também houve classificação das perguntas em: questões abertas; questões específicas não sugestivas; questões fechadas; e questões diretivas com repostas implícitas. Houve análise da duração das respostas e do número de critérios alcançados no CBCA (Criteria Based Content Analysis).</p>	<p>Das questões formuladas pelos entrevistadores, 2% foram abertas, porém apenas 3% foram consideradas conducentes/sugestivas. Quanto maior a idade das crianças maior a duração das respostas e o número de critérios do CBCA atingidos. As questões abertas resultaram em relatos mais longos e que atingiram mais critérios do CBCA, no grupo de crianças de 12-14 anos. Nos grupos de crianças com 4-7 anos e 8-11 anos, houve respostas mais longas e com alcance de mais critérios do CBCA com questões fechadas e com questões específicas não sugestivas. De modo geral, relatos mais longos e que atingiram mais critérios do CBCA estiveram associados com mais expressões afirmativas, comentários de confirmação e breve <i>rapport</i> conduzido pelo entrevistador. Constatou-se que a quantidade e a qualidade de informações obtidas na entrevista foi influenciada de forma significativa pelo tipo de pergunta e pelo estilo do entrevistador.</p>
<p>11) Evans, A. D., & Roberts, K. (2009). The effects of different paraphrasing styles on the quality of reports from young child witnesses. <i>Psychology Crime & Law</i>, 15(6), 531-546.</p>	<p>O artigo aborda como a paráfrase pode ser útil em entrevistas investigativas com crianças e a forma como interfere no relato infantil.</p>	<p>Investigar se o parafrasear aumenta o montante e a precisão dos relatos da criança sobre determinado evento; e analisar se diferentes formas de parafrasear afetam de modos também diferentes os relatos das crianças.</p>	<p>Um total de 41 crianças, entre 3 e 6 anos, de ambos os sexos, participaram de um evento que consistia em uma sessão fotográfica e, após, 7 a 10 dias, passavam por entrevista individual. Foram divididas em grupos que alternavam o uso a- de paráfrases de expansão (ex: Você disse Fale mais sobre isso); b- paráfrase sim/não (ex: Você disse...?); c- paráfrase acurada; d- paráfrase inacurada; e- e grupo controle.</p>	<p>De modo geral, não foi observado efeito significativo do parafrasear na ampliação da duração, no número de detalhes fornecidos e na precisão dos detalhes, se comparado às solicitações genéricas de continuidade do relato – utilizada no grupo controle (ex: fale mais sobre isso). Houve, entretanto diferença entre as formas de paráfrase. A paráfrase de expansão resultou em relatos duas vezes mais longos e com maior número de detalhes quando comparada à paráfrase sim/não. Em ambas as condições de paráfrase, os relatos foram entre 68 e 74% acurados.</p>

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
			As respostas das crianças foram analisadas em termos de duração, riqueza de detalhes e precisão.	
12) Feltis, B. B., Powell, M. B., Snow, P. C., & Hughes-Scholes, C. H. (2010). An examination of the association between interviewer question type and story-grammar detail in child witness interviews about abuse. <i>Child Abuse & Neglect</i>, 34(6), 407-413.	O estudo trata sobre o efeito do tipo de questão na narrativa de crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	Comparar os efeitos de questões abertas ou específicas, e dos vários tipos de questões abertas, na narrativa das crianças e adolescentes em entrevistas sobre suposto abuso sexual.	Foram analisadas 34 entrevistas, conduzidas por policiais na Austrália, com crianças de 5 a 15 anos. Os entrevistadores eram treinados para utilizar um protocolo semelhante ao NICHHD. A amostra foi dividida em três grupos: 5-8 anos; 9-10 anos; e 11-15 anos. As questões foram divididas em abertas ou específicas. Após, as questões abertas foram subdivididas em: 1) convites gerais; 2) perguntas amplas; 3) questões de profundidade; 4) questões de esclarecimento; e 5) questões que convidavam a criança a acrescentar qualquer novo detalhe. As falas das crianças foram analisadas com base em elementos que compõem uma narrativa completa: cenário; evento inicial; resposta interna do protagonista; plano; tentativa ou ataque; consequências diretas; desfecho da história.	Nos três grupos as questões abertas foram mais efetivas em levantar detalhes do que questões específicas, contudo, nem todos os tipos de questões abertas foram igualmente eficientes. Perguntas amplas e as questões de profundidade (que sugeriam que a criança detalhasse parte do relato) estiveram relacionadas com narrativas mais completas, ou seja, com mais elementos. As questões de esclarecimento e aquelas que convidavam a criança a acrescentar qualquer novo detalhe estiveram relacionadas com narrativas menos completas.
13) Fogarty, K., Augoustinos, M., & Kettler, L. (2013,	O estudo trata sobre a forma como o <i>rapport</i> se relaciona com o	Explorar como a análise da “progressividade” da conversação -	Foi analisada uma gravação em vídeo e áudio da entrevista com uma criança de 8 anos, conduzida	Observou-se que o olhar, assim como a progressividade, pode ser um correlato não verbal do <i>rapport</i> , vez que havia prejuízo à sequência e desenvolvimento da

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
August). Re-thinking rapport through the lens of progressivity in investigative interviews into child sexual abuse. <i>Discourse Studies</i>, 15(4), 395-420.	desenvolvimento e a sequência da interação durante entrevista investigativa de abuso sexual infantil.	desenvolvimento e sequência da interação - pode proporcionar tratabilidade empírica para o conceito de <i>rapport</i> e sugerir novas direções de pesquisa e treinamento.	por um policial na Austrália. Houve transcrição tanto das falas quanto dos movimentos do entrevistador e da criança. A análise se concentrou na relação entre o comportamento da criança e do entrevistador e aumento ou redução da “progressividade” ao longo da entrevista.	entrevista quando o olhar da criança não se dirigia ao entrevistador. O sorrir e acenar positivamente com a cabeça estiveram relacionados ao <i>rapport</i> quando apresentados em momentos específicos da interação. Observou-se que o <i>rapport</i> é um processo que se estabelece ao longo da entrevista, sendo limitada a noção de uma “fase de <i>rapport</i> ” para as entrevistas. O uso de desenho foi eficiente para restabelecimento da “progressividade” nesta entrevista. Tal dado sugere a investigação de quando e como o uso de desenhos pode ser introduzido na entrevista com foco na manutenção do <i>rapport</i> e organização sequencial da interação.
14) Gilstrap, L. L. (2004). A missing link in suggestibility research: What is known about the behavior of field interviewers in unstructured interviews with young children? <i>Journal of Experimental Psychology-Applied</i>, 10(1), 13-24.	Esta pesquisa analisa o uso de entrevista não estruturada, diante de evento conhecido, a fim de tornar possível a análise da precisão das respostas fornecidas pela criança.	Subdivide-se em três: 1- Examinar um esquema de codificação delineado para distinguir tipos de perguntas que têm interesse empírico; 2- Explorar em que medida o comportamento dos entrevistadores é consistente durante a entrevista; 3- Examinar se o estilo mencionado pelo entrevistador antes da entrevista prediz seu comportamento durante a entrevista em si.	Foram analisadas as entrevistas com 40 crianças, de 3-6,8 anos. Cada criança foi entrevistada duas vezes pelo mesmo entrevistador, mas sobre dois eventos planejados que ocorriam em suas salas de aula. Antes das entrevistas, os entrevistadores eram questionados se consideravam mais importante a obtenção de resultados mais acurados, embora em menor quantidade; ou o contrário. Houve análises das respostas das crianças e do comportamento do entrevistador.	As questões altamente sugestivas ocuparam aproximadamente 20% das entrevistas não estruturadas. Outros 8% envolveram o fornecimento de informações novas às crianças. Esses 28% refletem um número mais elevado do que usualmente se utiliza em estudos de laboratório. Aproximadamente 31,3% das questões sugestivas introduziram informações inaccuradas reportadas pelas crianças. Em geral, os entrevistadores que usaram uma questão sugestiva, utilizaram outros tipos de questões sugestivas ao longo da entrevista; e aqueles que utilizaram uma questão neutra tenderam a usar outras questões neutras. Aqueles entrevistadores que selecionaram preferir entrevistas que valorizavam o volume de informações, fizeram, em média, seis perguntas a mais do que aqueles que consideravam mais importantes resultados mais acurados, mesmo que em menor volume.
15) Hershkowitz, I., Fisher, S., Lamb, M. E.,	O estudo versou sobre a avaliação da	Comparar, em termos de validade e confiabilidade, a	Foram analisadas 24 entrevistas, selecionadas de forma a compor	Com o protocolo, os avaliadores em 60% das vezes avaliaram de forma acurada as declarações. Sem o

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
& Horowitz, D. (2007). Improving credibility assessment in child sexual abuse allegations: the role of the NICHD investigative interview protocol. <i>Child Abuse & Neglect</i>, 31, 99-110.	credibilidade das declarações de crianças entrevistadas sobre abuso sexual.	acurácia da avaliação de credibilidade das declarações das crianças quando entrevistadas com o protocolo NICHD ou mediante entrevistas não estruturadas.	dois grupos, um cujas entrevistas foram conduzidas com o protocolo NICHD e outro cujas entrevistas se deram de forma não estruturada. Nos dois grupos, metade das acusações era plausível e a outra metade não plausível (avaliação se deu a partir de outras provas constantes dos processos). Sete avaliadores julgaram de forma independente a credibilidade das alegações apenas com base nas entrevistas.	protocolo, em aproximadamente 30% das vezes, a avaliação foi acurada. Mais entrevistas não estruturadas foram classificadas pelos avaliadores como sendo “inviável o julgamento”. As avaliações das entrevistas conduzidas com o protocolo NICHD foram classificadas de forma mais acurada como “plausíveis” ou “não plausíveis”. Houve maior confiabilidade entre os avaliadores quando o protocolo foi utilizado. Mesmo com o uso do protocolo NICHD, houve dificuldade da classificação das alegações “não plausíveis”.
16) Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz D. (2002). A comparison of mental and physical context reinstatement in forensic interviews with alleged victims of sexual abuse. <i>Applied Cognitive Psychology</i>, 16(4), 429-441.	O estudo trata da efetividade do restabelecimento contextual no levantamento de informações nas entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	Comparar os efeitos do restabelecimento de contexto físico e do restabelecimento contextual mental a partir de entrevistas forenses com crianças supostamente vítimas de abuso.	Foram conduzidas 142 entrevistas, com crianças entre 4 e 13,5 anos, supostamente vítimas de abuso sexual extrafamiliar em Israel. As entrevistas ocorriam em três condições diferentes: 1) na cena do suposto incidente – restabelecimento físico de contexto; 2) no escritório no entrevistador com restabelecimento mental do contexto; 3) no escritório, sem dicas contextuais – grupo controle. Houve utilização do protocolo NICHD, com as diferenciações contextuais sendo estabelecidas logo após a fase pré-substantiva.	Não houve diferença significativa no montante de detalhes fornecidos pelas crianças de cada grupo, entretanto, as crianças do grupo com restabelecimento contextual mental forneceram mais detalhes em resposta a questões abertas e menos detalhes em resposta a questões diretas do que as crianças nas outras condições. Em todas as condições de entrevista, as crianças de 7 a 13 anos forneceram significativamente mais detalhes do que as de 4 a 6 anos. As crianças mais novas forneceram menos detalhes em resposta a solicitações abertas e enunciados diretos, e mais detalhes, proporcionalmente, em resposta a questões de múltipla escolha e enunciados sugestivos. Não foi observada interação significativa entre a idade e a condição de entrevista.
17) Hershkowitz, I. (2002). The role of facilitative prompts in	O artigo versa sobre o uso dos facilitadores ao longo da entrevista com	Analisar a efetividade do uso de facilitadores a depender da fase da entrevista e de sua	Foram analisadas 50 entrevistas, conduzidas em Israel, com crianças entre 4 e 13 anos. As entrevistas	Diante de cada facilitador a criança apresentou, em média, cinco novos detalhes substanciais. A efetividade do facilitador variou a depender do contexto em que

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
interviews of alleged sex abuse victims. Legal and Criminological Psychology, 7(1), 63-71.	crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	posição em relação a outras declarações dos entrevistadores nas entrevistas com crianças.	seguiram o protocolo NICHHD. Cada declaração do entrevistador foi classificada em: convite; facilitador; enunciado diretivo; enunciado múltipla-escolha; e enunciado sugestivo. Foi tabulado o número de palavras e detalhes das respostas das crianças.	foram utilizados. Os facilitadores apresentados seguidamente aos convites (ex: questões abertas) proporcionaram maior número de palavras e detalhes quando comparado aos outros tipos de declarações. Além disso, os facilitadores foram mais efetivos na primeira parte da fase substantiva da entrevista (etapa em que usualmente a criança apresenta relatos mais longos e ricos). Os facilitadores mostraram-se continuidade dos enunciados anteriores. Ex. se o enunciado anterior era aberto, o facilitador produziu o mesmo efeito, ou seja, falas mais completas e detalhadas.
18) Hershkowitz, I., Orbach, Y., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., & Horowitz, D. (2006, julho). Dynamics of forensic interviews with suspected abuse victims who do not disclose abuse. Child Abuse & Neglect, 30(7), 753-769. Recuperado em 22 outubro, 2015, de http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2005.10.016.	O estudo trata especificamente sobre diferenças em entrevistas com crianças que revelaram e que não revelaram abusos vivenciados.	Explorar diferenças estruturais entre entrevistas forenses nas quais a criança revelou situações abusivas e entrevistas nas quais a criança não fez revelação.	Foi analisado um total de 100 entrevistas conduzidas em Israel, com crianças de 4 a 13 anos. Cinquenta delas com crianças que revelaram abuso e outras 50 em que o abuso não foi revelado. Apenas foram utilizados neste estudo registros de casos em que havia substancial evidência de que o abuso ocorreu de fato. As gravações foram analisadas com foco nas falas do entrevistador e nas respostas fornecidas pelas crianças. As entrevistas seguiram o protocolo NICHHD, sendo que para análise, foi conferida atenção às fases iniciais da entrevista até o momento de investigação da alegação.	Houve diferenças significativas entre as entrevistas com cada grupo. Quando as crianças demonstravam-se mais resistentes em revelar, os entrevistadores utilizaram menos solicitações de recordação livre e ofereceram menos comentários de suporte às crianças na fase substantiva. Ao contrário, crianças que receberam mais comentários de suporte, forneceram mais informações. Crianças que não revelaram já se mostravam relutantes tanto na fase de <i>rapport</i> quanto de treino de memória episódica, em que pese não tenha havido diferença na postura do entrevistador, fornecendo menos informações. Os autores sugerem que seria interessante identificar crianças mais relutantes e investir mais na construção do <i>rapport</i> , antes de passar à fase substantiva, ou, entrevistá-las em mais de uma sessão.
19) Hershkowitz, I., & Terner, A. (2007, December). The effects	Investiga os efeitos da repetição de entrevista nos relatos de crianças	Analisar as informações obtidas quando realizadas duas entrevistas com	Foram analisadas 40 entrevistas com crianças, entre 6 e 13 anos, conduzidas em Israel. Foi utilizado	Cerca de 25% das informações obtidas na 2ª entrevista foram novas. Houve acréscimo significativo de informações forensicamente relevantes na segunda

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
of repeated interviewing on children's forensic statements of sexual abuse. <i>Applied Cognitive Psychology</i>, 21(9), 1131-1143.	supostamente vítimas de abuso.	crianças supostamente vítimas de abuso, em curto espaço de tempo.	o protocolo NICHD. Na primeira entrevista foi utilizado todo o protocolo. Após o intervalo de 30 minutos, as crianças foram entrevistadas pela segunda vez. Solicitou-se que elas dissessem novamente o que havia acontecido como se não tivessem feito isso anteriormente.	entrevista, sendo que grande parte delas diziam respeito a detalhes centrais da situação. Uma taxa de 37% das informações fornecidas na primeira entrevista foram repetidas na segunda entrevista. Os resultados foram semelhantes independentemente da idade das crianças. É possível que a primeira revelação em entrevista tenha funcionado como “restabelecimento de contexto” fornecendo dicas adicionais para as declarações subsequentes.
20) Kask, K. (2012). Dynamics in using different question types in estonian police interviews of children. <i>Applied Cognitive Psychology</i>, 26(2), 324-329	Versa sobre o modo de entrevistar de profissionais da Estônia.	Estudar as táticas de policiais da Estônia de entrevista em casos de violência física e sexual contra crianças.	Foram analisadas entrevistas investigativas com 66 crianças, 4 a 14 anos. Foram categorizadas as solicitações dos entrevistadores em sete categorias e analisadas as repostas das crianças aos enunciados.	As questões mais usadas foram as de múltipla escolha e diretivas, em que pese os convites tenham produzido volume significativamente maior de informações. Mais questões sugestivas foram feitas a crianças de 4 a 7 anos. Não houve diferença significativa entre a forma como policiais da Estônia conduzem suas entrevistas e o modo como essas entrevistas são conduzidas em outros países não ligados à ex-União Soviética. É necessário treinamento em métodos estruturados de entrevista para ampliar o uso de convites e reduzir o uso de questões sugestivas.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
21) Katz, C., & Hamama, L. (2013). Draw me everything that happened to you: exploring children's drawings of sexual abuse. <i>Children and Youth Services Review</i> , 35(5), 877-882.	Uso do desenho como uma ferramenta de apoio para o relato de crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	Explorar as formas como o desenhar pode facilitar a narrativa da criança durante entrevistas sobre suposto abuso sexual.	Procedeu-se à análise do conteúdo de entrevistas com três crianças supostamente vítimas de um episódio de abuso extrafamiliar, uma de 6 e sete meses e as outras duas crianças de 9 anos e alguns meses. Entrevistadores experientes seguiram a seguinte sequência: 1º Cada criança foi entrevistada com o protocolo NICHHD; 2º Foi solicitado que a criança desenhasse o que havia lhe ocorrido e contasse novamente a situação do início ao fim; 3º Os entrevistadores continuavam com o uso do protocolo, passando de questões abertas para questões mais focadas.	Nos três casos, após a confecção dos desenhos, as crianças relataram as situações abusivas de forma mais sequencial e organizada, além de terem fornecido mais informações relevantes. Discute-se que o desenhar pode ter gerado estímulos à recuperação da memória do evento. Por lidar com estímulos sensoriais e emocionais, o desenhar pode ter sido benéfico evocar memórias traumáticas e facilitar o relato verbal organizado da criança.
22) Katz, C., Barnetz, Z., & Hershkowitz, I. (2014). The effect of drawing on children's experiences of investigations following alleged child abuse. <i>Child Abuse & Neglect</i> , 38(5), 858-867.	Tratou do uso de desenhos durante as entrevistas investigativas, com enfoque na perspectiva da criança.	Avaliar entrevistas investigativas comparando a percepção das crianças quando a entrevista envolvia ou não o uso de desenho.	Uma amostra de 125 crianças, de 4 a 14 anos, foi dividida em dois grupos. Ambos os grupos foram submetidos a uma primeira fase de entrevista com o protocolo NICHHD. Em seguida, foi solicitado que as crianças de um dos grupos desenhassem o que lhes havia ocorrido e, após, foram convidadas a contar novamente a experiência de abuso. O outro grupo de crianças passou por intervalo após a primeira entrevista com o NICHHD e, em seguida, foram também solicitadas a descrever novamente o que lhes	Antes da entrevista, as crianças relataram mais sentimentos negativos (estresse e medo) do que positivos. Durante a entrevista, nas duas condições, as crianças verbalizaram mais experiências positivas do que negativas, embora o grupo em que houve a experiência do desenho manifestou mais sentimentos positivos. Após a entrevista, não houve diferença significativa entre os grupos quanto às verbalizações de alívio e esperança. Contudo, as crianças que passaram pela experiência de desenho relataram mais sentimentos de sucesso.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
			havia ocorrido. A todas as crianças foi questionado como se sentiam antes, durante e após o encerramento da entrevista.	
23) Katz, C., & Hershkowitz, I. (2010). The effects of drawing on children's accounts of sexual abuse. <i>Child Maltreatment</i>, 15(2), 171-179.	Tratou do uso de desenhos durante as entrevistas investigativas, com enfoque nas informações obtidas.	Explorar os efeitos do desenhar durante entrevistas investigativas na riqueza de detalhes verbalizados pelas crianças.	Uma amostra de 125 crianças, de 4 a 14 anos, foi dividida em dois grupos. Ambos os grupos foram submetidos a uma primeira fase de entrevista com o protocolo NICHHD. Em seguida, foi solicitado que as crianças de um dos grupos desenhassem o que lhes havia ocorrido e, após, foram convidadas a contar novamente a experiência de abuso. O outro grupo de crianças passou por intervalo após a primeira entrevista com o NICHHD e, em seguida, foram também solicitadas a descrever novamente o que lhes havia ocorrido. Foi feita análise comparativa entre os grupos.	As crianças na condição de desenho forneceram maior proporção de novos detalhes centrais na segunda parte da entrevista se comparadas ao grupo na outra condição experimental. Foi observado que, diante de questões abertas, houve maior fornecimento de detalhes pelo grupo da condição de desenho; não tendo sido demonstrada diferença significativa entre os grupos frente a questões focadas.
24) Katz, C., & Hershkowitz, I. (2012, November/December). The effect of multipart prompts on children's testimonies in sexual abuse investigations. <i>Child Abuse & Neglect</i>, 36(11-12), 753-759. Recuperado em 22	Versa sobre os efeitos do uso de questões múltiplas em entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	Explorar a frequência e os efeitos do uso de questões múltiplas durante entrevistas investigativas de abuso sexual com o protocolo NICHHD.	Foram analisadas as entrevistas de 71 crianças de 4 a 9 anos, realizadas em Israel. As entrevistas utilizavam-se do protocolo NICHHD e foram feitas por entrevistadores experientes. Para análise das gravações, a amostra foi dividida em dois grupos, um de crianças de 4 a 6 anos e outro de crianças de 7 a 9 anos. Foram contabilizadas	Independentemente da idade da criança, foram utilizadas questões múltiplas em 91,5% das entrevistas. Em média, 5,58 questões múltiplas foram feitas nas entrevistas. Foram feitas questões múltiplas tanto no formato de reconhecimento quanto de recordação. A maioria das crianças, independentemente de idade, respondeu apenas à última pergunta, ou, em segundo lugar, forneceram respostas não inteligíveis. As respostas às questões múltiplas, em sua maioria, foram mais curtas e continham menos detalhes se

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
outubro, 2015, de http://dx.doi.org.ez78.periodicos.capes.gov.br/10.1016/j.chiabu.2012.07.002 .			todas as questões múltiplas apresentadas.	comparadas às respostas dadas às questões simples.
25) Katz, C., & Hershkowitz, I. (2013). Repeated interviews with children who are the alleged victims of sexual abuse. <i>Research on Social Work Practice</i>, 23(2), 210-218.	Aborda os efeitos da repetição de entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso.	Avaliar os efeitos da repetição de entrevistas no curso de investigações forenses com crianças supostamente vítimas de abuso.	Cinquenta e seis crianças, de 5 a 14 anos, participaram do estudo conduzido em Israel. Na primeira etapa, houve uma entrevista com o protocolo NICHHD. Seguiu-se o protocolo quanto à introdução, construção de <i>rapport</i> e exploração do suposto abuso exclusivamente com questões abertas. Após um intervalo de 7 minutos, foi conduzida uma segunda entrevista, na qual se solicitou que a criança dissesse tudo que lhe aconteceu novamente, do início ao fim, da melhor forma possível. O entrevistador poderia passar de questões abertas às mais focadas, conforme o protocolo. A análise envolveu estudo da consistência das informações.	Na segunda entrevista, as crianças reportaram 58% de novos detalhes forensicamente relevantes, sendo 96% das informações novas obtidas mediante solicitações de recordação e não reconhecimento. O acréscimo de detalhes foi mais significativo com crianças pequenas e com crianças que forneceram narrativas mais breves na primeira entrevista. Não houve contradições entre as narrativas das crianças na primeira e na segunda entrevistas. Cerca de 38% das informações se repetiram nas entrevistas. O intervalo breve entre as entrevistas e o fato de ter sido o mesmo entrevistador nas duas situações, pode ter sido significativo para o montante de informações repetidas (menor do que em outros estudos).
26) Korkman, J., Santtila, P., & Sandnabba, N. K. (2006). Dynamics of verbal interaction between interviewer and child in interviews with alleged	Aborda a forma como o entrevistador afeta as verbalizações da criança e vice-versa.	Analisar a interação verbal durante entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso, com enfoque na relação entre tipos de questões utilizadas pelo entrevistador e as	Foi analisada uma amostra de 27 entrevistas, conduzidas com 12 criança, com idade média de 6 anos. Não houve uso do NICHHD. Os entrevistadores eram da Finlândia e entre eles havia policiais,	Os entrevistadores produziram 73% das palavras das entrevistas. As principais verbalizações dos entrevistadores se concentraram em nas categorias: múltipla-escolha; solicitações diretivas; expressões sugestivas específicas; e facilitadores. Apenas 2% das solicitações corresponderam a convites. O maior número de detalhes foi obtido a partir de

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
victims of child sexual abuse. <i>Scandinavian Journal of Psychology</i> , 47(2), 109-119.		respostas das crianças.	psicólogos, psiquiatras e advogados. Houve categorização das falas dos entrevistadores (14 categorias) e da fala das crianças em (11 categorias). Também houve contagem de palavras e de novos detalhes fornecidos pelas crianças.	solicitações diretas, seguidas pelos convites. As “descrições” das crianças foi a categoria que mais conteve novos detalhes. Depois das crianças apresentarem detalhes, os entrevistadores, de modo geral, apresentaram mais facilitadores e solicitações diretas. A categoria das crianças que esteve relacionada ao aumento do número de convites pelo entrevistador, foi a de respostas “sim e não”.
27) Korkman, J., Santtila, P., Drzewiecki, T., & Sandnabba, N. K. (2008a). <i>Failing to keep it simple: Language use in child sexual abuse interviews with 3-8-year-old children. Psychology, Crime & Law</i> , 14(1), 41-60.	Trata da necessidade da linguagem do entrevistador ser apropriada à idade/desenvolvimento da criança entrevistada.	Avaliar o tipo de linguagem utilizada por entrevistadores em casos de abuso sexual infantil.	Foram analisadas 43 entrevistas investigativas com crianças de 3 a 8 anos em casos de suspeita de abuso sexual. Os entrevistadores eram profissionais de saúde mental que trabalhavam com crianças.	Os entrevistadores utilizaram sentenças longas e complexas, questões múltiplas antes das crianças poderem dar suas respostas, assim como referências não claras a pessoas e situações. Esses tipos de enunciados estiveram associados a respostas menos detalhadas das crianças e também repercutiram em preocupação quanto à credibilidade da informação contida nessas entrevistas. Os entrevistadores tiveram alguma sensibilidade com relação à idade. Todas as categorias descritas ocorreram mais frequentemente com crianças entre 6 e 8 anos do que com crianças mais novas, entre 3 e 5 anos, excetuando-se as referências não claras. Os entrevistadores frequentemente introduziram o tema do abuso de uma maneira conducente, embora não clara, e as entrevistas foram caracterizadas por alternâncias entre discussões dentro e fora do tópico.
28) Korkman, J., Santtila, P., Westeraker, M., & Sandnabba, N. K. (2008b). <i>Interviewing techniques and follow-up questions in child sexual abuse interviews.</i>	Aborda as técnicas de entrevista usadas na Finlândia, tecendo observações especificamente sobre as relações entre o tipo de questões usadas e as	Analisar entrevistas realizadas na Finlândia quanto aos tipos de questões usadas e a forma como o entrevistador continuava a entrevista quando havia relatos de detalhes	Foram analisadas 43 entrevistas com crianças de 3 a 8 anos supostamente vítimas de abuso sexual. Entrevistadores eram psicólogos, psiquiatras ou assistentes sociais. Foram feitas análises das falas do entrevistador	Questões de múltipla-escolha e questões sugestivas específicas ou não compuseram 50% dos enunciados dos entrevistadores. Em cerca de 80% das vezes em que a criança forneceu alguma informação relevante, os entrevistadores introduziram questões diretas, de múltipla-escolha, ou sugestivas, o que não favoreceu relatos mais extensos e detalhados.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<i>European Journal of Developmental Psychology</i> , 5(1), 108-128.	respostas das crianças.	significativos.	e da criança. Os enunciados dos entrevistadores foram codificados em: 1) facilitadores; 2) convites; 3) questões diretivas; 4) questões múltipla-escolha; 5) enunciados sugestivos específicos; e 6) enunciados sugestivos não específicos.	Questões muito longas resultaram em respostas breves e questões breves repercutiram em respostas mais descritivas. As questões mais longas foram as sugestivas não específicas. Facilitadores, convites e questões diretivas tiveram respostas mais descritivas. Facilitadores repercutiram no fornecimento de mais detalhes contextuais. Detalhes juridicamente relevantes foram fornecidos em maior frequência diante de enunciados diretivos e questões sugestivas específicas.
29) Lamb, M. E., & Garretson, M. E (2003). The effects of interviewer gender and child gender on the informativeness of alleged child sexual abuse victims in forensic interviews. <i>Law and Human Behavior</i>, 27(2), 157-171.	Estuda a influência do gênero do entrevistador e da criança nas entrevistas em caso de abuso sexual infantil.	Identificar como o gênero do entrevistador e da criança afeta a entrevista em casos de abuso sexual infantil.	Foram analisadas 672 entrevistas, provenientes de três países, com crianças supostamente vítimas de abuso sexual, de idades entre 4 e 14 anos. As entrevistas seguiram o protocolo NICHD ou outros modelos locais de prática de entrevista.	Houve efeito significativo do gênero tanto no comportamento do entrevistador quanto no volume de informações fornecidas pelas crianças. Mulheres utilizaram mais convites e questões sugestivas com as crianças do sexo masculino do que com crianças do sexo feminino. Homens entrevistaram crianças de ambos os sexos de forma similar. Meninas de todas as idades forneceram mais informações em resposta a solicitações diretivas feitas por mulheres. O gênero do entrevistador não resultou em efeitos significativos nas respostas das crianças do sexo masculino. Mais informações foram obtidas de crianças menores em resposta a solicitações sugestivas de entrevistadores do sexo oposto. As questões de gênero foram atenuadas com o uso de protocolos.
30) Lamb, M. E., & Fauchier, A. (2001). The effects of question type on self-contradictions by children in the course of forensic interviews.	Versa sobre tipos de questões que levam a contradições nos relatos das crianças.	Analisar as circunstâncias nas quais as crianças contradisseram, em entrevista, detalhes por elas fornecidos anteriormente.	Foram analisadas 24 entrevistas conduzidas com 7 crianças de 6,5 anos em média. Houve de uma a seis entrevistas com cada criança. A fala dos entrevistadores foi categorizada em cinco classes:	Os entrevistadores utilizaram questões focadas (diretivas, múltipla escolha ou sugestivas) a maior parte das vezes. Todas as crianças entraram em contradição em seus discursos. Os convites foram os menos suscetíveis a relacionarem-se com contradições. As solicitações sugestivas e de

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<i>Applied Cognitive Psychology, 15(5), 483-491.</i>			convites; facilitadores; solicitações diretivas; questões de múltipla escolha; e solicitações sugestivas. Analisaram-se as contradições nos relatos das crianças.	múltipla escolha levantaram o maior número de contradições, seguidas das questões diretivas. Cerca de 80% das contradições ocorreram dentro da mesma entrevista.
31) Lamb, M. E., Stemberg, K. J., Orbach, Y., Esplin, P. W., Stewart, H., & Mitchell, S. (2003). Age differences in young children's responses to open-ended invitations in the course of forensic interviews. <i>Journal of Consulting and Clinical Psychology, 71(5), 926-934.</i>	Trata sobre a forma como crianças pequenas respondem a questões abertas em entrevistas sobre abuso sexual.	Analisar qualitativa e quantitativamente como a variável idade interferiu na resposta das crianças aos diferentes tipos de questões abertas.	Foram analisadas 130 entrevistas de crianças de 4 a 8 anos, do Reino Unido e dos Estados Unidos. Os casos continham um ou mais episódios de suposta violência e havia suspeitas de abuso intra ou extrafamiliar. Todas as entrevistas seguiram o protocolo NICHHD. A fala dos entrevistadores foi classificada segundo quatro categorias: questões abertas/solicitações; solicitações diretivas; questões múltipla escolha; enunciados sugestivos. Dentro de questões abertas, foi feita análise das questões gerais ou guiadas.	Houve diferença segundo a idade no total de detalhes levantados e no número de detalhes obtidos com cada tipo de enunciado. Mais detalhes foram fornecidos pelas crianças mais velhas se comparadas às menores em todos os tipos de solicitações, mas não houve diferenças na proporção de detalhes obtidos com questões abertas. Questões abertas guiadas, particularmente aquelas que retomavam ações previamente mencionadas pelas crianças, mostraram-se eficazes em desencadear respostas mais precisas das crianças de 4 anos. As questões abertas guiadas estiveram relacionadas com 37% dos detalhes levantados mediante questões abertas.
32) Lamb, M. E., Orbach, Y., Sternberg, K. J., Aldridge, J., Pearson, S., Stewart, H. L., Esplin P. W., & Bowler, L. (2009). Use of a structured investigative protocol enhances the quality of investigative interviews	Estabelece comparação entre os resultados de entrevistas com o uso do Memorando de Boas Práticas e o uso do Protocolo NICHHD.	Determinar se o uso de um protocolo estruturado pode aumentar a qualidade das entrevistas forenses com crianças supostamente vítimas de abuso sexual na Inglaterra.	Foram entrevistadas 100 crianças, de 4-13 anos. Metade delas foi entrevistada com o uso do protocolo NICHHD e a outra metade com o <i>Memorandum of Good Practice on Video-Recorded Interviews With Child Witnesses for Criminal Proceedings</i> (Home Office, 1992). Os entrevistadores de ambos os grupos receberam	O uso do protocolo favoreceu a adesão às boas práticas. As entrevistas com o protocolo levantaram mais informações mediante recordação livre e menos informações usando questões diretivas, de múltipla-escolha ou sugestivas. Com o protocolo, questões de múltipla-escolha ou sugestivas foram introduzidas mais ao final da entrevista. Não houve diferenças significativas em função da idade quanto ao total de informações fornecidas em resposta a questões abertas em qualquer das condições.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
with alleged victims of child sexual abuse in Britain. <i>Applied Cognitive Psychology</i> , 23(4), 449-467.			treinamento. Os grupos de crianças eram correspondentes em termos de idade, relação com o suposto agressor e gravidade das ofensas.	Houve significativo aumento na proporção de informações centrais em resposta a solicitações abertas, na medida em que também havia aumento da idade.
33) Lindberg, M. A., Chapman, M. T., Samscock, D., Thomas, S. W., & Lindberg, A. W. (2003). Comparisons of three different investigative interview techniques with young children. <i>Journal of Genetic Psychology</i> , 164(1), 5-28.	Trata-se de um estudo sobre entrevistas com crianças, análogo a situações de entrevista forense.	Comparar três técnicas de entrevista utilizadas com crianças vítimas de violência, a fim de identificar aquela que viabiliza dados mais fidedignos.	Ao todo 64 estudantes de idades médias de 6,6 anos e de 7,8 anos, participaram do estudo. Eles assistiam a um filme no qual uma mãe agredia seu filho. Após, as crianças eram sugestionadas sobre um detalhe da cena e explicitamente treinadas a relatar três falsos detalhes. Os entrevistadores seguiram uma das três técnicas de entrevista que seguem: a) “Yuille Step-wise interview”; b) Entrevista com uso de bonecos não anatômicos; c) Modelo de entrevista estruturada modificado. Após as entrevistas, os entrevistadores responderam a um questionário sobre a percepção deles a respeito da veracidade das respostas das crianças.	A entrevista <i>Yuille Step-wise</i> e a Entrevista Estruturada Modificada levantaram mais informações durante a etapa de recuperação livre. A Entrevista Estruturada Modificada foi a melhor em detectar as situações em que as crianças foram treinadas a relatar detalhes que não aconteceram e o tipo de entrevista que mais favoreceu relatos acurados. As diferentes entrevistas não diferiram em termos de produção de informação sugestionada ou ensaiada. Mesmo na entrevista modificada, que mais detectou ensaios e sugestões, cerca de 2/3 dos entrevistadores não detectaram que havia sido feito ensaio. A porcentagem de erros foi três vezes maior quando utilizadas questões diretivas, se comparado às informações solicitadas mediante questões abertas.
34) Lyon, T. D., Scurich, N., Choi, K., Handmaker, S., Blank, R. (2012, October). How Did You Feel?: increasing child	Versa sobre descrições de reações emocionais, cognitivas e físicas ao abuso como um aspecto da credibilidade da declaração.	Avaliar os tipos de questões que mais favorecem descrições de reações emocionais, cognitivas e físicas pelas crianças supostamente vítimas de	A pesquisa se subdividiu em dois estudos que analisaram a resposta das crianças com conteúdos avaliativos (descrições de reações emocionais, cognitivas e físicas), a diferentes tipos de questões:	No primeiro estudo, as questões iniciadas com “como”, que faziam referência à avaliação pessoal, foram as que repercutiram em maior número de repostas com conteúdo avaliativo, p. ex: “como você se sentiu?”. Questões sugestivas e de múltipla-escolha diminuíram a taxa de repostas avaliativas.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
sexual abuse witnesses' production of evaluative information. <i>Law And Human Behavior</i> , 36(5),448-57.		abuso sexual.	“como”; “questões diretivas” – quando, quem, onde, p.ex; questões de múltipla-escolha; e questões sugestivas. No primeiro estudo, foram analisadas 80 entrevistas, com crianças entre 5 e 18 anos. E na segunda entrevista foram analisadas 61 entrevistas, com crianças de 6 a 12 anos.	No segundo estudo, quando as crianças foram questionadas sistematicamente sobre suas reações ao abuso, mais uma vez responderam com taxa mais alta de conteúdos avaliativos a questões iniciadas por “como”. Além disso, 15% das crianças revelaram o abuso especificamente quando questionadas sobre como se sentiram.
35) Orbach, Y., & Lamb, M. E. (2000). Enhancing children's narratives in investigative interviews. <i>Child Abuse & Neglect</i> , 24(12), 1631-1648.	Estuda o efeito do tipo de questão na narrativa de duas crianças vítimas de abuso sexual.	Evidenciar, mediante o exame detalhado de duas entrevistas forenses, a quantidade de detalhes que podem ser obtidos com o uso de solicitações abertas.	Foram analisadas as entrevistas de duas crianças. Uma de 5 anos e outra de 15 anos. As entrevistas seguiram o protocolo NICHHD. As solicitações dos entrevistadores na fase substantiva da entrevista foram classificadas em convites, convites guiados, solicitações diretivas ou de múltipla-escolha. Os dados das respostas foram tabulados.	Nas duas entrevistas as solicitações abertas predominaram e se distribuíram ao longo da fase substantiva. A maior parte das informações foi fornecida em resposta às solicitações abertas. As seguimentações temporais e os convites guiados também favoreceram que os entrevistadores fornecessem mais informações relacionadas ao abuso.
36) Orbach, Y., Hershkowitz, I., Lamb, M. E., Sternberg, K. J., Esplin, P. W., & Horowitz, D. (2000). Assessing the value of structured protocols for forensic interviews of alleged child abuse victims. <i>Child Abuse & Neglect</i> , 24(6), 733-752.	Trata especificamente da utilidade do protocolo NICHHD para as entrevistas sobre abuso sexual com crianças.	Avaliar a efetividade do NICHHD, um protocolo estruturado de entrevista, que operacionaliza recomendações gerais de guias para entrevistas forenses.	Entrevistadores forenses foram intensamente treinados a usar o NICHHD, inclusive com vídeo <i>feedback</i> . Foram comparadas 55 entrevistas com o uso do protocolo com outras 50 entrevistas – conduzidas pelos mesmos profissionais – realizadas sem o uso do protocolo. As crianças entrevistadas tinham entre 3 e 14 anos e as entrevistas eram de Israel.	As entrevistas com o protocolo contiveram mais solicitações abertas e esse tipo de questão foi mais utilizado antes do uso de questões de múltipla-escolha, se comparado à condição controle. O total de detalhes levantados a partir das entrevistas não se diferenciou significativamente entre os grupos e mesmo na condição sem o protocolo obteve-se a maior parte das informações antes das solicitações de múltipla-escolha. Com o protocolo houve maior investimento na parte pré-substantiva e menos detalhes foram obtidos com o uso de solicitações sugestivas, independentemente da idade dos entrevistados.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
37) Orbach, Y., Lamb, ME (2001). The relationship between within-interview contradictions and eliciting interviewer utterances. <i>Child Abuse & Neglect</i>, 25 (3), 323-333.	Trata-se da análise de caso único sobre tipos de questões associados a contradições nos relatos da criança.	Determinar se práticas de entrevista associadas com relatos não acurados em contextos laboratoriais análogos são também associadas com informações não acuradas no contexto forense.	Foi analisada a entrevista forense com uma menina de 5 anos. A entrevista foi selecionada por conter uma taxa muito alta de questões sugestivas ou de múltipla-escolha. A análise do conteúdo foi focada: 1) nos novos detalhes informativos; 2) nos detalhes contraditórios; 3) nos detalhes centrais ou periféricos; e 4) nos tipos de solicitações que resultaram no fornecimento de cada detalhe.	Aproximadamente 90% dos detalhes contraditórios foram obtidos a partir de questões de múltipla-escolha ou sugestivas. As contradições em 98% das vezes referiram-se a detalhes centrais, que envolviam aspectos centrais da investigação. Não houve detalhes contraditórios em resposta a questões abertas.
38) Patterson, T., & Pipeb, M.-E. (2009). Exploratory assessments of child abuse: Children's responses to interviewer's questions across multiple interview sessions. <i>Child Abuse & Neglect</i>, 33(8), 490-504.	Trata da avaliação de abuso sexual em contexto não forense e durante múltiplas entrevistas.	Examinar entrevistas múltiplas de avaliação, delineadas em contexto diagnóstico e não forense.	Foram analisadas 66 entrevistas com 24 crianças da Nova Zelândia. Cada criança foi entrevistada de duas a quatro vezes. Tinham entre 3 e 6 anos. Houve categorização das questões formuladas pelo entrevistador enquanto: 1) abertas, fechadas ou de escolha; 2) de recordação livre, diretas, conducentes ou sugestivas; 3) relacionadas ao abuso ou não. As respostas das crianças também foram avaliadas em termos de quantidade de informações e relacionadas ou não ao tema.	As crianças responderam a todos os tipos de questões, em geral, com uma ou duas sentenças simples. Três quartos das crianças revelaram o abuso em resposta a questões abertas, entretanto, como um todo, forneceram menos informações frente a questões relacionadas ao suposto abuso do que às demais. As crianças que não revelaram o abuso foram menos responsivas a todos os tipos de questões. Neste estudo, portanto, as questões abertas não levantaram mais informações do que os outros tipos de questões. Obs: houve diferença quanto à classificação dos enunciados formulados pelos entrevistadores.
39) Phillips, E., Oxburgh, G., Gavin, A., & Myklebust, T. (2012). Investigative interviews with victims of child sexual abuse: The	Investigou a relação entre o tipo de questão e a obtenção de informações relevantes para a investigação.	Examinar a influência do tipo de questão utilizado durante entrevistas de investigação de abuso sexual infantil e o número de informações relevantes para	Foram analisadas 21 entrevistas conduzidas em um serviço da Inglaterra. Houve análise de três variáveis independentes: 1) Tipo de questão: apropriadas (abertas, de sondagem e	O total de questões apropriadas e inapropriadas foi semelhante. Das questões apropriadas as mais utilizadas foram as de “sondagem” (p. ex. como você foi parar deitado na cama? Quando a criança já apresentou a informação de que estaria deitada); seguidas por enunciados de encorajamento.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
relationship between question type and investigation relevant information. <i>Journal of Police and Criminal Psychology</i> , 27(1), 45-54.		a investigação (<i>Investigation Relevant Information - IRI</i>) obtidas.	encorajadoras) e inapropriadas (fechadas, de escolha forçada, conducentes, múltiplas e de opinião); 2) Idade da criança (grupos de 5-8 anos; 9-12 anos; e 13-15 anos); 3) Duração da entrevista (curta: menos de 20 min; média: 21-40 min; longa: mais de 41 min). A variável dependente foi o número de informações relevantes para a investigação (relativos a: pessoa, ação, local, item e tempo).	As questões apropriadas levantaram cerca de 79% de todos os detalhes relevantes. As crianças mais velhas forneceram mais detalhes do que as mais novas. As entrevistas mais longas foram mais produtivas em termos de detalhes relevantes para a investigação.
40) Poole, D. A., & Dickinson, J. J. (2011). Evidence supporting restrictions on uses of body diagrams in forensic interviews. <i>Child Abuse & Neglect</i> , 35(9), 659-669.	Investiga o uso de diagramas corporais em entrevistas com crianças.	Comparar o uso da entrevista padrão com o uso da entrevista focada no diagrama corporal enquanto formas de questionar crianças sobre suposto abuso.	Foram comparados dois métodos: entrevista padrão e entrevista focada no diagrama corporal. Houve um evento encenado, quando as crianças eram tocadas ou não em seus pulsos e braços. A amostra constituiu-se de 261 crianças, de 4 a 9 anos, meninos e meninas. Foram divididos em quatro grupos. Dois se submeteram à entrevista padrão, com e sem situação de toque corporal; e outros dois grupos submetidos à entrevista com diagrama corporal, com e sem situação de toque corporal. Após a cena, as crianças ouviam histórias cujo conteúdo versava, entre outros, sobre toques que ocorreram e que não ocorreram na situação de laboratório.	Não ficou demonstrado que o uso do diagrama corporal facilitou o relato das crianças quando comparado ao uso exclusivo de perguntas. A condição de entrevista também não teve efeitos diferentes se consideradas as idades dos participantes. Embora com o uso do diagrama tenham ocorrido mais relatos de toques se comparado ao uso exclusivo de questões abertas, também houve maior frequência de revelação de toques sugeridos pelas histórias contadas e não vivenciados. Além disso, 14,5% das crianças que passaram pela entrevista com o diagrama reportaram toques que nunca ocorreram, o que não aconteceu com os grupos que passaram pela entrevista padrão. Os autores sugerem que, caso utilizados, os diagramas sejam introduzidos em fase mais avançada da entrevista, após fase de questões abertas.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
			As entrevistas eram feitas passados cerca de três meses da exposição em laboratório.	
41) Powell, M. B., Hughes-Scholes, C. H. (2009). Evaluation of the questions used to elicit evidence about abuse from child witnesses: Australian Study. <i>Psychiatry Psychology and Law</i> ,16(3), 369-378.	Aborda a performance de policiais australianos em entrevistas de investigação de abuso sexual infantil.	Avaliar objetivamente o desempenho de policiais australianos na condução de entrevistas sobre abuso sexual infantil.	Foram utilizadas 136 gravações de entrevistas conduzidas de 2001 a 2007, na Austrália.	Houve pontos positivos como a explanação sobre as regras gerais da entrevista; iniciar a entrevista utilizando uma solicitação de narrativa livre sobre o entendimento da criança acerca do propósito da entrevista; e o fato dos entrevistadores evitarem o uso de questões sugestivas. Como pontos negativos, observaram-se: a tendência a questionar controvérsia quando a criança não fazia uma revelação inicial; e a proporção de solicitações abertas foi baixa se comparada às frequências de solicitações de recordação específicas e questões fechadas. Muitas questões fechadas resultaram no fornecimento de detalhes não mencionados pela criança até aquele momento.
42) Powell, M. B., Wilson, J. C., & Hasty, M. K. (2002). Evaluation of the usefulness of 'Marvin'; a computerized assessment tool for investigative interviewers of children. <i>Computers in Human Behavior</i> , 18(5), 577-592.	Trata do uso de um programa de computador para avaliação de desenvolvimento de conceitos previamente à entrevista com crianças.	Investigar, mediante controle de variáveis, o efeito de diferentes tipos de avaliação prévia do desenvolvimento de conceitos de tempo, espaço, número e cores, na resposta das crianças à entrevista.	O estudo contou com a participação de 102 crianças, pré-escolares, sendo metade meninos e outra metade meninas. Elas foram divididas em três grupos: 1) Grupo 1: participou de avaliação verbal, com questões apresentadas por um pesquisador; 2) Grupo 2: foi avaliado com a utilização do programa Marvin; 3) Grupo 3: não foi avaliado – grupo controle. Após a avaliação, as crianças passaram por entrevista em que eram solicitadas a contar sobre um evento desenrolado na escola.	As crianças consideraram a avaliação computadorizada mais agradável do que a verbal. Não houve efeito significativo do tipo de avaliação na proporção de questões que as crianças responderam corretamente durante a entrevista, portanto, não houve efeito prejudicial do computador. Não houve diferença quanto à consistência entre a resposta à avaliação e à entrevista no que diz respeito aos conceitos numéricos, de cores e de espaço. Porém, houve diferença quanto aos conceitos temporais. Houve maior consistência entre os dados da avaliação verbal e a entrevista, do que da avaliação computadorizada e a entrevista. De forma geral, os resultados deste estudo demonstram que se uma avaliação prévia, com o uso de questões diretas, é conduzida previamente e, após, se estabelece o <i>rapport</i> com o uso de questões abertas, então os

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
			As crianças também foram solicitadas a avaliar o quanto “gostaram” de cada tipo de avaliação.	benefícios deste tipo de <i>rapport</i> são mantidos.
43) Roberts, K. P., Lamb, M. E., & Sternberg, K. J. (2000, March). The effects of rapport-building style on children's reports of a staged event. <i>Applied Cognitive Psychology, 18</i>, 189-202.	Versa sobre os efeitos de tipos diferentes de <i>rapport</i> nos relatos de crianças durante entrevistas.	Comparar os efeitos de dois estilos de <i>rapport</i> (com questões abertas ou com questões diretas e fechadas) na duração, informatividade e acurácia dos relatos das crianças sobre os eventos experienciados.	Um número de 144 crianças, de 3 a 9 anos, sendo metade meninos e outra metade meninas, participaram do estudo. Todas participaram de um evento/interação com um fotógrafo e, após uma semana ou um mês, foram entrevistados sobre a experiência. A fase de <i>rapport</i> das entrevistas diferiu, sendo que metade das crianças passou por <i>rapport</i> com questões abertas e outra metade com questões diretas e fechadas. O restante da entrevista foi igual e estruturado para todas as crianças.	As crianças que passaram pelo <i>rapport</i> com questões abertas forneceram respostas mais acuradas do que as crianças que passaram pelo outro tipo de <i>rapport</i> , tanto nas entrevistas realizadas próximas ao evento (uma semana), quanto em longo período do evento (um mês). Não houve diferenças significativas em termos de informatividade entre os grupos. O <i>rapport</i> com questões abertas levou às crianças de 3 a 4 anos, verbalizar mais erros em resposta à 1ª questão aberta sobre o evento, mas eles forneceram mais relatos acurados no restante da entrevista se comparados ao outro grupo.
44) Santila, P., Korkman, J., & Sandnabba, N. K. (2004). Effects of interview phase, repeated interviewing, presence of a support person, and anatomically detailed dolls on child sexual abuse interviews. <i>Psychology, Crime & Law, 10</i>(1), 21-35.	Trata do efeito de elementos da entrevista investigativa com crianças no relato sobre as situações vivenciadas.	Analisar os efeitos de alguns aspectos das entrevistas investigativas nos relatos das crianças.	A amostra conteve 27 entrevistas investigativas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual na Finlândia. Foram considerados os efeitos da fase da entrevista, da repetição de entrevistas, da participação de uma pessoa de apoio na entrevista e o uso de bonecos anatômicos.	O número de novos detalhes reportados pelas crianças foi maior no início da entrevista, enquanto que o número de questões focadas ou sugestivas aumentou ao final das entrevistas. Os resultados de entrevistas repetidas foram ambíguos, sendo que entrevistas repetidas contiveram mais palavras e repostas descritivas, entretanto, também contiveram mais questões sugestivas. O fato de haver uma pessoa de apoio na entrevista esteve associado com menos informações prestadas pelas crianças e com a formulação de mais questões sugestivas pelo entrevistador do que quando este conduzia a entrevista sem pessoa de apoio.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
				Efeitos semelhantes foram observados com o uso de bonecos anatômicos, na presença dos quais a criança forneceu menos informações e o entrevistador fez mais perguntas sugestivas.
45) Schreiber, N. (2000). Interviewing techniques in sexual abuse cases - a comparison of a day-care abuse case with normal abuse cases. <i>Swiss Journal of Psychology</i>, 59(3), 196-206.	Trata denúncias de abusos sexuais em creches especialmente ao longo dos anos 80 e o formato de entrevista utilizado nas investigações.	Comparar o comportamento do entrevistador em casos de abuso sexual em creche (caso Kelly Michaels) com o comportamento do entrevistador em outros casos de abuso investigados pelo Serviço de Proteção à Criança.	Foram analisadas 20 gravações de entrevistas do caso Kelly Michaels e 20 gravações de entrevistas conduzidas em um Serviço de Proteção à Criança. Foram discriminados quatro tipos de questões: 1) sim/não; 2) múltipla-escolha; 3) aberta-focada; 4) aberta-narrativa. Também foram avaliados cinco elementos na entrevista: 1) perguntas já respondidas; 2) perguntas com informações fornecidas por outras pessoas; 3) reforçamento de falas das crianças; 4) solicitações de especulação; 5) entrevistadores múltiplos.	Quanto ao tipo de questão, nos dois grupos o tipo de questão predominante foi “sim/não”. Nos casos Kelly Michaels as entrevistas contiveram mais questões múltipla-escolha. Nos dois grupos, contudo, houve taxas elevadas de questões diretas e fechadas, cuja credibilidade é controversa. Nas entrevistas do caso Kelly Michaels houve mais entrevistadores múltiplos, mais perguntas com informações fornecidas por outras pessoas, mais reforçamento de padrões de resposta da criança e mais solicitações de especulação do que no grupo entrevistado pelo Serviço de Proteção à Criança.
46) Snow, P. C.; Powell, M. B.; & Murfett, R. (2009, July). Getting the story from child witnesses: exploring the application of a story grammar framework. <i>Psychology, Crime & Law</i>, 15(6), 555-568.	Versa sobre tipos de questões que favorecem relatos com mais elementos gramaticais e, portanto, mais completos, por crianças supostamente vítimas de abuso sexual.	Analisar entrevistas investigativas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual, para verificar o ajustamento das respostas das crianças em diferentes estágios de desenvolvimento a um quadro gramatical. Assim como, verificar se a presença de elementos gramaticais de uma narrativa esteve associada à adesão	Foram analisadas 51 entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso na Austrália. Elas tinham entre 3 e 16 anos e as denúncias eram heterogêneas, a maior parte envolvia múltiplas situações abusivas. Para a análise, a amostra foi dividida em dois grupos: até oito anos e nove anos ou mais. As questões foram categorizadas em abertas ou específicas. E as respostas classificadas em: a)	A maioria das questões dos entrevistadores foi específica e a maioria das respostas das crianças foi contextual. As questões abertas foram mais eficientes no que diz respeito à obtenção de elementos gramaticais de uma narrativa. Os elementos gramaticais fornecidos em resposta a questões específicas foram, em sua maioria, sobre a configuração do cenário e sobre a tentativa/ato de abuso. A proporção de elementos gramaticais foi significativamente maior entre as crianças mais velhas. Se comparado ao grupo de crianças mais velhas, as crianças mais novas responderam mais que o dobro da

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
		dos entrevistadores às melhores práticas em entrevistas investigativas.	narrativa com elementos gramaticais; b) informações contextuais; e c) respostas indicando não saber.	taxa de respostas indicando não saber. De modo geral, as respostas que envolveram elementos gramaticais corresponderam a cerca de um terço do total de respostas das crianças durante as entrevistas.
47) Sternberg, K. J., Lamb, M. E., Orbach, Y., Esplin, P. W., & Mitchell, S. (2001). Use of a structured investigative protocol enhances young children's responses to free-recall prompts in the course of forensic interviews. <i>Journal of Applied Psychology</i>, 86(5), 997-1005.	Trata do uso do protocolo NICHHD para entrevistas com crianças, especialmente menores de seis anos.	Avaliar a habilidade de crianças entre 4 e 12 anos de responder de modo informativo a questões abertas comparando-se entrevistas conduzidas antes e após a implementação do uso do protocolo NICHHD.	Foram analisadas 100 entrevistas conduzidas em um departamento de polícia nos EUA. As crianças contavam com 4 a 12 anos, sendo 27 do sexo masculino e 73 do sexo feminino. Metade das entrevistas foi conduzida com o uso do protocolo NICHHD e outra metade sem qualquer protocolo. As falas dos entrevistadores foram codificadas em: 1) facilitadores; 2) convites; 3) Enunciados diretivos; 4) Enunciados múltipla-escolha; e 5) e Enunciados sugestivos. As respostas das crianças foram classificadas como responsivas (sobre o tema questionado) ou não responsivas. Também foram computados os detalhes contidos nas respostas.	As entrevistas conduzidas com o protocolo NICHHD estiveram associadas a mais informações seguidas a questões abertas e menos seguidas a múltipla escolha ou sugestivas. Com o protocolo, foi apresentada cerca de três vezes mais convites se comparado à outra modalidade de entrevista. Não houve diferença em termos de idade no montante de informações fornecidas em resposta a solicitações abertas. As respostas aos convites pelas crianças de até 6 anos foi, entretanto, menos detalhadas que as respostas das demais. Em 89% das entrevistas com o protocolo as crianças fizeram suas alegações primárias em resposta a questões abertas, comparando com 36% quando utilizado o modelo padrão (não estruturado) da instituição. As entrevistas com o protocolo foram mais completas quanto à apresentação das regras gerais da entrevista e condução da etapa de prática narrativa. As entrevistas padrão, contudo, foram mais completas quanto ao levantamento de informações sobre a família da criança.
48) Stracke, C. B. (2013). <i>Avaliação da estrutura da entrevista investigativa com crianças</i>. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade	Analisa entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual por um serviço do Rio Grande do Sul –BR.	A dissertação tem o objetivo geral de apresentar aspectos relevantes sobre a entrevista investigativa com crianças. O primeiro módulo é de revisão e o segundo módulo	O método do módulo II. Realizou-se a análise documental de 49 entrevistas, realizadas com crianças de 6 a 11 anos, supostamente vítimas de abuso sexual. A amostra era composta por	Os entrevistadores usaram poucas questões abertas, embora a maioria tenha sido classificada como apropriada, tendo sido diretivas fechadas ou de sondagem. Houve baixa taxa de questões inapropriadas, sendo a mais frequente dentre elas a de escolha forçada.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
Católica de Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil		objetivou analisar a estrutura da entrevista investigativa utilizada por profissionais de um serviço do Brasil-RS, com ênfase na dinâmica de perguntas e respostas.	42 meninas e 7 meninos. Utilizando-se categorizações pré-existentes, fez-se a codificação de perguntas e respostas constantes das fases pré-substantiva e substantiva das entrevistas. As questões foram classificadas em: apropriadas (aberta, fechada apropriada e de sondagem); e inapropriadas (fechadas inapropriadas, de escolha forçada, múltipla-escolha e sugestiva). As respostas foram classificadas: dentro do tema (podendo ser extensa ou curta); e fora do tema (podendo ser pedido de esclarecimento, ausência de resposta e resposta não relacionada).	As respostas das crianças foram em sua maioria curtas e pouco informativas. Contudo, responderam dentro do tema grande parte das perguntas. Das respostas não relacionadas ao tema, o tipo mais frequente foi o pedido de esclarecimento. As questões fechadas inapropriadas e sugestivas foram significativamente mais empregadas na fase substantiva do que pré-substantiva. As questões de sondagem ou fechadas apropriadas foram as mais relacionadas a respostas extensas pelas crianças. Houve também significativa associação entre as respostas curtas e as questões fechadas apropriadas, sendo esse tipo o mais frequente em toda a amostra.
49) Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2013). Interviewer demeanor in forensic interviews of children. <i>Psychology, Crime & Law, 19</i>(2), 145-159.	Aborda características do entrevistador que podem ou não favorecer relatos extensos e informativos das crianças.	Examinar as relações entre a idade da criança e modos do entrevistador como ser prolixo/falante, oferecer apoio ou ser autoritário; e como essas relações previram a informatividade e a extensão das falas das crianças durante entrevistas investigativas na Malásia.	Foram analisadas entrevistas conduzidas na Malásia com 75 crianças, entre 5 e 15 anos. Foram codificadas as seguintes características do entrevistador: prolixidade; declarações de suporte/apoio; modo autoritário. Com relação à criança, foram avaliadas: prolixidade e informatividade.	Os entrevistadores da amostra foram mais falantes e apresentaram menos comentários de apoio à criança quando estas eram mais novas. A prolixidade do entrevistador foi negativamente associada à informatividade da criança, enquanto que os comentários de suporte estiveram relacionados a relatos mais informativos das crianças. O modo autoritário dos entrevistadores não variou de acordo com a idade da criança e também não se relacionou com a prolixidade ou informatividade das crianças. Sugerem que o entrevistador seja solidário, oferecendo comentários de suporte, porém evitando ser muito prolixo durante a entrevista.

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
50) Teoh, Y.-S., & Lamb, M. E. (2010). Preparing children for investigative interviews: rapport-building, instruction, and evaluation. <i>Applied Developmental Science</i>, 14(3), 154-163.	Aborda elementos da fase pré-substantiva das entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso.	Examinar a maneira que os entrevistadores forenses preparam a criança para a fase substantiva da entrevista; e analisar se as técnicas utilizadas e o tempo dispensado na fase pré-substantiva relacionam-se com a informatividade das respostas das crianças.	Foram analisadas as gravações de 75 entrevistas, conduzidas na Malásia, com crianças entre 5 e 15 anos. A amostra era variável com relação ao número de incidentes de abuso e era composta de 67 meninas e de 8 meninos. As entrevistas ocorreram em uma Unidade de Proteção de Crianças. Os profissionais seguiam guia básico de orientações, mas não protocolo estruturado. Os enunciados dos entrevistadores foram classificados em: a) de construção de <i>rapport</i> ; b) de avaliação; e c) de instrução ou clarificação.	As explicações sobre as regras gerais da entrevista e sobre o papel da criança enquanto informante foram importantes variáveis para que as crianças fossem informativas. Foram constatados possíveis limites e benefícios na construção do <i>rapport</i> . Com crianças pequenas utilizaram-se mais enunciados de construção de <i>rapport</i> e também houve maior dispêndio de tempo nesta etapa. Quão mais longos foram os períodos para o <i>rapport</i> , menos informativas foram as crianças pequenas na fase substantiva. Instruções foram fornecidas em maior frequência a crianças maiores. Explicar as regras gerais e o propósito da entrevista foi favorável à informatividade dos relatos das crianças.
51) Teoh, Y.-S., Yang, P.-J., Lamb, M. E., & Larsson, A. S. (2010). Do humans figure diagrams help alleged victims of sexual abuse provide elaborate and clear accounts of physical contact with alleged perpetrators? <i>Applied Cognitive Psychology</i>, 24(2), 287-300.	Examina a utilidade do desenho da figura humana em conjunto com o protocolo NICHD para o levantamento de informações sobre suposto abuso sexual com as crianças.	Examinar se o uso de desenho da figura humana em conjunto com uma entrevista estruturada (protocolo NICHD) associa-se a relatos mais elaborados e claros sobre contato físico ocorrido no curso de suposto abuso sexual.	Foram entrevistadas 88 crianças no Reino Unido, de idades entre 4 e 13 anos. Os entrevistadores eram policiais. Houve variação com relação ao número de incidentes de abuso e proximidade entre o perpetrador e a criança. As crianças foram entrevistadas usando-se o NICHD e, em seguida, foram questionadas (em formato estruturado) sobre os eventos abusivos na presença de um desenho da figura humana (nu e neutro com relação ao sexo). As questões foram classificadas em: convites, solicitações diretas,	O uso da figura humana foi associado a relatos de novos toques não mencionados pelas crianças durante a entrevista com o protocolo. Também houve elaborações sobre as partes do corpo em que havia sido reportado toque durante a entrevista. O desenho colaborou para relatos claros especialmente de crianças mais velhas. Houve maior clareza nos detalhes fornecidos em resposta a enunciados de recordação livre (ex: convites). Cerca de 50% das elaborações disseram respeito a toques reportados apenas após a introdução do desenho. Não foi significativa a quantidade de elaborações sobre a natureza dos toques (ex: embaixo da roupa ou por cima da roupa), tanto antes quanto após a apresentação da figura humana. Embora as crianças, de modo geral, tenham reportado

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
			<p>enunciados múltipla-escolha e enunciados sugestivos.</p> <p>As respostas das crianças foram classificadas em: 1) novos detalhes sobre o toque; 2) elaboração sobre partes do corpo; e 3) elaboração sobre a natureza dos toques.</p> <p>Os toques foram também qualificados como claros ou não claros.</p> <p>* Para efeitos deste estudo, foram considerados os detalhes que diziam respeito a toques.</p>	<p>mais detalhes durante a entrevista, após a apresentação do desenho houve aumento do número de detalhes claros sobre os toques, especialmente por crianças mais velhas.</p>
<p>52) Teoh, Y.-S., Pipe, M.-E., Johnson, Z. H., & Lamb, M. (2014, October). Eliciting accounts of alleged child sexual abuse: how do children report touch? <i>Journal of Child Sexual Abuse</i>, 23(7), 792-803.</p>	<p>Aborda o uso do termo “toque” por crianças durante entrevistas investigativas de abuso sexual.</p>	<p>Examinar a forma como as crianças referem-se a contatos corporais ao longo de entrevistas de avaliação de abuso sexual infantil.</p>	<p>Análise de 192 entrevistas com crianças supostamente vítimas de abuso sexual, entre 4 e 13 anos. Foi examinada a frequência em que as vítimas descreveram contatos corporais como “toque” e o tipo de solicitações associadas com relatos de toques.</p>	<p>Mesmo crianças pequenas referiram-se à contatos corporais enquanto toques e utilizaram a palavra “toque” mais frequentemente em resposta a enunciados de recordação do que de reconhecimento. Independentemente da idade, crianças tipicamente utilizaram o termo “toque” antes de o entrevistador ter utilizado esse termo, sugerindo que as crianças, mesmo as pequenas, são capazes de reportar toques sem serem induzidas pelo entrevistador.</p>
<p>53) Waterman, A. H., Blades, M., & Spencer, C. (2004). Indicating when you do not know the answer: The effect of question format and interviewer knowledge on children's 'don't know' responses. <i>British</i></p>	<p>O estudo versa sobre os fatores relacionados ao fato de uma criança dizer que não sabe a resposta à determinada pergunta em uma situação de entrevista.</p>	<p>Compreender os fatores que afetam as respostas das crianças a diferentes tipos de questões e que interferem na capacidade delas responderem que não sabem algumas respostas.</p>	<p>Uma amostra de 149 crianças - faixa etária de 5 a 9 anos - observou uma encenação em sua escola, em uma de duas condições: o entrevistador estava presente ou não no contexto da encenação, que durava aproximadamente 10 minutos.</p> <p>Após, as crianças foram</p>	<p>Observou-se efeito tanto do formato das questões, quanto do conhecimento que as crianças tinham sobre a presença ou não do entrevistador na encenação. Quando as questões eram abertas e quando o entrevistador não esteve presente na encenação, os infantes responderam corretamente, em maior frequência, dizendo que “não sabiam” às perguntas que envolviam informações não constantes da encenação. Diante de questões fechadas, as crianças tenderam, em</p>

APÊNDICE A

Protocolo de Registro - Bibliografia empírica – técnicas de entrevista em casos de suspeita de abuso sexual infantojuvenil:

Estudo	Assunto	Objetivo	Método	Principais resultados
<i>Journal of Developmental Psychology</i> , 22(3), 335-348.			entrevistadas. Metade das questões levava a respostas sim/não (fechadas) e outra metade eram questões abertas (iniciadas, por exemplo, com “qual” ou “o que”). Metade das questões poderia ser respondida a partir das informações fornecidas na encenação e a outra metade não.	maior frequência, a responder questões cuja resposta desconheciam. Autores levantam a hipótese de que, diante de um entrevistador que tem conhecimento dos fatos, as crianças respondem como se estivessem em um teste onde há probabilidade de reforço caso tente alguma resposta possível.
54) Westcott, H. L., & Kynan, S. (2004). The application of a 'story-telling' framework to investigative interviews for suspected child sexual abuse. <i>Legal and Criminological Psychology</i>, 9(1), 37-56.	Aborda a utilização de um modelo de contação de histórias para a análise de entrevistas investigativas de abuso sexual infantil.	Investigar a utilidade de uma abordagem de “contação de histórias” para a compreensão de entrevistas investigativas com crianças supostamente vítimas de violência.	Foram analisadas 70 transcrições de entrevistas com crianças de até 12 anos, conduzidas na Inglaterra e no País de Gales. Dezenove dos entrevistados eram meninos e 51 meninas. A maioria dos entrevistadores era policial. Foram codificadas as respostas das crianças segundo: <ol style="list-style-type: none"> 1) Presença/ausência de componentes da contação de história: evento inicial, resposta interna, tentativa, consequência e reação. 2) Relatos ordenados ou não; 3) Inconsistências, ambigüidades e clareza; 4) Características relacionadas: alegações espontâneas, repostas fora do questionado (bizarras) e presença/ausência de respostas emocionais. 	Embora tenham sido superficiais, os relatos das crianças contiveram elementos de contação de história, especialmente entre as crianças de 7 a 12 anos. Frequentemente foram incompletos, ambíguos (abertos a mais de um sentido ou interpretação) e desordenados, o que afetou sua compreensão. A inconsistência entre o relato das crianças e os detalhes da alegação não ocorreram com frequência significativa. Foi observada maior dificuldade das crianças (40%) relatarem com clareza sobre o aspecto temporal dos eventos, componente do contexto na contação de história. As crianças menores de 7 anos, não foram claras sobre o evento inicial (50%) e sobre a suposta intenção do abusador (20%), o que não ocorreu com frequência significativa entre as crianças maiores. Cerca de 86% das crianças mais velhas apresentaram relatos ordenados, enquanto isso ocorreu em apenas 15% das entrevistas com crianças menores. As crianças menores, entretanto, fizeram mais alegações de forma espontânea (sem serem questionadas). A maior parte das questões do entrevistador foi específica.

